



CENTENÁRIO DO PCP 1921 - 2021

DO CENTRISMO AO REFORMISMO

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

CENTENÁRIO DO PCP
1921 - 2021

Título: Centenário do PCP/1921-2021 | Do centrismo ao reformismo

Autor: Francisco Martins Rodrigues

Capa: António Barata

Garvura: José Dias Coelho

Revisão e paginação: Edições Dinossauro

Data da edição: Março de 2021

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

CENTENÁRIO DO PCP
1921 - 2021

DO CENTRISMO AO REFORMISMO

EDIÇÕES DINOSSAURO
LISBOA, 2021

LUTAS INTERNAS NO PCP HISTÓRIA DO PCP E DO MOVIMENTO OPERÁRIO

As lutas internas no PCP não são acidentes ou o resultado de “erros”. Formam uma sequência coerente, através da qual o partido se deslocou, numa série de zigzagues, do campo da revolução, para o campo do reformismo, pelo confronto entre duas correntes oportunistas.

No seu último livro, Álvaro Cunhal refere brevemente “cinco situações mais graves” na vida interna do PCP. Foram elas o conflito provocado por Carlos Rates em 1923, a luta contra o “grupelho provocatório” (1940-41), a proposta de 1944 para uma “política de transição”, a linha da “solução pacífica” adoptada em 1956-59 e o surgimento de uma oposição maoísta em 1963.

Destes conflitos tira Cunhal como lição que uma atitude ponderada e tolerante permite sempre superar as divergências e manter o partido unido na via marxista-leninista. O que importa, em sua opinião, é “*não caracterizar e classificar globalmente um quadro por motivo de opiniões consideradas incorrectas*”, “*não considerar nem ‘vencedores’ nem ‘vencidos’ depois de um debate que termina por uma decisão colectiva*” e sobretudo “*tudo fazer para evitar a cristalização de opiniões*”¹. Ou seja: a luta no partido vista como uma espécie de disputa filosófica em busca da Verdade.

Com estas notas, tentaremos mostrar que o quadro das lutas internas do PCP (onde avultam não cinco mas nove conflitos principais) forma um encadeamento de lutas políticas através das quais o partido escapou do controle da classe operária e passou para as mãos da pequena burguesia. E já que mostra tanta predilecção pelas “lições”, indicaremos as nossas próprias lições, correspondentes a cada uma dessas lutas.

Concluiremos com uma lição geral, oposta à que tira Cunhal: foi por não terem sido completamente cristalizadas as opiniões, definidos os vencedores e vencidos e extremados os campos que o PCP deslizou do projecto revolucionário original para aquilo que actualmente é – o bem com-

1) Álvaro Cunhal, O Partido com paredes de vidro, Edições Avante, 1985, pags. 238-241.

portado campeão da “democracia nacional”. E mais uma vez a caminho de novas lutas internas, apesar das receitas moderadas oferecidas por Cunhal.

O “RATEISMO”

Em 1923, com a República a entrar na agonia, o PCP dividiu-se em três correntes, que se constituíram em **fracções** (ainda que o pudor de Cunhal o obrigou a omitir a palavra escabrosa).

A direcção do partido, chefiada por Caetano de Sousa, tendo como principal apoio a Juventude Comunista, dirigida por José de Sousa, entregava-se a projectos sectários de “purificação” do partido e conciliava com o terrorismo bombista dos jovens comunistas.

Declarou-lhe guerra o sector mais “politizado” do partido, liderado por Carlos Rates, que pretendia suprir a escassez da influência operária do partido com manobras de “grande política”, inclusive apoiando suspeitos pronunciamentos militares.

Finalmente, o sector de maior expressão operária do partido agrupava-se na organização dos Partidários da ISV (Internacional Sindical Vermelha). Interessava-se apenas pela construção de uma corrente sindical revolucionária, independente da CGT anarco-sindicalista, e distanciava-se tanto da fracção de Rates como da de C. Sousa-J. Sousa.

A unificação do partido só podia conseguir-se por um largo debate, promovido pela Internacional, em que fossem superadas as taras oportunistas de cada uma das fracções. Era preciso encontrar, através da luta ideológica, uma estratégia revolucionária que servisse de alicerce à construção do partido, à tática e à política diária.

José de Sousa Não foi esse o sentido da intervenção da IC. Comportando-se como vice-rei em colónia, o seu delegado, H. Droz, depois de ouvir as partes em litígio, empossou C. Rates na chefia do partido e fez aprovar em congresso, sem debate, a exclusão dos dissidentes da ala esquerda. Resultou daqui, não um mero atraso do PCP para enfrentar a clandestinidade, como refere Cunhal, mas uma profunda convulsão que levou à perda de muitos dos melhores militantes e culminou na deserção de Rates.



José de Sousa



Carlos Rates

A posterior repescagem pela IC dos elementos de esquerda para salvar a situação não resolveu nada porque omitiu a crítica que se impunha a Droz e à própria direcção da IC. O impulso revolucionário que dera nascimento ao PCP dissolvia-se na confusão causada pela manobra oportunista do I Congresso. O partido enfrentou em completa desarticulação o golpe militar do 28 de Maio de 1926 e nada pôde fazer para levantar a resistência operária ao que despontava.

Primeira lição: A crise de 1923, que atrasou por uma década a organização do PCP, mostrou a capacidade do oportunismo de direita para tomar posse do partido, em nome do combate ao terrorismo e ao sindicalismo, e apoiado na ala oportunista da Internacional.

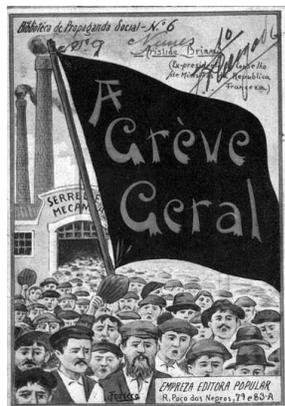
REORGANIZAÇÃO

A segunda luta interna, não mencionada por Cunhal no seu balanço, deu-se em 1929, quando um grupo de militantes operários, dirigidos por Bento Gonçalves, decidiu numa reunião fraccional encetar a reorganização do partido e destituir a direcção de Augusto Machado.

O que se punha em questão nesse momento era saber se os comunistas se atreviam a desafiar Salazar construindo uma organização clandestina que servisse de armadura à resistência operária ou se iam deixar-se ficar a conspirar pelos cafés, como os republicanos e anarquistas, à espera da “hora” do golpe.

A luta teve um desenlace rápido, devido à dissolução da direcção de Machado, mas revestiu um significado histórico. Pode dizer-se sem exagero que todo o curso da luta política posterior no nosso país ficou marcado por essa reunião de Abril de 1929, inspirada nas orientações do 6º Congresso da IC. Face às fanfarronadas fascistas sobre a “abolição da luta de classes”, só a classe operária se mostrou capaz de se organizar em partido e tornar-se o pólo da resistência.

Isto criava condições favoráveis à revolução. Ficou porém por esclarecer a maioria das questões da estratégia e da táctica do partido, ou seja, das relações entre proletariado e pequena burguesia na luta antifascista. Sob a pressão da clandestinidade e das prisões constantes, o PCP ia



buscando o seu caminho às apalpadelas, na marcha da luta diária. Assim, à medida que se ampliava a sua capacidade da intervenção política, começaram a definir-se duas correntes opostas nas suas fileiras, até desembocar numa nova crise.

Segunda lição: a reorganização de 1929 só foi uma meia vitória porque não elaborou um programa comunista, que enquadrasse a luta pelo derrubamento do fascismo na luta pela revolução proletária. Deixou assim a porta aberta à absorção do partido pela democracia pequeno-burguesa.

O 18 DE JANEIRO

Em 18 de Janeiro de 1934, o PCP tentou, em colaboração com os anarquistas, levar a cabo uma greve geral insurreccional contra a imposição dos Sindicatos Nacionais fascistas, a qual se saldou por uma pesada derrota. Em torno desta acção, surgiram em confronto duas linhas, lideradas pelos dois secretários do partido — José de Sousa, dirigente da CIS (Comissão Inter-Sindical) e promotor da acção, e Bento Gonçalves, que desde o início se lhe opôs. Por estranho que pareça, também a esta luta interna não se refere o balanço feito por Álvaro Cunhal .

Fá-lo para ocultar a opção política de fundo feita pelo PCP nessa emergência. Com efeito, Bento Gonçalves avisara que se iriam queimar esforços numa aventura de antemão condenada ao fracasso, por não haver convicção comunista para um trabalho prolongado de mobilização ampla e paciente das massas. Mas tirou da greve conclusões puramente negativas, esquecendo que ela indicara, embora em esboço infantil, a questão decisiva: a via para o derrubamento revolucionário do fascismo sob a condução da classe operária. Toda a crítica aos erros do 18 de Janeiro que omitisse este aspecto abriria as portas ao oportunismo .

Foi no entanto esta perspectiva que o PCP adoptou. Celebrado oficialmente como uma acção heróica de resistência, o 18 de Janeiro passou a ser condenado internamente como o exemplo máximo de aventureirismo e de sectarismo que havia que banir. Sobre esta crítica, operou-se no PCP uma **grande viragem política à direita** que marcou toda a sua trajectória posterior.



Ao penitenciar-se pelo fracasso da greve insurreccional e do Soviete da Marinha Grande, o partido orientou-se para a ideia da impotência política do proletariado e de a fatalidade da luta operária se cingir ao papel de força de apoio da democracia burguesa. Começou a tomar forma a lógica que, dez anos mais tarde, daria origem à “via do levantamento nacional” de Álvaro Cunhal.

Terceira lição: a derrota essencial do PCP no 18 de Janeiro foi a perda de confiança na capacidade revolucionária do proletariado e a abertura à ideia de que só lhe restava conformar-se a ser uma força de choque ao serviço da democratização do Estado.

A FRENTE POPULAR

A luta interna suscitada pelo 18 de Janeiro prolongou-se pelos anos 1936-39, não sob a forma de um confronto aberto entre duas linhas, mas através de uma situação de instabilidade caótica na direcção do PCP. Essa situação, que desde há muito se explicou pelo atraso nos métodos de defesa face à ofensiva policial, tem contudo na raiz o autêntico **terramoto político** provocado pela viragem do 7.º Congresso da IC .

As directivas de Dimitrov para a negociação de Frentes Populares com os social-democratas e liberais no quadro da defesa da democracia (directivas que o secretário-geral do PCP naturalmente não se esquece de louvar como muito positivas)² deram um poderoso impulso à corrente que crescia no PCP sobre os escombros do 18 de Janeiro.

Foi criada uma Frente Popular que, embora nunca passasse das proclamações, abriu as portas do partido à ideologia da colaboração de classes. A CIS, considerada um foco de “esquerdismo”, foi dissolvida e a corrente sindical revolucionária extinta. Seguindo instruções da Internacional, o partido traçou como meta da luta antifascista uma imaginária “revolução democrático-popular”, à imagem do governo republicano em Espanha. O *Avante* adoptou uma nova linguagem democrático-patriótica para sensibilizar a pequena burguesia, não recuando perante os apelos aos “legionários honestos” e as denúncias de que Salazar não defendia as colónias dos apetites do “Eixo”.



2) Álvaro Cunhal, *O Partido com paredes de vidro*, Edições Avante, 1985, pag, pág. 253.



Dimitrov

A desagregação organizativa do partido, que atingiu o auge em 1938-39, apesar dos esforços desesperados dos comunistas para a deter, era fruto da confusão política desencadeada pela linha do 7.º Congresso. Todos os conceitos leninistas que até aí tinham servido de alicerce à acção comunista — a demarcação dos interesses operários e a luta pela sua hegemonia, a luta contra o pequeno-burguês, a crítica inflexível aos restantes partidos “operários” — tinham passado a ser considerados “sectários”. A vanguarda operária já não tinha critérios para se guiar e dissolvia-se na proliferação de ilusões oportunistas. A direcção de Vasco de Carvalho, Cansado Gonçalves e Velez Grilo (o mais tarde chamado “grupelho provocatório”), ao afundar o partido no caos, não fazia mais do que levar às últimas consequências a aposta democrática unitária lançada por Dimitrov .

Quarta lição: a crise de 1936-39, desencadeada pela política de Frente Popular, comprovou que sobre a renegação do 18 de Janeiro florescia no PCP a submissão completa ao democratismo pequeno-burguês.

A LUTA CONTRA O “GRUPELHO PROVOCATÓRIO”

Com o partido sucessivamente golpeado pela polícia e a desacreditar-se pela sua impotência, os melhores comunistas reuniram-se em torno de uma fracção criada por J. Fogaça, M. Guedes, A. Cunhal, etc., para levar a cabo a segunda Reorganização.

A luta entre as duas fracções, que se estendeu ao longo de 1940-41, com dois comités centrais e dois *Avantes* concorrentes, trocando acusações de “provocação” e “trotskismo”, foi o conflito mais importante da vida do PCP. Dele saiu cristalizada uma nova concepção de política — aquilo a que se pode chamar o “cunhalismo”.

Cunhal não punha em questão a estratégia oportunista do 7º Congresso; pelo contrário, apoiava-a. Mas o fracasso da Frente Popular em Portugal tornara-lhe evidente que, sem um sólido aparelho clandestino comunista e sem uma acção de vanguarda dos operários e assalariados rurais, todas as esperanças num movimento democrático unitário se desfaziam em fumo. A pequena burguesia era manifestamente incapaz de grandes voos.

Daqui a ideia afirmada no 3º Congresso (1943) de que o PCP e o proletariado tinham de disputar à pequena burguesia republicana o lugar de primeiros combatentes na luta comum pela Democracia. Com ela, Cunhal iniciou uma nova época de expansão do PCP.

Para os operários que acolhiam com entusiasmo a nova linha do partido e a sua nova prática combativa, espicaçar a Oposição e tomar a cabeça da luta aparecia como prova suficiente de ruptura com o oportunismo. Que essa luta se cingisse apenas ao objectivo de restaurar a democracia parecia-lhes uma questão de habilidade táctica: “Para já, não assustar os republicanos; depois ajustaremos contas”. A verdade é que se dera um gigantesco passo atrás desde os tempos do 18 de Janeiro.

Quinta lição: com a crítica ao “grupelho provocatório”, a direcção de A. Cunhal mistificou a verdadeira causa da crise do partido — o da política de Frente Popular. A subordinação política do proletariado aos interesses da pequena burguesia democrática tomou uma forma mais activa e eficaz — o seu fundo não mudou.

A “POLÍTICA DE TRANSIÇÃO”

Em 1945, a direcção do partido entrou em luta com J. Fogaça, que propunha, à frente de um grupo de militantes no Tarrafal, uma nova política, “de transição”, como mais adequada para o que se julgava ser a queda iminente da ditadura de Salazar. Segundo Cunhal, este novo conflito teria sido superado sem prejuízos de maior, com a autocrítica dos comunistas em divergência.

Na realidade, a luta teve implicações muito profundas. Primeiro, porque a “transição” não era uma mera diferença táctica — era um passo aberto para a liquidação do partido. Embriagados pela esperança na democracia parlamentar a curto prazo devido à derrota do nazismo na guerra, os comunistas no Tarrafal propunham que se acabasse com os apelos à insurreição popular contra o regime, que se tirasse o símbolo da foice e do martelo do *Avante* e que se oferecesse uma saída “doce” para a ditadura.³

Segundo, porque este oportunismo liquidador surgia em contraponto à nova onda de radicalismo operário que



Júlio Fogaça

3) A “política de transição já tivera precedentes na proposta de “política nova”, formulada também no Tarratal por Bento Gonçalves pouco antes de morrer, e que consistia na oferta de cooperação a Salazar, caso este desse garantias de defender a independência de Portugal contra as ameaças de absorção pela Espanha franquista. A “política nova” e a “transição” foram os ramos nacionais da tendência liquidadora internacional do “browderismo”.



Alfredo Dinis (Alex)

despontava no partido sob o impulso das grandes greves de 1943 e 1944 e da crise política do salazarismo. A tendência de Alfredo Dinis (Alex) para dar à greve de Maio de 1944 uma dinâmica insurreccional revelava que o espírito do 18 de Janeiro podia renascer das cinzas.

Álvaro Cunhal, que criticara Alex em privado, rejeitou ostensivamente a “política de transição” no 4.º Congresso (1946). Pareceria que se distanciava mais da ala direita do que da ala esquerda do partido. Foi porém o contrário que se passou.

Desde 1944, logo após o início da polémica, a direcção do partido começou a censurar a linguagem “demasiado de classe” do *Avante*, mandou dissolver os GACs (Grupos Antifascistas de Combate), que ensaiavam os preparativos para uma insurreição popular, e centrou os esforços do partido na criação de um grande consórcio unitário da Oposição (o MUNAF, depois o MUD), para reivindicar eleições livres.

Entre as duas vias que se desenhavam para a luta operária e popular no fim da guerra — a via revolucionária e a via reformista — Cunhal escolheu a segunda. A mola real da “política de transição” — a saber, a garantia aos militares, aos liberais e aos hesitantes, à Inglaterra e aos Estados Unidos, de que o PCP **renunciava** a derrubar o regime por uma acção revolucionária de massas — foi adoptada e consagrada no 4.º Congresso do partido, através da perspectiva de um “levantamento nacional” futuro, conseguido pela “Unidade de todos os portugueses honrados e dos militares patriotas”.

Sexta lição: ao rejeitar a “política de transição”, a direcção do PCP incorporou a sua lógica oportunista na linha do partido. Em 1945, o verdadeiro derrotado foi Alex e não Fogaça. O PCP orientou-se definitivamente para o desgaste do regime através da acção eleitoral e reivindicativa, esperando que ela criasse condições para um levantamento nacional-militar.

O “PERÍODO SECTÁRIO”

O período seguinte de luta interna, também omitido no balanço de Cunhal, desenrolou-se em 1950-53, quando a direcção chefiada por José Gregório teve que encetar uma

rectificação geral da política do partido, para responder ao desaire eleitoral de 1949 e às graves perdas infligidas pela PIDE, que voltavam a ameaçar a sobrevivência do PCP.

Embora não tenha ficado assinalado por uma luta aberta entre linhas opostas, este foi um dos períodos de mais aguda luta no PCP, estimulada pelo endurecimento da política do Cominform face à campanha norte-americana da “guerra-fria”. A exacerbação dos conflitos pode medir-se pelo grande número de expulsões e despromoções de representantes da corrente moderada (Gilberto Oliveira, Gabriel Pedro, João Rodrigues, Cândida Ventura, etc.).

Na base desta viragem estava a constatação de que o partido fizera demasiadas cedências à burguesia liberal, permitindo-lhe apoderar-se da direcção do MUD, abrira-lhe demasiado as portas, na esperança de ser reconhecido como “um grande partido nacional”, desperdiçara as condições favoráveis do fim da guerra.

Uma vez mais, porém, faltou firmeza de classe para fazer uma crítica completa ao oportunismo. O partido rompeu com os liberais e procurou, com o MND, apoio nos sectores democratas radicais mas não desautorizou a linha da Unidade do 4.º Congresso. Exigiu-se a Fogaça a auto-crítica pública que nunca fizera pela sua “política de transição” mas não se pôs em causa a via do “levantamento nacional” de Cunhal. Tentou-se imprimir um cunho mais independente à luta do proletariado e ao partido, como se isso fosse possível sem sair do quadro estratégico reformista em que ele se deixara aprisionar.

Esta inconsequência estreitou cada vez mais o campo à direcção de J. Gregório, imobilizou-a no sectarismo e permitiu à ala direita do partido (Fogaça, Pires Jorge, O. Pato, etc.) voltar ao contra-ataque assim que as condições nacionais e internacionais abriram novas esperanças à reconstituição da Unidade democrática. Em 1955, o PCP iniciava **nova e mais impetuosa viragem à direita**, desta vez quase sem encontrar resistência.

Sétima lição: o sectarismo e o dogmatismo do PCP em 1950-53 não resultaram de pretensões revolucionárias “excessivas”, mas, pelo contrário, da **vacilação** de se pretender virar à esquerda sem romper com o curso tradicional.



José Gregório

A "SOLUÇÃO PACÍFICA"



MUD Juvenil XXV

Em 1960, regista ainda Cunhal, o PCP venceu um desvio de direita (a "solução pacífica para o problema político português") e uma tendência anarco-liberal no trabalho de direcção. Também esta luta teria sido satisfatoriamente resolvida pela boa vontade de todos os intervenientes, vindo a culminar no "*ulterior desenvolvimento da linha revolucionária do partido*".

Na realidade, o que se passou em 1956-59 foi uma explosão de oportunismo desencadeada pela tese do 20.º Congresso do PCUS sobre a "possibilidade de passagem pacífica ao socialismo". Desta vez numa escala muito mais vasta do que a vertigem de direita detonada vinte anos antes pela política das Frentes Populares do 7º Congresso da Internacional.

Deslumbrados pelas novas perspectivas de colaboração de classes legitimadas pelo 20º Congresso e correspondendo às orientações de Krutchov para que os comunistas dessem sinais de boa-vontade, os dirigentes do PCP traduziram-nas de imediato pela "possibilidade de afastamento pacífico de Salazar". O eixo da política do partido foi deslocado para a rápida construção de um movimento unitário tão amplo como nunca se vira, capaz de englobar até os fascistas descontentes. Já não era preciso pensar em derrubar Salazar porque a Oposição iria roubar-lhe toda a base de apoio...

Com este oportunismo extremo, Fogaça esquecia a lição já tirada pela ala de Cunhal: só um PCP sólido na classe operária, capaz de se defender, podia impor-se ao respeito de toda a Oposição e empurrá-la para a luta.

Tal como vinte anos antes, o sacrifício do partido à Unidade revelou-se arriscado e improdutivo. Incapaz de tomar uma atitude independente na grande agitação popular em torno do general Delgado, o partido perdeu a capacidade de mobilização operária, o seu aparelho clandestino tornou-se mais e mais vulnerável aos golpes da PIDE, a sua autoridade como parceiro das forças liberais foi abalada.

A dinâmica da "solução pacífica", ao buscar uma liberalização do regime a curto prazo e por qualquer preço, arrastava o PCP para concessões sempre maiores. Em 1960,

quando retomou funções na direcção, após a fuga da cadeia, o PCP estava em risco de perder o papel de motor da Oposição, que se tornara a razão da sua vitalidade política. Não foi difícil a Cunhal obter plenos poderes de uma direcção em crise e restabelecer o partido na rota do oportunismo cauteloso, vigilante e esforçado de que fora desviado pelas fantasias da “solução pacífica”.

Ao triunfar mais uma vez sobre os seus opositores internos, Cunhal não se limitou a restabelecer “a via do levantamento nacional”. As suas concepções acerca do caminho para derrubar Salazar sem revolução amadureceram na linha do 6.º Congresso. O reformismo português, estimulado pela experiência de 1956-59, elaborou a cúpula estratégica que lhe faltava. Mas para isso teve que derrotar primeiro uma nova dissidência que lhe surgiu desta vez pela esquerda.

Oitava lição: o traço característico da “solução pacífica” foi o seu elevado apodrecimento. O traço característico da luta contra a “solução pacífica” foi a consolidação do oportunismo em torno da estratégia da “revolução democrática e nacional”.

O MAOÍSMO

Em 1963-64, segundo o secretário-geral do PCP, alguns membros abandonaram o partido a fim de formarem grupos maoístas. Também isto é quase verdade; só lhe falta o “quase”.

A cisão de 1963 não foi uma bagatela, mas o culminar de uma luta de tendências gerada no interior do partido como ressaca da luta anterior. Ao criticar o oportunismo da “solução pacífica”, Cunhal não podia evitar que se rompesse a lógica oportunista reinante e que surgissem perguntas novas: como pudera o partido rebaixar-se ao ponto de oferecer uma saída pacífica a Salazar? porque tinha que se subordinar o partido às exigências da Unidade? o que se fizera afinal para dar independência política à classe operária? por que se tinha esquecido os camponeses pobres como primeiro aliado da classe operária?

A polémica China-URSS, a insurreição em Angola, o reacender da agitação popular em 1961, deram uma enver-





gadura inesperada à nova polémica que se iniciava. Acompanhar Krutchov na denúncia do “estalinismo”, na via pacífica e na coexistência pacífica, ou atrever-se a dizer que isto já nada tinha a ver com a revolução russa? Fazer a condenação moral da guerra em Angola ou ir à luta pela derrota do governo nessa guerra, enfrentando a acusação de “traição à Pátria”? Continuar a oferecer aos democratas a luta operária e popular como força de choque ao serviço dum levantamento nacional-militar, ou jogar a fundo nas perspectivas novas para a insurreição popular?

Nunca desde a sua fundação enfrentara o PCP uma opção de tal envergadura, que enfeixava na mesma polémica todas as questões sucessivamente acumuladas em decénios de compromissos e cedências. Virar mais à direita ou virar finalmente para a esquerda?

A resposta estava de antemão traçada. Sob a condução de Álvaro Cunhal, o PCP transpôs o umbral que lhe faltava para entrar na maioria reformista: travou uma luta sistemática contra a ala esquerda e teorizou-a nos documentos do 6.º Congresso. O facto de esta ala esquerda, então agrupada no Comité Marxista-Leninista Português, ser numericamente insignificante e estar ela própria amarrada, através do maoísmo, a muitas das tradições do movimento, não diminuiu a importância da opção feita pelo PCP. Activou-se a sua dinâmica para se integrar de forma mais completa e consciente nos destinos da sociedade burguesa.

Nona lição: na luta de 1963-64 teve o seu coroamento a guerra confusa, arrastada, mas nunca interrompida desde 1921, para decidir se o PCP seria um partido operário ou um partido pequeno-burguês para operários. O PCP estabilizou-se como um partido de reformas democráticas no quadro do capitalismo.

O “MENCHEVISMO” EM PORTUGAL

As lutas internas no PCP não são acidentes ou o resultado de “erros”. Formam uma sequência coerente através da qual o partido se deslocou, numa série de ziguezagues, do campo da revolução, para o campo do reformismo. Passadas as lutas iniciais, que preenchem o processo de formação do partido, estende-se entre o 18 de Janeiro e a teoria da “revo-

lução democrática e nacional” um período de 30 anos de conflitos, reajustamentos e sobressaltos, que correspondem à tomada do partido pela pequena burguesia e à sua transformação num partido pequeno-burguês para operários.

É pois completamente insustentável a tese, defendida pelo PC(R), de um brusco *“assalto da camarilha revisionista à direcção do velho PCP revolucionário de Alex, Militão e Gregório”*, na sequência do 20º Congresso. Difundida para tentar capitalizar em benefício da corrente marxista-leninista o passado do PCP e facilitar a atracção da sua base operária, esta tese só serviu para empobrecer a crítica ao revisionismo e transferir para o PC(R) tradições oportunistas herdadas do “velho PCP”.

Pelo mesmo motivo, é igualmente destituída de fundamento a tese preferida dos meios social-democratas e liberais, que interpretam as lutas internas do PCP como meros ecos das viragens da política externa da URSS. As lutas internas no partido surgem em geral sob o influxo de viragens na política do movimento comunista. Mas correspondem a conflitos de classe nas fileiras dos comunistas portugueses, impulsionam ou dificultam uma luta de clas-





ses interna — a disputa da direcção do Partido Comunista Português entre a classe operária e a pequena burguesia.

O traço mais característico das lutas internas no PCP é a fraqueza extrema da sua corrente de esquerda, privada de perspectiva estratégica e por isso eivada de preconceitos putschistas e sindicalistas. Sempre minoritária no partido, a corrente de esquerda revelou, além disso, uma consciência muito imperfeita dos seus objectivos. Só na cisão de 1963, uma esquerda já reduzida à ínfima expressão foi capaz de formular uma plataforma de ruptura que deu origem à corrente marxista-leninista.

Esta fraqueza da esquerda é que explica que os saltos, as viragens, as lutas de fracções (cuidadosamente esbatidas pela historiografia oficial do PCP) raramente tenham sido obrigadas a definir-se com rigor e a pôr plataformas antagónicas em confronto. A polémica girava em regra em torno de questões táticas e organizativas, que ocultavam as opções políticas de fundo.

Foi nestas circunstâncias que o PCP pôde deslizar gradual e quase insensivelmente do objectivo revolucionário para o alvo da democracia burguesa sem romper a fidelidade formal ao leninismo.

Esta evolução, que não foi mais afinal do que uma parcela da grande viragem internacional do movimento comunista ao longo do último meio-século, foi afastando cada vez mais a prática do partido da sua teoria. Em teoria, partido leninista para a luta contra o movimento operário, pela conquista do poder, pela revolução socialista. Na prática, partido para articular a luta económica dos operários na luta política de toda a Oposição, pela conquista da Democracia. Em teoria, instrumento da hegemonia do proletariado. Na prática, instrumento da hegemonia pequeno-burguesa, sob o argumento de uma política “leninista” de alianças.

Foi neste quadro que a luta interna no PCP evoluiu basicamente para uma luta entre duas correntes oportunistas e que nessa luta se formou o “cunhalismo” como expressão acabada daquilo que se pode chamar o “menchevismo” português. O traço mais evidente do “cunhalismo” é a sua prudência perante as inovações extremas, o que lhe granjeou uma imagem radical e leva os críticos burgueses a

classificarem-no como “estalinista”. Isto não é resultado do temperamento de Cunhal mas das condições da luta de classes em Portugal. A. Cunhal aprendeu na dura escola da luta antifascista a não acreditar em concessões fáceis. A experiência ensinou-lhe que só o motor da luta operária consegue dinamizar e empurrar para diante as forças “democráticas e patrióticas” da burguesia. A sua mensagem de meio-século pode resumir-se nesta ideia: “As reformas ninguém no-las dará se não formos nós a lutar por elas”.

Esta vigilância reformista, que o levou por duas vezes a entrar em conflito com a escola moderada de J. Fogaça, permitiu ao PCP conservar todos os seus trunfos perante os aliados democrático-burgueses incertos e poltrões e dinamizar o “levantamento nacional” tal como o sonhara: com os militares, com os democratas, com o povo, com o PCP – e sem revolução.

Foi também ela que poupou ao PCP os desaires que, a partir do 20º Congresso, engoliram tantos outros partidos. Hoje, Carrillo e Prestes, em tempos delfins da audácia oportunista, definham na falência, enquanto o “dogmático” Cunhal chefia um dos mais influentes partidos revisionistas. A sua prudência e senso de equilíbrio permitiram-lhe conduzir o PCP para o campo do parlamentarismo e da defesa da ordem sem deixar abrir nenhum espaço significativo à sua esquerda no movimento operário. **A “dureza” do cunhalismo foi a forma necessária para conduzir o movimento operário português em bloco para o reformismo.**

A segunda característica notável do “cunhalismo” é a sua vocação para absorver as contradições internas, fundir as posições opostas numa linha comum, “*ter em conta o lado justo mesmo das críticas erradas*”, “*não pôr rótulos nos camaradas em divergência*”, “*tudo fazer para evitar a cristalização de opiniões*”. Cunhal conseguiu assim atenuar o ritmo e a violência das lutas internas e fazer evoluir o partido para a direita através de um longo período de pacificação interna.

Esta sabedoria centrista, como todo o centrismo, não é neutra. A paciência unitária demonstrada pela corrente dominante no PCP face às propostas abertamente capituladoras, como a “transição” e a “solução pacífica”, teve a sua contrapartida na inflexibilidade com que foi combatida a ala esquerda do partido. O que se compreende: a polémica



com os capituladores era uma luta entre camaradas, susceptível de ser harmonizada numa plataforma comum; a polémica com os chamados “esquerdistas”, pelo contrário, era uma luta contra inimigos, representantes de outra corrente, estranha à trajectória reformista do partido.

A ideologia da superação pacífica das contradições no PCP encobre uma política de fusão com a ala direita do partido e de eliminação da sua ala esquerda.

Estas características do cunhalismo permitiram-lhe integrar o PCP nas instituições, sem rupturas no movimento operário e com relativa estabilidade interna. Contudo, a marcha lenta mas incessante da luta de classes, marcada pelos abalos da crise revolucionária de 1974-75, dita o envelhecimento progressivo do cunhalismo. O PCP caminha para novas crises internas, em que vai ser elaborado um novo sistema de ideias e um novo estilo, mais adequados ao passo seguinte da sua trajectória: **tornar-se um partido de governo.**

É talvez pressentindo a aproximação desse conflito que Álvaro Cunhal se ocupa no seu último livro em extrair das lutas do passado uma lição moderadora e unitária. Não parece que possa com isso poupar o PCP à sua décima luta interna.

Novembro/Dezembro de 1985



JÁ NÃO HÁ PORTUGUESES HONRADOS

Com a malograda campanha pela eleição dum presidente eanista, o PCP comemorou da pior forma meio século de luta pela unidade democrática. O mais duro para os adeptos de Cunhal não foi ter de engolir o voto em Soares mas ter visto desabar em semanas toda a estratégia de cola-gem ao eanismo. Mais um projecto unitário do partido a acabar em desilusão.

Nestes dias, Álvaro Cunhal não poderá deixar de reflectir melancolicamente sobre o fracasso da obra a que consagrou toda a sua vida. E os militantes do PCP, se ainda lhes restar algum espírito autocrítico, terão que se interrogar sobre a política em que sucessivas gerações em penharam tantos esforços e sacrifícios. Com efeito, foi exactamente há 50 anos que Cunhal surgiu na direcção do Partido Comunista, animado pela grande esperança de criar uma frente com todos os democratas e patriotas, que tornasse mais fácil a queda de Salazar. Desde esse dia até hoje, sete grandes campanhas se sucederam, nas mais diversas circunstâncias, por aquilo a que Cunhal chamou, com o fogo da sua eloquência, a “unidade dos portugueses honrados”.

Milhares de comunistas desafiaram perseguições, passaram pelas cadeias, na primeira fila da luta operária e popular. Mas a tal unidade parece cada vez mais distante e os destinos da vida nacional cada vez menos nas mãos do PCP. Chega a hora em que até os mais crédulos têm de se perguntar: se em vez de lutar pela democracia, tivéssemos lutado pela revolução, não estaríamos melhor?

O peso do desalento que abate os militantes do PCP tem uma história, ainda que muitos a desconheçam. É a história dessas sete campanhas que aqui recordamos brevemente. Como aviso aos incautos.

1ª CAMPANHA: A FRENTE POPULAR

Em 1936, Cunhal chegou de Moscovo disposto a realizar em Portugal a alternativa nova que Dimitrov propusera aos comunistas: deixemos a luta “sectária” por uma impossível revolução soviética, liguemo-nos aos republicanos e



liberais para conseguir pelo menos a democracia e a paz. Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar.

O PCP mobilizou-se para a formação de uma Frente Popular semelhante às que em França e Espanha despertavam tantas esperanças. Os resultados, porém, não foram famosos: enquanto se discutia o programa de governo da Frente Popular, a resistência ao fascismo chegava ao ponto mais baixo. A moderação do partido fazia-lhe perder o crédito junto dos operários sem conseguir convencer os republicanos a uma luta que achavam suicida. Assim se chegou ao ano negro de 1939, sem Frente Popular, sem luta antifascista e quase sem Partido Comunista.

2ª CAMPANHA: O MUD

O erro, pensou Cunhal, fora a falta de força do partido para ganhar os aliados. Os republicanos eram honrados mas fracos. Se se concentrasse primeiro o esforço no fortalecimento da influência comunista junto dos operários, os aliados viriam. Assim se fez durante os conturbados anos da guerra e os resultados pareceram de início prometedores. Em 1945, o PCP, dirigente de grandes greves, tornava-se o animador do MUD, Cunhal era ouvido com respeito pelos democratas, o povo manifestava-se contra a ditadura.

Mas uma doença minava esta grande unidade: os republicanos perceberam que a mistura com o PCP não os ajudava junto dos ingleses e americanos; receavam a queda da ditadura por uma insurreição popular; queriam ser eles a subir ao poder, por eleições ou por um golpe militar, mas sem desordens.

Cunhal viveu a amargura da ingratidão. O grande movimento do MUD acabou como um balão vazio na candidatura de general Norton de Matos. Salazar riu-se da Oposição impotente. E o partido, de novo isolado, sofreu tão duros golpes da PIDE que quase voltou a ser destruído.

3ª CAMPANHA: O GENERAL DELGADO

Nos anos seguintes, com Cunhal na cadeia, o PCP começou a ter sérias dúvidas sobre a viabilidade da união com os republicanos, menos interessados do que nunca em





situação insustentável ao regime e forçaram uma parte do exército a agir para evitar o descalabro total. O 25 de Abril, apregoado como o coroamento de decénios de luta democrática, foi-nos oferecido pelos povos de África.

5ª CAMPANHA: A ALIANÇA POVO/MFA

No meio da euforia da liberdade, Cunhal pôde convencer-se e convencer os demais de que o 25 de Abril fora um prémio de meio século de Unidade. Agora só faltava mais unidade para consolidar a democracia.

Aconteceu contudo o que não previra: a derrocada do Estado fascista abriu brechas por onde os operários e assalariados se internaram sem regras nem normas: manifestações, greves, ocupações e exigências inconcebíveis. Cunhal seguia-os, fingindo que os conduzia para não dar parte de fraco. Mas o seu instinto dizia-lhe que todo aquele tumulto não ia dar em nenhuma Democracia Nacional. A desunião era cada vez maior. Estava em risco de se perder o esforço de quase meio século.

A aliança Povo/MFA foi a nova tradução da estratégia da Unidade. Podia-se confiar nos capitães de Abril, nos seus ideais democráticos, na sua moderação e bom senso, na sua força. Amparada a eles, a democracia salvar-se-ia das minorias reaccionárias como das “esquerdistas”.

Mas, para surpresa de Cunhal, os militares de Abril mostraram-se incrivelmente fracos e divididos perante a direita. Além disso, quanto mais se evitava dar pretextos à reacção, mais ela crescia. E assim o sonho de Abril naufragou no 25 de Novembro sem ser disparado um tiro. Ia ser preciso recomeçar de novo.

6ª CAMPANHA: A MAIORIA DE ESQUERDA

Não havia que dramatizar os acontecimentos, pensou Cunhal. Perdera-se a utopia da revolução mas ganhara-se um Estado democrático avançado. Os socialistas, agora livres da psicose dos tumultos, compreenderiam a vantagem de colaborar com um forte PCP bem implantado no parlamento, nos sindicatos, no Alentejo, nas autarquias. A própria vida imporia a Mário Soares a necessidade de se

apoiar numa maioria de esquerda para fugir à ameaça da direita.

Mas o PS só entendia que era preciso devolver a confiança aos capitalistas traumatizados e aos americanos descrentes e para isso golpear o PCP e as “conquistas de Abril”. A mão estendida do PCP foi grosseiramente repelida. O PS aliou-se ao CDS, meteu o país nas mãos do FMI, deu cabo da reforma agrária, fez todos os fretes à direita, até que acabou logicamente por ser derrubado pela AD.

Os trabalhadores descobriram acabrunhados que a “transição para o socialismo” que o PCP diariamente lhes prometia desembocava na direita. A desmoralização alastrou como nunca: para onde vamos agora? Mas nem tudo estava perdido porque Cunhal descobria uma nova estrela democrática a despontar — o eanismo.

7ª CAMPANHA: EANES AMIGO

Se o PS se deslocara para a direita de forma tão decepcionante, raciocinou Cunhal, o lugar dos verdadeiros democratas irá certamente ser ocupado por uma nova força. Ainda havia portugueses honrados em Portugal, capazes de se aliar aos comunistas e aos trabalhadores para salvar a democracia.

Durante cinco anos, o PCP acompanhou com desvelo os passos cambaleantes do jovem partido eanista, evitando tudo o que o pudesse perturbar, demonstrando-lhe que o PCP é forte e sem arrogância e modesto nas suas pretensões. Fez-se tudo o que se pôde para derrubar Soares sem assustar Eanes.

Finalmente, em Outubro, numa explosão de alegria, Cunhal julgou ver premiados os seus esforços: o PRD ia roubar a influência ao PS, Soares ia sofrer o castigo por ter voltado as costas ao povo e se ter vendido ao imperialismo, a Unidade democrática iria criar finalmente um regime estável em Portugal.

Em Janeiro, foi o desabar dos sonhos. A 7ª campanha chegava ao fim derrotada de forma ainda mais humilhante que as anteriores. A maioria do povo rejeitava a Unidade e dava preferência aos dois candidatos da direita e do imperialismo, Freitas e Soares. Não houve remédio



senão cerrar fileiras em torno do menos mau para evitar o pior. Os militantes do PCP sofreram um abalo político de que tardarão a recompor-se.

VEM AÍ A 8ª CAMPANHA

A esta hora, Cunhal repõe, com paciência tenaz, as pedras no tabuleiro unitário desmantelado: talvez Eanes consiga dar novo fôlego ao raquítico PRD; talvez o PS compreenda o perigo da direita; talvez Soares se reconcilie com Eanes... Se o PCP continuar a demonstrar que é uma força necessária e responsável, quem sabe?

A unidade democrática dos bons portugueses já foi tentada em todas combinações possíveis: em fascismo, em democracia, em crise revolucionária; com republicanos tradicionalistas, com socialistas, com generais descontentes e com capitães amotinados; com manifestações, greves, petições, eleições.

Falhou sempre, mas Cunhal não esmorece. Com fé obstinada e obtusa que seria comovente se nela não fossem jogados os destinos da classe operária portuguesa procura o milagre de uma República estável em que todos sejam felizes, os bons operários e os bons patrões, todos em pacífica caminhada para o socialismo.

Cunhal não entende que o seu esquema está de pernas para o ar: não é apelando à unidade que se alcança o socialismo; só se a classe operária for capaz de impor o socialismo, em guerra aberta com a burguesia, conseguirá unir o povo. Não é a Unidade que dá a revolução, é a revolução que dá a unidade. Cunhal errou tudo.

E é incapaz de perceber que, com o seu grande projecto, julgando conduzir a política nacional, tem sido conduzido. E tem levado a classe operária a reboque dos ziguezagues da burguesia democrática e nacional, cada vez menos democrática e nacional. Fez-nos perder meio século.

Mas está firmemente convencido de que tem razão e vai lançar-se na sua 8ª campanha. Com realismo. Vai tentar despertar os brios democráticos do presidente Soares, cativar o PS, amparar o PRD, aceitar a UGT, mostrar-se sensato face às realidades da CEE e da NATO. Vai pôr o movimento operário de joelhos. Aos que o quiserem seguir, bom proveito.

Março/Abril de 1986

A AGONIA DO CUNHALISMO

Cunhal será aclamado no próximo congresso mas o “cunhalismo” caminha para o fim. Depois de ter cortado as pontes com a esquerda, só resta ao PCP integrar-se na ordem – sem floreios radicais.

A *perestroika* e a *glasnost* já começaram a fazer estragos no PCP. Era fatal. Cunhal sabia-o e as suas declarações de apoio incondicional disfarçavam mal a ansiedade.

Com efeito, os factores de crise que se têm ido acastelando no partido, ano após ano, decénio após decénio, mantinham-se por assim dizer congelados, graças ao imobilismo brejneviano. Era esse o parapeito em que Cunhal se entrincheirava, para repelir a tímida pressão dos *liberais*, desejosos de mais reformas: o PCP não tinha nada que rever na política da “revolução democrática e nacional”; os camaradas soviéticos não aprovavam as aberturas “à italiana” ou “à húngara”; não se deviam apagar as fronteiras com a social-democracia nem consentir que a flexibilidade descambasse em revisionismo; etc.

A DESFORRA

Foi escorado neste apoio que Cunhal conseguiu manter uma aparência de unidade interna ao longo destes difíceis doze anos. Ninguém queria correr o risco de ser excomungado como desviacionista, ainda para mais depois do desastre do “eurocomunismo” espanhol.

Mas agora, com a ruptura do dique soviético e com as novidades que chegam em catadupa de Moscovo, a um ritmo estonteante, é como se uma artilharia pesada atingisse com tiro certo as trincheiras de Cunhal. O ambiente no partido começa a mudar. Os suspeitos de desviacionismo passam a *ortodoxos*. Agora são eles que perguntam a Cunhal de que está à espera para se reciclar. Afinal, sempre havia erros “dogmáticos” e “imobilistas”. Afinal, sempre é preciso levar mais longe as “lições históricas” do 20.º Congresso do PCUS. Afinal, parece que há muito para rever na política tradicional do partido.





A história prega assim uma partida maliciosa ao velho secretário-geral do PCP: quando esperava reformar-se com a coroa de glória de 50 anos de fidelidade sem falhas à linha do PCUS, dizem-lhe que foi fiel demais.

Num partido que sempre se alimentou de uma “confiança inabalável” na justeza da sua linha política, a comção pode degenerar em terramoto. A carga dos desaires dos últimos anos é muito pesada. Tudo vai ser posto em cara a Cunhal, em público ou em privado.

ACUSAÇÕES

Se a plataforma encabeçada por Vital Moreira e Veiga de Oliveira se limita por agora a pedir garantias de democracia no próximo congresso, não haja dúvidas de que esta é apenas uma batalha preparatória. A seguir virá o sumo das divergências, a massa dos problemas políticos em suspenso.

Por exemplo: quando é que a direcção se decide a reconhecer as suas responsabilidades no desaire eleitoral de 19 de Julho? Perdeu ou não o partido toda a credibilidade ao ver-se forçado a apoiar Soares poucas semanas depois de o ter achinchado pelas paredes como “*bom americano*”? Porque é que o partido continuou durante tanto tempo para além do 25 de Novembro agarrado às teses irrealistas do “*sector socialista da economia*” e das “*conquistas revolucionárias irreversíveis*”, insistindo em falar grosso quando se impunha um recuo táctico? Quem foi responsável pela *demagogia obreirista* das greves gerais de 1982 e 1983, que deterioraram irremediavelmente as relações com o PS? Foi ou não um erro grosseiro julgar que se podia compensar a ruptura com o PS apostando na carta furada do general Eanes e do seu fantasmagórico PRD? Porque é que a direcção do partido não soube prever a “punhalada” de Tengarrinha e o desabar do decrépito MDP? Porque se tardou tanto a tomar uma atitude *razoável* face à UGT, a entrar para o Conselho da Concertação Social e para a Assembleia Parlamentar da NATO? Porque é que, em vez de ter mandado Pires Jorge a fazer reportagens ao Afeganistão, não se adoptou uma atitude de reserva perante essa aventura brejneviana? Porque é que o partido pôs uma pedra sobre os erros e crimes do período

de Staline, vendo-se agora na situação ridícula de ser mais papista do que o papa? Quando é que se reconhece finalmente que a prática do unanimismo torna o partido cada vez mais amorfo? Porque se insiste numa atitude tão antiquada perante a cultura e as novas realidades do mundo de hoje? Porque é que a prosa do *Avante* não interessa a ninguém?

Trata-se, não pode haver dúvida, de uma **contestação geral pela direita** à linha até hoje seguida pelo partido. Todos os erros, incoerências e fracassos acumulados servem de capital aos partidários de maiores cedências.

Os meios políticos burgueses já o perceberam perfeitamente e por isso aplaudem a “*frontalidade*” dos dissidentes. A burguesia já desesperava de ver quebrado o encanto do unanimismo, essa arma temível de Cunhal. Há 30 anos que não havia notícia de lutas internas sérias no PCP.

HERDEIROS DE FOGAÇA

Os *renovadores* que agora levantam a cabeça retomam uma velha herança. Há 30 anos, quando Kruchoy lançou no 20.º Congresso as suas inovações “*humanistas*”, que deitavam ao caixote do lixo toda a tradição dos partidos comunistas durante o período de Staline, o PCP passou por uma crise semelhante à que agora se desenha.

Em poucos meses, despontou na direcção do partido uma corrente irresistível que se pôs a traduzir para português as novidades vindas de Moscovo. Romper com a linguagem obreirista radical que provocava o retraimento da oposição democrática, abrir espaço político junto das camadas intermédias da população, “*desagregar*” o campo fascista abrindo-lhe perspectivas de transição – tal era a ambição dos liberais da altura, liderados por Júlio Fogaça, velho especialista neste género de manobras.

O mal dos *liberais* de 1957-58 foi a conjuntura desfavorável. Os seus apelos ao “*afastamento pacífico do Prof. Salazar*” e a mão estendida aos “*homens honestos*” da União Nacional e da Legião soavam a capitulação pura e simples no momento em que a ditadura reprimia as manifestações populares de apoio ao general Delgado.

Cunhal triunfou com facilidade das inépcias do “*desvio de direita*” logo que retomou a direcção do partido,





após evadir-se da cadeia. Começara entretanto a guerra colonial, esfarelavam-se as esperanças de democratização pacífica do regime e, na União Soviética, voltava a murchar a *primavera* kruchovista.

Os dez anos transcorridos entre 1965-74 foram talvez o período áureo do *cunhalismo*. O edifício teórico do partido recebeu a sua cúpula com a perspectiva da “revolução democrática e nacional”, aprovada no 6º Congresso contra direitistas e “esquerdistas”. A influência do PCP alargou-se em todas as camadas da população. E, um belo dia, a “revolução” acabou por triunfar, exactamente como Cunhal predissera, pela união do povo com os “militares patriotas”, sem tumulto, sem excessos, sem sangue.

A democracia nacional não era um sonho. Durante 19 meses de embriaguez geral, Cunhal foi cortejado como precursor da “*revolução dos cravos*”, ídolo dos operários, personalidade influente do regime, pai da Reforma Agrária, marxista-leninista sagaz.

O milagre revolucionário era contudo frágil, como todos os milagres; primeiro lentamente, depois cada vez mais depressa, começou a desfazer-se em poeira. As posições conquistadas pelo partido foram-se esboroando sob o ataque concertado da burguesia; com a agravante de que o partido nem sequer tem pontos de apoio para resistir, porque está enleado na “*defesa da legalidade democrática*”, a grande bandeira com que Cunhal julgava unir todos os democratas.

À medida que as derrotas se somavam, cresciam as dúvidas sobre a perspicácia infalível do secretário-geral. E, uma vez que no PCP já não há lugar para um pensamento revolucionário – morto e enterrado há dezenas de anos –, a contestação só pode vir da direita: se o partido perde terreno, é porque ainda é demasiado radical...

O NOVO DESVIO DE DIREITA

Sob o influxo da *perestroika*, as objecções que se mantiveram durante anos dispersas e confinadas a certas áreas intelectuais contagiam rapidamente o aparelho partidário e sindical, organizações de empregados e da juventude, e não é de excluir que já tenham adeptos na direcção.

Ao afirmar que *“a perestroika é positiva porque traz nova vitalidade ao socialismo, mas não deve ser confundida com uma perda do carácter de classe do partido”*, Cunhal tenta cavar uma trincheira que será difícil de manter. Mesmo contando com a grande maioria da base operária, que se agrupa instintivamente à sua volta. É que as realidades da luta de classes não perdoam.

Na realidade, a situação é hoje incomparavelmente mais favorável para os renovadores do que há 30 anos.

Primeiro, porque o actual apodrecimento democrático-burguês empurra para diante a ala direita do partido, exasperada por estar a perder as oportunidades de ascensão social; se houve tempos em que esta pequena burguesia era por tendência radical, hoje ela é naturalmente carreirista e já não espera benefícios nenhuns da resistência operária.

Segundo, porque a base operária chegou a uma profunda desmoralização depois de 12 anos de derrotas para ela incompreensíveis. A luta dos operários do partido contra os direitistas pode incendiar-se no decurso da polémica, mas vai ser essencialmente defensiva.

Terceiro – e isto é decisivo – porque o PCP **já não tem** um programa político a realizar e não pode inventá-lo. Há 20 anos havia uma meta mais ou menos convincente a cumprir, a *“democracia nacional”*, ou seja, o desmantelamento do aparelho fascista-monopolista-colonialista. Mas agora essa meta gastou-se e nada mais resta do que tentar melhorar a democracia, uma vez que para o PCP o derrubamento da burguesia é uma palavra vazia de propaganda.

Quarto, porque a viragem à direita na União Soviética é agora mais vasta, mais profunda e consolidada do que no tempo de Kruchov. Os reformadores falam com a autoridade que lhes dão os vinte anos perdidos pela estagnação brejneviana. A URSS está a mudar e não haverá retórica que disfarce as realidades cruas da economia de mercado. A imagem tradicional da URSS formada na cabeça dos operários comunistas portugueses vai-se desfazer e esse é um golpe irreparável para um partido que tentou a todo o custo preservar o mito do socialismo soviético.

Isto não quer dizer que o próximo congresso do PCP traga já as convulsões que muitos adivinham. Uma desautorização pública de Cunhal é, parece-nos, impensável.





Ninguém no partido tem força para o atacar frontalmente. Além disso, o golpe que isso representaria para o prestígio do partido teria consequências que todos sabem irreparáveis.

É por isso mais provável que as divergências sejam escamoteadas por meio de resoluções de compromisso, tipo enguia, dando razão a toda a gente. Os contestatários mais atrevidos poderão até ver-se isolados. Cunhal será aclamado.

E, no entanto, a confirmação do *cunhalismo* como linha do partido será apenas aparente. O fogo continuará a lavrar para além do congresso e a viragem acabará por impor-se, por etapas graduais ou com rupturas dramáticas, com Cunhal ou depois da sua retirada.

A AGONIA DO CUNHALISMO

O que está a acabar no PCP e no movimento operário português é toda uma época histórica. A *perestroika* apenas vem acelerar a eclosão de uma crise há muito latente.

Álvaro Cunhal foi o ideólogo mais destacado de uma corrente democrática radical, típica de um país de capitalismo atrasado, que se alimentava da revolta da classe operária, dos assalariados agrícolas e da pequena burguesia arruinada. O seu *marxismo* aspirava a libertar o país da clique fascista, dos monopolistas, dos latifundiários e da dominação imperialista, mas adiando para um futuro indefinido a tarefa da revolução proletária, que lhe parecia demasiado *extremista*.

Como era fatal, este género de *comunismo* tinha que envelhecer. Foi ultrapassado pela marcha da luta de classes. Já não tem lugar no Portugal de hoje.

Para Cunhal, como para os seus críticos, só o que resta é tentar prolongar a existência de uma corrente **morta**. Os novos desafios que se colocam ao PCP já nada têm a ver, nem de perto nem de longe, com os interesses do movimento operário. Cingir-se-ão à disputa entre duas (ou três) alas da pequena burguesia *comunista*, decompondo-se no pântano da sua impotência, da sua ausência total de alternativas ao capitalismo, das suas inevitáveis traições aos operários.

. . .

Há dias, o sebento dr. Eduardo Prado Coelho, cate-
drático na refutação do marxismo, comentava enfatiado
num jornal que a polémica em curso no PCP não tem impor-
tância nenhuma, porque, nos dias de hoje, já não faz sentido
discutir tácticas para pôr fim ao “*chamado capitalismo*”. A
única atitude de bom senso, explica ele, consiste em aperfei-
çoar o sistema.

E é este, de facto, o futuro que se abre à frente de
Álvaro Cunhal, Vital Moreira, Carlos Brito, Carlos Costa.
Que outra coisa pode fazer quem se recusa a admitir a
necessidade da revolução proletária?

Dediquem-se, pois, a essa nobre missão de humani-
zar o regime dos tigres. Mais fácil será para a nova corrente
comunista constituir-se como pólo agregador do movimento
operário e deitar mãos à tarefa que a história coloca – o
derrube da burguesia.

Janeiro/Fevereiro de 1988



AS TRÊS “SENSIBILIDADES” DO PCP



O brusco desaparecimento do PCUS veio acelerar o processo de cisão e desagregação inevitável nas fileiras do PCP. Contida até agora graças à autoridade de Álvaro Cunhal, essa explosão não poderá ser evitada por muito mais tempo.

As declarações de José Luís Judas mostram que os opositoristas do aparelho sindical do partido, até agora na expectativa, consideram a situação madura para uma ofensiva contra a direcção. E o caos político e ideológico dentro do partido é tão grande que no dia em que se romper o dique disciplinar, a celebrada “unidade partidária” vai desfazer-se como um baralho de cartas.

Quanto a saber se o PCP ficará nas mãos dos “ortodoxos” ou dos “renovadores” ou será partilhado entre ambos, é assunto que pode apaixonar os militantes e decerto contará para os futuros jogos partidários mas não tem nada a ver com os interesses dos comunistas e da classe operária. Esses há muito passam longe do PCP.

INTELECTUAIS RECUPERADOS

Mais uma revoada de dissidentes (na verdade, bem menor do que esperava a opinião burguesa...) levantou voo depois dos acontecimentos de Moscovo, piando com indignação tardia contra a falta de espírito democrático do PCP.

Estas crises de consciência dos intelectuais e quadros que de há uns anos a esta parte têm abandonado o partido podem ser muito sinceras mas politicamente não valem nada. Enquanto durou a tendência de radicalização do movimento (nas décadas de 60 e 70), o PCP atraía-os porque lhes oferecia a possibilidade de praticar um progressismo não “extremista”, um “comunismo” que não os obrigava a cortar com a sua ideologia democrática burguesa e até a justificava com argumentos “marxistas”. Tudo isto assente sobre uma base operária compacta e tendo em fundo o colosso da URSS, o que dava um reconfortante sentimento de segurança e proporcionava vias de realização profissional.

Eram vantagens tão impressionantes que bem se podia fechar os olhos ao monolitismo, à esterilidade intelectual, ao sectarismo, às cambalhotas na esteira da União Soviética... Mas quando a onda começou a esvaziar-se, veio o tempo da reflexão e estes intelectuais descobriram que não podiam contemporizar mais com o “stalinismo”; tornou-se-lhes claro que a realização gradual duma maior justiça social só podia vir da social-democracia. Uns entram para o PS, outros ficam-lhe na orla, outros ainda avançam com audácia até ao PSD.



O corte com o “stalinismo” em nome dos valores da democracia burguesa sempre foi um corte *pela direita*; hoje, feito no momento em que se desvanece o poderio da “grande pátria do socialismo”, é duma hipocrisia transparente. Independentemente das motivações de cada um, trata-se da passagem em tumulto do barco que se afunda, donde já não há nada a esperar, para o barco vizinho da social-democracia.

É caso para os felicitar; ao libertarem-se do rótulo de “comunistas” descobrem finalmente a sua identidade política que lhes estava oculta e desembaraçam o movimento operário da sua presença.

CUNHAL, O “FERRENHO”

Numa coisa a opinião burguesa corrente, tanto como o *homem da rua*, está de acordo com Cunhal: é em considerar o próprio um comunista ferrenho que “não vira a casaca”. Mesmo desamparado por Moscovo, ele continua a reverenciar o marxismo-leninismo.

“Comunistas ferrenhos” desta estirpe estão a manifestar-se agora um pouco por todo o mundo, como minorias disidentes dos ex-partidos comunistas, na Grécia, na Itália, em Espanha, ou mesmo mantendo o controlo do aparelho partidário, como é o caso de Portugal e da França.

Isto provoca alguma perplexidade. Afinal, tão criticado pela sua fidelidade incondicional à URSS, foi capaz de romper com ela! Será que a seguia apenas por razões de princípio e que, hoje, para manter esses princípios, tem a coragem de se afastar dela?

Esta é pelo menos a opinião que agora se pode ouvir a alguns dirigentes do PS, cheios de “respeito” pela “coerência” de Cunhal. A causa deste respeito não é difícil de entender. Não lhes convém nada que se forme um novo partido (sob a direcção de Judas, por exemplo), que poderia consolidar-se como um pólo socialista à esquerda do PS. Convém-lhes mais que o PCP defina e se desagregue sob a direcção de Cunhal, afugentando os militantes por pequenos contingentes, que possam ser digeridos gradualmente.

Para nós, que não fazemos cálculos desses, a “coerência” de Álvaro Cunhal é de explicação óbvia. Durante cinquenta anos, ele edificou o PCP como um partido popular democrático de reformas, que recebia da União Soviética a imagem de marca dum anticapitalismo radical que não praticava. Usando o alibi da sua amizade e fidelidade à “pátria do socialismo”, o PCP ficava com as mãos livres para justificar perante os trabalhadores uma política “realista” cada vez mais moderada.

Esta dependência da URSS (não financeira como diziam inimigos venenosos mas política e ideológica) era tão



absoluta que Cunhal teve que ir encaixando todas as guindadas cada vez mais alarmantes vindas nos últimos anos de Moscovo. Mas no dia em que um terramoto levou a URSS a renegar explicitamente os soviéticos, o socialismo, o anti-imperialismo, e que o seu valor de testemunho e modelo se apagou, Cunhal não vê outra hipótese de sobrevivência senão resistir nas suas trincheiras.

Resistência puramente verbal que já não tem nada por detrás.

Ele, que em 1974 riscou do programa a “ditadura do proletariado” para não causar má impressão ao MFA, torna-se agora arauto do marxismo-leninismo; ele, que conduziu a luta em defesa da reforma agrária por meio de recursos aos tribunais, proclama agora o direito à revolução; ele, que transformou centenas de militantes combativos em múmias, condena os que viram costas ao comunismo.

Coerência? Diríamos antes que é a tacanhez do revisionista incapaz de compreender o destino da marcha em que estava metido.

OS “REFUNDADORES”

Entre a obstinação suicida de Cunhal e a debandada dos convertidos ao PS, parece tomar forma um núcleo de militantes dispostos a encontrar uma saída “positiva” para a crise. Durante anos não quiseram precipitar-se para não se arriscar a cortar-se da base operária, o capital mais precioso do partido que muitos gostariam de receber em herança. Agora acham que chegou a hora de avançar sem se isolar.

Falam na “exaltante renovação da esquerda” e na “refundação” do partido. Na prática, encaram uma operação de rejuvenescimento do PCP (ou da parte que puderem guardar), abandonando o nome de “comunista”, os símbolos, a referência à ex-URSS, grande parte da linguagem classista. E asseguram que não há perigo de perder o seu espaço próprio, dada a incurável reacção do PS que o coloca sempre bastante para a direita do eleitorado tradicional da CDU (nisto têm razão).

Se será viável ou não este projecto de criação dum partido “socialista democrático” à esquerda do PS é questão que falta ver. É muito duvidoso que, em confronto com



Cunhal, dirigentes sem tradições da clandestinidade consigam aglutinar uma massa apreciável de militantes. Uma coisa é porém certa: o pretenso novo partido não terá nada a ver com os interesses da esquerda e da classe operária.

Os “refundadores” só poderiam confluir numa nova corrente de esquerda se rompessem com o **reformismo “comunista”** que têm praticado no PCP. Ora, nenhum deles está disposto a isso. Condenam o chamado “stalinismo” do PCP, o seu unanimismo asfixiante, a sua incapacidade para responder às novas situações, o seu seguidismo cego durante decénios atrás da URSS. E contra essas aberrações, o que propõem? Respostas mais próximas do partido socialista!

Pela nossa parte, como comunistas revolucionários, acompanharemos com atenção o processo de desagregação que o PCP vai sofrer nos próximos anos mas não acreditamos na utilidade de campanhas de aliciamento junto de militantes em crise e em queda para a direita. Acreditamos nas potencialidades do nosso trabalho de propaganda comunista independente, sem concessões ao revisionismo nem à social-democracia. Só sobre essa base poderão reagrupar-se militantes convictos e poderá no futuro vir a surgir em Portugal um partido comunista digno desse nome.

Maio/Junho de 1991

ANTI-HISTÓRIA

Quem deve assumir as culpas pela fácil vitória da direita no 25 de Novembro: o PCP ou a extrema-esquerda? O debate, que alguns tomam como quezília inútil entre vencidos, vem muito a propósito neste 20º aniversário da queda do fascismo.



“O esquerdismo facilitou a contra-revolução”, repetiu há dias, pela centésima vez, Carlos Brito, numa assembleia do PCP consagrada ao 25 de Abril. É bom que continuem com a cantilena, que equivale a uma confissão. Na verdade, a campanha contra os malefícios do “esquerdismo” contém muito mais do que a busca dum bode expiatório, ou a taca-nha arrogância de quem se julga dono do movimento e não tolera o desrespeito pelas suas “directivas”; ela resume a linha política real do PCP melhor do que todos os quilómetros de resoluções do comité central.

O caso é que o PCP ainda não conseguiu, e provavelmente nunca conseguirá, digerir este facto, assombroso e desnorteante à luz do seu “marxismo”: a vaga popular espontânea que galgou os limites da democratização fixados pela Junta de Salvação Nacional e modificou *anarquicamente* todas as regras do jogo.

Apenas uma semana após o 25 de Abril, Cunhal e os seus amigos descobriam com apreensão e alguma amargura que os trabalhadores, manifestando-lhes reconhecimento pelo seu passado de resistência ao fascismo, não se contentavam com a liberdade outorgada e davam ouvidos às mais estranhas ideias. Os factos políticos começaram a ser criados na rua e nos plenários, ao sabor de agitadores de ocasião – desde o saneamento de administradores à ocupação de casas, à proposta de igualização dos salários ou à exigência de independência imediata para as colónias. Comissões *ad hoc*, eleitas em assembleia e com uma composição imprevisível, assumiram a direcção dos acontecimentos.

E, facto alarmante para o PC, as iniciativas vanguardistas, provenientes de pequenas minorias, popularizavam-se prontamente e em breve se tornavam corrente dominante, sem ter em conta os ritmos previstos e deitando por



terra os equilíbrios laboriosamente negociados ao nível do governo ou da Junta. O PC encontrou-se assim na situação desconfortável de ter que pedir às massas que se comportassem ordeiramente para não comprometer a sua credibilidade perante os parceiros do governo. Como não foi obedecido, criou a psicose das “provocações esquerdistas”, que transviavam o bom senso dos trabalhadores.

Ora, os “esquerdistas”, pulverizados em grupos e grupinhos (maoístas, anarquistas, anarco-sindicalistas, anarcocomunistas, guevaristas, leninistas...), numericamente insignificantes, sem experiência política, só deviam a sua inesperada influência ao facto de irem ao encontro do estado de espírito da vanguarda. E foi assim ao longo de todo o primeiro ano, até às eleições para a Constituinte, como mostram numerosos episódios entretanto apagados e hoje esquecidos de quase todos.

O “PARTIDO DE VANGUARDA” FICA PARA TRÁS

Quem se lembra de que, pouco mais de um mês após o 25 de Abril, José Magro, dirigente do PC, foi expulso dos CTT por acusar a greve (que nós apoiávamos) de pretender “fomentar um clima de descontentamento e de revolta que só à reacção e ao fascismo aproveitam”? Ou de que a primeira resposta da Intersindical às greves que proliferavam como cogumelos foi considerá-las “inoportunas” e “encorajadas pela reacção”, enquanto Cunhal admoestava que “a greve generalizada pode levar ao caos”? Ou de que o slogan “nem mais um só soldado para as colónias”, lançado pelos maoístas, foi adoptado pelo povo nas manifestações, apesar da desaprovação do PC?

Nesse Verão, enquanto os “esquerdistas” ajudavam febrilmente os moradores das barracas a ocupar casas, faziam piquetes à porta da Penitenciária para não deixar soltar os pides, exigiam a libertação dos primeiros presos políticos da democracia, activavam as primeiras ocupações, o PC afadigava-se a cuidar dos sindicatos e do MDP, a prevista “frente popular” que acabou como refúgio de democratas moderados, ou enredava-se nas tricas do Conselho de Estado e do Governo Provisório, sem perceber que a corrente popular derivara para outros canais.

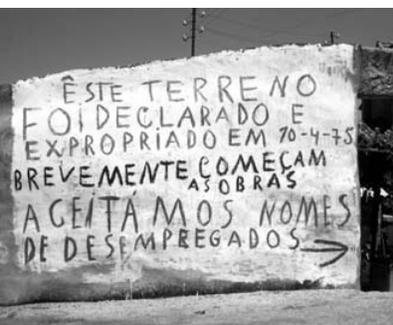
Com os operários das multinacionais (Timex, IIT, Applied, etc.) a lutar contra a sabotagem económica, o *Avante* deitava água na fervura, assegurando que “o investimento estrangeiro tem ainda vastas possibilidades de uma vantajosa e larga retribuição”. A greve da TAP, que formulou reivindicações avançadas, foi difamada em comunicados do PCP: em Setembro, quando os operários da Lisnave puseram Lisboa em estado de choque, desfilando a exigir o saneamento dos administradores comprometidos com o fascismo, andava o PC a ver se apaziguava Spínola com uma manifestação de homenagem... O “partido de vanguarda” dava conselhos de prudência que não eram escutados, anunciava “conquistas” que o movimento já tinha deixado para trás, e, a cada passo, via com desgosto os seus militantes deixarem-se *envolver* pelos “esquerdistas”.

O perigo de *contágio* tornou-se evidente na euforia do 28 de Setembro, que pôs lado a lado militantes “comunistas” e “esquerdistas”, nas barragens contra a “maioria silenciosa” e no assalto às sedes dos grupos fascistas. Alarmados com esta confraternização, os chefes do PC passaram a ter que manobrar em todas as frentes: dentro do governo e do MFA, com a rua, junto da sua própria base... num esforço esgotante de “desdobramentos táticos” para criar uma atmosfera de confiança no Governo, Cunhal assinou a lei antigreve (que acabou por não ser aplicada devido ao repúdio dos trabalhadores); apelou à oferta de um dia de trabalho “para a Nação”; aconselhou os monopólios a “tirar uns tostões dos seus próprios bolsos para satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores”; condenou as primeiras ocupações de herdades no Alentejo, apoiadas pelos “esquerdistas”.

EM DEFESA DA ORDEM

Ao entrar o ano de 75, quando a pressão do PS e PPD já provocava sinais de clivagem no seio do MFA, o PC endureceu a batalha anti-esquerdista. O cerco ao congresso do CDS no Porto, levado a cabo pelos “esquerdistas” com largo apoio popular, uma das acções que mais fizeram progredir a consciência política dos trabalhadores do Norte, foi condenado como “acto desordeiro”. No 7 de Fevereiro, com





milhares de operários a protestar na rua contra a entrada no Tejo da esquadra da NATO, Octávio Pato veio para a televisão comparar a manifestação à da “maioria silenciosa” e pedir um acolhimento amistoso aos marinheiros americanos! Às vésperas do 11 de Março estava Joaquim Gomes no Pavilhão dos Desportos a dizer aos oficiais da PSP e da GNR “confiamos em vocês e esperamos que confiem em nós”. No decurso do golpe, enquanto os “esquerdistas” acorriam ao Ralis e saqueavam a casa de Spínola, o PC ordenava aos seus militantes a máxima contenção, para não agravar as desinteligências entre os militares. Em 19 de Maio, para mostrar à GNR que não havia que temer radicalismos, Miguel Urbano Rodrigues sentou-se ao lado deles numa homenagem a Catarina Eufémia, em Baleizão!

Se o 25 de Abril foi algo mais do que uma vulgar liberalização, isso deveu-se à irrupção popular incontável desses primeiros meses. O PCP **opôs-se-lhe**, por ver nessas iniciativas uma ameaça à “consolidação da democracia”: ou porque poderiam dividir o MFA, ou hostilizar as classes médias, ou cair numa provocação imperialista... Para os líderes do PC, o “desenvolvimento do processo revolucionário” consistia num trabalho exaustivo de atracção dos sectores moderados, de neutralização de adversários, de hábeis manobras de cúpula. Cultivavam uma imagem de “vanguarda responsável” que sabe para onde vai e obtém avanços sem necessidade de *desordens*, o que agradava à massa moderadamente “progressista” mas à custa dum corte crescente com a vanguarda do movimento. Assim, num período de agitação revolucionária, em que **tudo dependia** do protagonismo da vanguarda com o resto a vir por arrasto, o PC distanciou-se dela e hostilizou-a. É isto que permite apontá-lo como o responsável pela derrota do campo popular face à direita.

O VERÃO DA AGONIA

Os seis meses seguintes, geralmente apresentados como o “auge da revolução”, foram na realidade a sua agonia tumultuosa. Tudo fora jogado e perdido no primeiro ano. Se, até aí, o movimento fizera uma avançada fulgurante, isso devera-se à cobertura das unidades militares

afectas à esquerda. Nunca tivera que defrontar uma oposição séria; as duas tentativas da direita foram tão ineptas que ainda favoreceram mais a radicalização do processo. Por isso, quando, com as eleições, a burguesia e a vasta massa popular sob sua influência afirmaram, com a votação maioritária no PS e no PPD, o anseio de pôr termo à “bagunça”, a esquerda ficou desamparada. Se o povo não queria a revolução, podiam os revolucionários impô-la?

Na realidade, a convocação precipitada de eleições, antes de estarem cumpridas as tarefas primárias de liquidação da ditadura – prisão e julgamento dos fascistas, criminosos de guerra e reaccionários; reconhecimento da independência das colónias; expropriação do grande capital; reforma agrária – foi uma **cedência** do MFA à pressão imperialista e uma oportunidade graciosamente oferecida à burguesia para restaurar a ordem. Fortalecida com a autoridade do voto popular, a burguesia retomou a iniciativa e lançou-se na acumulação de forças para a contra-revolução.

Nesta nova etapa, revelou-se toda a fragilidade da extrema-esquerda, que alimentara não poucas ilusões no guarda-chuva militar e não se preparara de forma alguma para o momento inevitável da luta pelo poder. As suas ruidosas acções de força que se multiplicaram durante o “Verão quente” (República, Renascença, manifestação pelo COPCON...) chocavam-se contra o muro da conspiração contra-revolucionária que avançava passo a passo. Com uma parte dos grupos maoístas negociando a fusão num partido único no pior momento; com outra parte (AOC e MRPP) a fazer causa comum com o PS e com os Nove, ou seja, efectivamente ao serviço da reacção; com outros ainda (PRP, MES) embrenhados em conspirações de quartel e na disputa de caudilhos militares; com os anarquistas exibindo a sua soberana indiferença pelas necessidades reais do movimento – a extrema-esquerda não foi capaz de reganhar a iniciativa, apesar da justeza de acções pontuais como o assalto à embaixada de Espanha, a defesa das sedes no Porto, ou um lançamento, tarde de mais, de uma organização independente de soldados.

Do lado do PC, todavia, o problema não era de fragilidade ou de imaturidade mas de busca calculista de uma

MFA, POVO



POVO, MFA



saída airosa da *balbúrdia* que lhe garantisse uma posição estável na futura democracia. Vendo a sua cotação como *pára-raios* popular baixar vertiginosamente à medida que a burguesia readquiria confiança em si própria, escorraçado do governo pela assembleia de Tancos, com as sedes queimadas pelos fascistas, empurrado para diante pela onda de ocupações de terras no Alentejo e Ribatejo, nem por isso o PC se aproximou dos “esquerdistas”, embora uma parte dos militantes o desejasse. A tática seguida visou essencialmente conduzir os trabalhadores às *boas*, à resignação face ao “restabelecimento da ordem” e negociar um entendimento qualquer com os militares golpistas. As grandes jornadas de massas de Agosto, o cerco à Assembleia, etc., serviram à direcção do PC apenas para regatear as condições desse acordo.

AS CULPAS DO PC

A nossa resposta à acusação de que “o esquerdismo facilitou a contra-revolução” pode resumir-se assim:

- 1) Desde o primeiro dia, havia que apostar tudo na livre expansão da iniciativa da rua, numa ofensiva permanente que desse confiança aos explorados, mantivesse os reaccionários à defesa, não lhes desse fôlego para se reorganizar, desarticulasse os aparelhos de poder e paralisasse a instabilidade dos sectores intermédios. Em vez disso, o PC envolveu-se num tortuoso jogo duplo, buscando contentar os trabalhadores e o Governo, os operários e os patrões, os soldados e os oficiais – e com isso desorganizou a vanguarda e permitiu o reagrupamento da direita.
- 2) A chave da tática do PC, a celeberrima “aliança Povo-MFA”, com a qual esperava fomentar a confiança e colaboração mútuas entre a oficialidade e o movimento popular, teve como resultado o prolongamento das ilusões da massa trabalhadora no MFA, alargando o espaço de manobra do Grupo dos Nove para a preparação do golpe de direita.
- 3) Ao participar no Conselho de Estado e nos governos provisórios, a direcção do PC gabava-se, com típica miopia reformista, de estar a garantir posições de força para o

movimento operário; na realidade, estava a constituir-se em refém da burguesia e garante da manutenção da ordem; só por isso exigiu a burguesia a sua presença nos órgãos de poder enquanto lhe foi necessária.

- 4) Amarrado ao “respeito pela legalidade democrática”, ansioso por agradar aos sectores intermédios, o PC não podia fazer a campanha revolucionária que se impunha pelo adiamento das eleições até serem completadas as tarefas essenciais de extirpação da herança fascista-colonialista. (É verdade que, neste ponto, a extrema-esquerda demonstrou igual cegueira).
- 5) Perante a ofensiva combinada da social-democracia, dos liberais e dos fascistas para pôr termo às conquistas populares, o PC apostou no clássico arsenal dos oportunistas à beira do abismo: tentar meter medo à direita sem preparar os trabalhadores para a disputa do poder, o que conduziu o movimento a cair na armadilha do “contra-golpe” e à bancarrota.
- 6) Esta sucessão de *erros* não foi resultado de uma má avaliação das possibilidades, inscreveu-se num plano global de democratização burguesa que Cunhal baptizara pomposamente de “revolução democrática e nacional” e para o qual preparara o partido por um longo percurso reformista sob o fascismo.

Apontando o dedo acusador ao “esquerdismo”, os chefes do PC revelam pois involuntariamente a sua postura intermédia, reformista – isso é, **burguesa** – hostil às potencialidades revolucionárias do movimento. O ingénuo general Vasco Gonçalves deixou-o escapar uma vez mais na assembleia referida: “Os soldados, generosos e inexperientes, queriam dum dia para o outro o céu e a terra e nós não tínhamos quadros preparados dentro do Exército para combater o esquerdismo”. Podem felicitar-se por ter ganho a batalha.

Março/Abril, 1994



O ANO DE 1961

O PCP foi a única força a opor-se desde o início das guerras coloniais, exceção honrosa que lhe tem permitido apresentar-se como combatente anticolonial de vanguarda. Na realidade, a luta dos comunistas contra a guerra foi diminuída pela busca de um acordo com a oposição liberal – verdadeira “linha geral” na política do partido.

Em Fevereiro de 1961 iniciava-se o ciclo de guerras coloniais que iria prolongar-se por 13 anos. Mesmo antes da insurreição de Luanda, o ascenso imparável das independências africanas, a generalização dos incidentes sangrentos em vários territórios¹, os progressos na organização dos movimentos nacionalistas, eram indicadores claros de que a década de sessenta seria a da agonia e da derrocada do Império Colonial Português.

A dimensão histórica deste acontecimento exigia ao PCP um gigantesco empenhamento político, sem proporção com tudo o que enfrentara até então. Havia que pôr em marcha um vasto movimento de resistência à guerra que criasse ao governo uma situação insustentável na rectaguarda e apressasse a sua derrota militar. E para isso havia que cortar a direita com o tradicional chauvinismo, entranhado em graus diversos nas forças democráticas burguesas, na população em geral, no proletariado e no próprio partido.²

Era sem dúvida um tratamento de choque, que muito provavelmente abalaria o partido e o movimento democrático, mas a gravidade das questões em jogo não se compadecia com meias tintas. Ora, foi precisamente de *meias tintas* o caminho adoptado pelo PCP logo nesse primeiro ano de guerra, com consequências pesadíssimas no prolongamento da ditadura e nos sofrimentos suportados pelos povos das colónias e pelo povo português.

CABEÇA FRIA FACE À GUERRA

Bombardeamento a *napalm* da baixa do Cassange, sequestro espectacular do paquete “Santa Maria”, assalto às cadeias de Luanda, onda de massacres no norte de Angola,

1) *Massacre dos estivadores de Bissau em greve, 50 mortos (Agosto de 1959); repressão de uma revolta em Timor (1959); repressão em massa dos macondes no norte de Moçambique (1960); repressão da população do Catete, Angola, na sequência da prisão de Agostinho Neto (Setembro de 1960); repressão dos primeiros levantamentos na Baixa do Cassange, Angola, causando centenas de mortos (Outubro de 1960).*

2) *As cedências do PCP na questão colonial não se limitam às anedóticas posições programáticas de Carlos Rates em 1923, geralmente referidas. Bem mais graves são as praticadas nos anos 30 e 40. Voltaremos ao assunto num outro artigo.*

regresso de colonos em pânico, conspiração abortada de Botelho Moniz, reacção *ultraobstinada* de Salazar (“para Angola, rapidamente e em força!”), embarque de milhares de soldados – o ano de 61 começa em ritmo estonteante. Não se pode dizer, contudo, que a direcção do PC perdesse a cabeça.

Álvaro Cunhal, que no ano anterior resolvera conflitos de orientação consecutivos à sua evasão da cadeia e reintegração no posto dirigente, tinha todas as condições para realinhar o partido face a esta nova situação política inteiramente nova. Não o fez. Das duas reuniões realizadas pelo Comité Central nesse ano, uma, a de Março, é dedicada à aprovação do relatório sobre o “desvio de direita”, e a outra, em Setembro, ocupa-se com a tática para as “eleições” para a Assembleia Nacional, *como se nada de anormal tivesse ocorrido!*

Se há uma campanha que domina a actividade do partido nesse ano de viragem, não é de modo nenhum a do lançamento da luta contra a guerra, mas a do reatamento da Unidade com as forças liberais, seriamente abalada pelo anterior “desvio de direita”.³ Por ordem da comissão executiva do CC, o aparelho e os funcionários do partido são mobilizados para reuniões, contactos e negociações com vistas à formação de listas da Oposição concorrentes às “eleições” de Outubro.

Esta *omissão* da direcção do partido na frente vital da luta contra a guerra não resultou de mera subestimação: foi fruto de uma opção deliberada e passou por alguns conflitos internos, até hoje cuidadosamente silenciados.

O caso dos dois manifestos – Bem ilustrativo desta opção é o episódio, já por mim referido noutras ocasiões e que a direcção do PCP prefere não comentar, *dos dois manifestos diferentes* do Comité Central editados em Março acerca do começo da guerra. Não tendo tido a reunião do CC tempo para aprovar uma tomada pública de posição sobre o assunto, fui encarregado de redigir um manifesto em nome do CC – para o qual, note-se, mal acabava de ser cooptado nessa mesma reunião como membro suplente. Só este procedimento, já de si, é indicativo da escassa importância que se atribuiu ao acontecimento. Nesse documento,

3) *No período 1956-59, sob a direcção de Júlio Fogaça, Pires Jorge, Otávio Pato, Pedro Soares, Dias Lourenço, o PCP inflectiu a sua linha política de acordo com a linha de “coexistência pacífica” praticada por Moscovo, propondo nomeadamente o “afastamento pacífico de Salazar”, afastando-se da busca tradicional de alianças com a corrente republicana-liberal e procurando uma aproximação com grupos golpistas, salazaristas descontentes, católicos, etc.*



procurei naturalmente transmitir a todos os trabalhadores a gravidade imensa dos acontecimentos e a consciência da importância vital que tinha para o futuro da sua luta a atitude face à guerra reacionária que se iniciava, desenlace de séculos de colonialismo. A terminar, apelava “aos operários, camponeses e soldados” para se colocarem *ao lado dos povos das colónias e contra o seu próprio governo*.

Enviado o texto para a tipografia clandestina, este foi impresso mas não chegou a ser distribuído aos comités regionais porque, entretanto, um membro do Secretariado do CC (Cunhal?), ao lê-lo, considerou necessário retirá-lo da circulação e substituí-lo por outro; como me foi dito dias depois por Dias Lourenço, o manifesto por mim redigido “não correspondia à linha do partido”. Com efeito, no segundo texto, que foi finalmente distribuído, o CC do PCP dirigia-se “a todos os portugueses, a todos os democratas e patriotas”, alertando-os para os *prejuízos e sofrimentos* que para eles acarretaria a guerra nas colónias e para a necessidade de união de todas as forças na luta contra a guerra. Estava dado o mote para o que viria a ser a posição do partido nos anos seguintes: inserir a luta contra a guerra colonial no âmbito da Unidade com a burguesia liberal.

É possível que os actuais dirigentes do partido aleguem, como de costume sempre que vêm à baila questões da história do partido, que esta apreciação não é exacta; se assim for, têm um meio simples ao seu alcance: divulgar os dois manifestos, que certamente conservam nos seus arquivos.

O Programa para a Democratização da República

– Logo a seguir, em Maio, um grupo de notáveis republicanos que vira no ano seguinte a constituir a ADS (Acção Democrática Social), lançava, na sequência de uma reunião nacional, um documento programático no qual a questão colonial era evocada em termos da necessidade de reformas democráticas na Metrópole e nos “territórios ultramarinos”. Era, objectivamente, a negação do direito à independência e a dessolidarização dos movimentos de libertação nacional. Se quisermos reduzir a questão ao *osso* político, os “democratas” distanciavam-se dos massacres do exército e dos colonos, mas sem pôr em causa a “paz civil interna”

necessária ao governo para prosseguir a guerra. Tornando pública sua oposição, tinham o cuidado de não sair do “campo da pátria”. Preservavam afinal, como sempre, o seu estatuto, semilegal, com as vantagens inerentes: repressão mais benigna da PIDE, algumas possibilidades de expressão pública, “pontes” de diálogo com figuras do regime, etc. Era o velho jogo do *pau de dois bicos*, só que agora mais escabroso devido à situação de guerra.

Suscitada em algumas reuniões do PCP (e por mim pessoalmente) a necessidade de criticar esta variante “democrática” do colonialismo, como condição para a descolagem dum autêntico movimento popular de luta contra a guerra, o Secretariado do CC opôs-se e proibiu expressamente qualquer crítica pública, já que isso poderia deita por terra os esforços com vistas à Unidade, nas “eleições” e para além delas. Esta postura unitária levaria mesmo, em Setembro desse ano, o PCP a imprimir numa tipografia sua, um número do boletim *Tribuna Livre*, no qual um articulista condenava, por igual, “o terrorismo de brancos e negros” – *imparcialidade* que causou alguma celeuma interna e obrigou a uma demarcação no *Avante*.

Não à deserção – Com a mobilização e os embarques de tropas, surgiu de imediato na organização do partido, especialmente no sector estudantil, que alimentava o contingente dos oficiais milicianos, uma tendência irresistível para desertar (a deserção em larga escala de soldados só começaria mais tarde). Os jovens comunistas e simpatizantes encaravam com horror a perspectiva de ir para África massacrar guerrilheiros e populações, não queriam ser cúmplices nesse crime. A resposta da direcção foi desde logo *contra*, pelo “dever de acompanhar as tropas para as consciencializar e organizar contra a guerra”. E citava-se, em abono desta posição, o trabalho militar do partido bolchevique russo durante a primeira guerra mundial, que tinha gradualmente levado às insubordinações colectivas, às confraternizações entre tropas dos dois campos e à desagregação do exército.

Isto não respondia contudo às objecções que surgiam: ir para as colónias, com directivas, ligado a quem, com que apoios? Além disso, podia-se copiar a táctica dos bolcheviques, adequada a exércitos lutando em frentes de combate





definidas, para a situação desta guerra “contra-subversiva”, com uma tremenda desproporção de forças de forças e de armamento, guerra de ocupação, de massacres e torturas?

A direcção do partido manteve-se inabalável. Quando muito, após extenuantes discussões, admitiu as deserções desde que “organizadas, em grupo e no terreno”. A deserção individual antes do embarque era condenável, pois representava “virar as costas às massas por medo dos riscos da luta”. (Afinal, o que a experiência demonstrou, logo nesse primeiro ano de guerra, foi que desertavam, regra geral, os militantes mais firmemente opostos à guerra e embarcavam os mais propensos à vacilação e ao compromisso, os mais receosos de “estragar a vida” com a fuga aos deveres militares).

Este zelo “leninista” da direcção do PCP contra a deserção não se explica só por aplicação mecanicista de velhas linhas de orientação; a verdade é que se receava o embaraço causado por desertores na clandestinidade, pelas armas que vários deles traziam (e que foram em vários casos lançadas ao Tejo!), e acima de tudo pelos germes de *sabotagem da instituição militar* que envolvia.

Organização militar – De facto, a guerra revelava de forma gritante o erro de orientação há muito seguida pelo partido em relação às forças armadas e que se pode resumir assim: criar um outro núcleo de *oficiais* antifascistas e não se meter a organizar os soldados e marinheiros. Posso testemunhá-lo com segurança porque estive nesse ano encarregado da organização militar, sob a direcção de Blanqui Teixeira, do Secretariado do CC.

O partido imprimia numa tipografia clandestina um boletim, a *Tribuna Militar*, colaborado por oficiais, com apelos mais ou menos inflamados à rebelião contra o regime, fazia umas reuniões com alguns oficiais para colher informações e aperceber-se do estado de espírito da tropa e era tudo... Nos raros contactos com soldados e marinheiros, a substância era da luta pela melhoria do rancho e contra os abusos da disciplina. Palavras de ordem antifascistas, já não digo comunistas, não existiam. Sabotagem do esforço de guerra estava fora de questão.

O definhamento da organização comunista nas fileiras era fenómeno antigo⁴ cujas motivações políticas eram

4) Desde o fracasso da revolta dos marinheiros em 1936.

cuidadosamente soterradas sob periódicos apelos aos “filhos do povo fardados” mas que se resumiam a isto: os oficiais, mesmo os mais liberais, *não toleravam rupturas na cadeia de comando*. E uma vez que se atribuía à oficialidade democrata um papel chave no “levantamento nacional”, havia que prescindir de uma organização comunista de soldados, já que o seu objectivo natural seria virar a tropa rasa contra os comandos.

Esta orientação foi-me expressamente transmitida por Blanqui Teixeira, que respondia às minhas propostas sobre a urgência de criar células comunistas na tropa: “A organização de soldados e marinheiros pouco interessa, dados os riscos que envolve; devemos concentrar-nos na organização de oficiais; foi o que fez Mao Tse-tung para derrotar o exército de Chiang Kai-chek” (!). *Esquecia* este emérito estrategista militar que o aliciamento de oficiais do exército inimigo era para os comunistas chineses apenas um elemento auxiliar, numa luta que tinha como cerne o seu próprio exército de libertação e as suas próprias zonas libertadas.

O ano de 1961 termina com a queda dos enclaves portugueses na Índia, o desvio do avião da TAP e o gorado assalto ao quartel de Beja, conduzido por Varela Gomes, acção em que participam, como é conhecido, bastantes militantes ou ex-militantes do PC, à revelia da direcção. Esta será a primeira de uma sucessão de tentativas de oposição violenta à ditadura e à guerra nas colónias, que evidencia como o PCP vai saindo do centro da luta política, desde que esta passa a girar em torno da guerra colonial. Forçada a inflectir nos anos subsequentes a sua postura anticolonial num sentido mais radical, para não ser ultrapassado pela esquerda, a direcção do PC não modificaria contudo a sua orientação de fundo, como veremos noutra oportunidade.

O “SECTARISMO” TEM AS COSTAS LARGAS

Esta prudência excessiva instalara-se, decénio após decénio, ao peso da perseguição policial implacável que atingia os comunistas como nenhuma outra força. O núcleo dirigente do partido aprendera através de uma dura experiência que o isolamento político era o maior perigo, já que



5) No chamado “período sectário” em que o PCP rompeu as relações com as restantes forças da Oposição e foi alvo de uma repressão impiedosa, que lhe reduziu drasticamente as fileiras e o remeteu a uma quase paralisia.

6) Desde a reorganização de 1940-41.

7) A tentativa de levantamento contra a fascização dos sindicatos em 1934.

deixava a actividade mais exposta à repressão, esvaziava as fileiras, restringia os “pontos de apoio”, a solidariedade aos presos, etc. A dramática experiência de 1949-54 fora a esse respeito bem ilucidativa.⁵ Daí as campanhas persistentes contra o “sectarismo”, nome porque se designava indistintamente tudo o que reduzisse a aceitação das palavras de ordem do partido junto da população ou o espaço para acordos com outras forças ou personalidades.

A guerra nas colónias foi desde logo encarada em termos dessa “luta contra o sectarismo”. Consciente de que uma posição radical face à guerra implicaria a incompreensão de muitos trabalhadores e o corte de relações políticas com as forças liberais, a equipa dirigente do partido procurou espontaneamente, por um velho reflexo adquirido, a via da “maior unidade possível”, mesmo que para isso fosse necessário sacrificar algumas *abstractas* questões de princípio.

Além de que os perigos não eram só de isolamento. Uma campanha activa pela derrota militar do governo desencadearia uma escalada incontornável de PIDE, que poderia dismantelar o aparelho clandestino laboriosamente reconstruído e pôr em causa a continuidade da luta. Dir-se-á que a repressão era permanente. Mas, por estranho que possa parecer hoje, ela não era uniforme e indiscriminada, mas meticulosamente graduada de acordo com a amplitude e o nível da resistência. A acção da PIDE era sempre implacável; mas logo que o partido (ou qualquer outra força) ultrapassasse os limites fixados, invisíveis mas nem por isso menos reais, sofria de imediato golpes devastadores: prisões em massa, recrudescimento da tortura, assassinatos. Compreende-se assim que a prática estrita, durante dois decénios⁶, da chamada “luta de classes” (reivindicações nas empresas, infiltração nos “Sindicatos Nacionais”, participação nas campanhas “eleitorais”, actividades culturais, etc.) tivesse acabado por sedimentar no aparelho clandestino do partido uma concepção de “desafio controlado” à ditadura.

Tudo isto esteve presente nas discussões sobre a luta contra a guerra, quando alguns invocaram o perigo de “deitar por terra as posições conquistadas” se se cedesse a “tentações aventureiras como o 18 de Janeiro”⁷

É certo que esta posição de retraimento não impediu o apoio noutros planos aos movimentos de libertação. A

direcção do partido facilitou-lhes contactos internacionais e assumiu por exemplo, a tarefa da evasão para o estrangeiro de Agostinho Netos e Viriato da Cruz. Ficara para trás a desconfiança e a má-vontade perante essas incómodas forças novas que se recusavam a integrar o campo da Oposição anti-salazarista e reivindicavam a sua própria estratégia autónoma e os seus próprios métodos de luta⁸

Mas era como se procurasse compensar com ajudas no plano organizativo a falta de solidariedade política total. Não eram, além disso, ajudas espontâneas mas por *encomenda*. Estreitamente vinculada à União Soviética, a direcção do PCP defendia os interesses desta no respeitante às lutas de libertação das colónias, como em tudo o mais. Na época, como se sabe, os governantes da URSS empenhavam-se a fundo em ganhar e consolidar uma influência preponderante sobre os movimentos de libertação, desviá-los dos manejos da CIA, por um lado, e por outro, da atracção da China, então em busca da sua própria base de apoio terceiro-mundista, e sobretudo evitar a sua radicalização revolucionária, que poderia ameaçar os entendimentos e compromissos com os Estados Unidos, no quadro da “coexistência pacífica”. A direcção do PCP era nesta matéria um veículo indispensável para chegar aos movimentos de libertação⁹.

O PREÇO DO COMPROMISSO

Recapitulando: o PCP condenou severamente o colonialismo fascista, denunciou os interesses monopolistas e imperialistas instalados nas colónias, solidarizou-se com as aspirações desses povos à autodeterminação e à independência – mas condicionou essa solidariedade às conveniências da aproximação à oposição democrática burguesa em Portugal; tentou conciliar dinâmicas de classe *antagónicas*, e com a busca desse compromisso mutilou a luta popular nas duas frentes: pelo fim da guerra e pelo derrube da ditadura fascista.

“Excesso polémico” da nossa parte? Só assim pensam os que se satisfazem facilmente com a aparência dos *slogans* e não têm paciência para reflectir sobre o conteúdo político que veiculam. Se analisarmos à luz da situação desse ano de 1961 as “posições de princípio” do PCP, não será difícil detectar o compromisso que ocultavam: ao condenar

8) *É um facto pouco conhecido que o PCP reagiu com algum alarme e má vontade às primeiras reuniões clandestinas de estudantes das colónias em Lisboa, feitas à margem da sua influência, tão entranhada que estava a noção de que a luta dos povos das colónias era uma parte da luta antifascista do povo português e mesmo uma propriedade da Oposição democrática.*

9) *Não terá sido estranha aos conselhos de Boris Ponomarev, o ideólogo soviético então ao serviço do movimento internacional, a redacção por Álvaro Cunhal dum documento intitulado Três problemas de actualidade (Agosto de 1960), no qual, a par de nublosas insinuações contra as “aspirações bonapartistas” do partido chinês (estava prestes a sair à luz do dia a polémica sino-soviética), se fazia a defesa do direito dos povos coloniais à independência.*

o governo fascista por reprimir os patriotas africanos evitava-se a *saudar* os movimentos de libertação por terem *desencadeado a guerra* contra o ocupante português; ao reclamar a cessação da guerra iludia-se o apelo à acção *na retaguarda* para a *derrota militar* do governo; ao repudiar as atrocidades de “meia dúzia de degenerados” fugia-se a denunciar o feroz racismo da *massa* dos colonos e o chauvinismo secular entranhado no povo português e na própria classe operária; ao enumerar os *prejuízos* acarretados pela guerra à população e à economia passava-se para segundo plano as *obrigações* de solidariedade prática aos povos africanos; sob o apelo ao exército para não reprimir as populações africanas *ocultava-se a desistência do trabalho subversivo comunista* no interior das forças armadas; e as ilusões num vasto movimento “de todos os democratas, patriotas e pessoas de coração” contra a guerra serviam para apagar o *conflito de interesses* entre trabalhadores e burguesia oposicionista, transportando o cego egoísmo desta para o interior do movimento popular.

O PCP manteve perante a guerra colonial uma perspectiva centrista, dúplice, continuamente reajustada, tentando conciliar o inconciliável: os interesses nacionais dos povos africanos e os interesses coloniais da oposição liberal; a luta contra a guerra e os preconceitos chauvinistas e racistas do povo; o dever de solidariedade activa aos africanos e a recusa à luta militar contra o regime; o internacionalismo e a obediência ao governo da URSS.

Em termos crus, o PCP decidiu mostrar-se “inabalavelmente” contra a guerra *deixando-a seguir o seu curso*. Optou por uma *oposição de desgaste*, sabendo que, a médio prazo, os sacrifícios terríveis dos povos das colónias abriam caminho para o colapso da ditadura e o triunfo do ansiado “levantamento nacional” – o que realmente veio a acontecer, mas à custa dum pesado preço pago pelos povos das colónias e pelo povo português.

Não se trata de refazer a história, descobrindo o que “poderia ter sido se...” Afirmamos que com as opções tomadas em 1961 a direcção do PCP traçou em larga medida o rumo frustrante da luta de classes nacional durante a derrocada do fascismo e no pós-fascismo.

Setembro/Outubro 1996

QUANDO O AVANTE SE BATIA PELA “NOSSA” ANGOLA

É curioso que Cunhal, tão pronto a fustigar o desvio de direita do PCP em 1956-1959, nunca tenha condenado a orgia patrioteira-colonialista do Avante nos anos 30.

Em 1965, num artigo publicado em Paris¹, evoquei um tema que até hoje permanece tabu no PCP: em que medida a quase nula resistência até então levantada pelo povo às guerras coloniais resultava do contágio de sentimentos chauvinistas? E que parte de responsabilidade cabia nisso ao próprio partido?

Argumentava eu aí, com uma série de exemplos, que a propaganda tradicional do PCP, atribuindo apenas ao governo fascista, aos monopólios e latifundiários as responsabilidades no colonialismo a fim de absolver a República e os republicanos burgueses, fizera esquecer que “todas as camadas da burguesia são inimigas do movimento libertador das colónias”; Portugal, acrescentava, “não é nenhuma excepção; é um país tipicamente colonialista, imperialista, opressor e escravizador de outros povos”; o chauvinismo forçosamente infectara todas as camadas da população, inclusive a classe operária e o próprio Partido Comunista.

A crítica foi, naturalmente, ignorada pelos destinatários sob a costumeira alegação de que se trataria de “calúnias antipartido”. Mas algumas terão sido as interrogações suscitadas nas fileiras, porque, a partir daí, passou a afirmar-se com insistência que, em matéria de relações com os povos coloniais, o partido sempre teria seguido uma posição de princípios, “intransigente”, “exemplar”, etc. As provas disso é que nunca apareceram.

Tenho à mão, por exemplo, uma história do PCP editada clandestinamente nesse mesmo ano², em que se afirma que, “com a criação, de facto, de um autêntico partido comunista [depois do afastamento de Carlos Rates, em 1925], logo se efectuou uma viragem de 180° na compreensão destes problemas [do direito à autodeterminação dos povos coloniais] e se tomaram medidas para iniciar no nosso país uma campanha anticolonialista e de ajuda à

1) *Revolução Popular, órgão do Comité Marxista-Leninista Português*, 6, Dez. 1965 (Paris).

2) *História do movimento operário, PCP (policopiada)*, 1965. Texto atribuído a José Magro.

luta dos povos coloniais”. Como “prova”, cita-se apenas a conhecida declaração de Bento Gonçalves no VII Congresso da Internacional Comunista (de que falarei adiante). Conclusão: “Os comunistas portugueses têm dado provas de extraordinária intransigência e firmeza... respeitando fielmente os princípios do internacionalismo proletário”.

Surge assim a pergunta, que até hoje não recebeu resposta cabal, dado o tradicional desinteresse do nosso movimento comunista (?) por estas *miudezas* ideológicas: será que a postura ambígua e vacilante da direcção do PCP ao começarem as guerras coloniais, aqui evocada no meu artigo anterior³, foi um mero acidente de percurso, uma desatenção ou foi antes a manifestação de uma mentalidade colonialista já enraizada no partido? E como pôde isso acontecer?

Penso que vale a pena, ainda hoje, procurar clarificar o tema. Por agora, e por razões de espaço, cingir-me-ei apenas aos anos 30. Fá-lo-ei com base em documentos, já que o acesso ao testemunho dos directamente envolvidos é impossível: a maioria já desapareceu e os sobreviventes, regra geral, não estão interessados em falar. Mesmo assim, o quadro é elucidativo. E esmagador.

3) “O ano de 1961, Política Operária, 56, Set./Out. 1996.

TRABALHO COMUNISTA NAS COLÓNIAS

Durante bastantes anos, a direcção do PCP tentou formar nas colónias secções do partido, como fora em tempos recomendado pela Internacional Comunista, com o fim de promover o recrutamento de militantes entre os colonos, desenvolver actividade cultural nas associações e clubes e tentar organizar a luta económica dos trabalhadores africanos numa etapa larvar da futura luta pela independência. A experiência posterior mostrou que esta actividade, embora guiada pelo desejo de estabelecer laços com os povos coloniais para os despertar para a luta, tinha contudo graves inconvenientes: a propaganda conduzida pelos representantes do povo *opressor* entre os povos oprimidos ia naturalmente contaminada de paternalismo e de chauvinismo, não conseguia apreender as reais necessidades do movimento libertador desses povos, tendia a semear as ilusões e o espírito de colaboração, contribuía para criar uma elite africana reformista e pacifista, que travava a ascensão das



grandes massas à luta pela independência numa palavra, corrompia à nascença a formação duma corrente nacional revolucionária.

A direcção do PCP, contudo, a braços com uma autêntica luta pela sobrevivência devido à repressão fascista, não se apercebeu deste fenómeno nem deve ter pensado muito na questão colonial e persistiu na mesma orientação, aliás sem grandes resultados práticos para além de um ou outro núcleo comunista de *colonos*.

Mantinha-se ainda, de qualquer modo, a reafirmação periódica dos princípios⁴. É a partir de 1936 que se dá uma reviravolta brutal na atitude do partido quanto à questão colonial, como bem documenta o *Avante* da época.

“ALEMÃES COBIÇAM O NOSSO PATRIMÓNIO!”

Nos anos de 1937-38, o *Avante* conduz uma acesa campanha sobre as colónias. Para denunciar a tragédia dos povos oprimidos secularmente pelos portugueses? Nem por sombras. O objectivo é alertar contra os apetites alemães que rondam Angola. Citemos o artigo “Angola já é alemã?”⁵, em que depois de denunciar a “política de traição nacional do fascismo” que estaria a entregar largas concessões de café e sisal a alemães, se escreve: “Mas estes piratas não se limitam a explorar-nos economicamente: Têm todo o aparelho montado para a rapina desta *província* no momento oportuno” (sublinhados meus). Semanas depois, o *Avante* titula em parangonas de primeira página: “Salazar entrega Angola à Alemanha” e argumenta a dado passo: “Salazar não só não teve a mais pequena nota de protesto contra as pretensões da Alemanha (de criar uma companhia majestática em Angola) como, pelo contrário, se apressou a vir deitar água na fervura da *indignação popular*, dizendo que não havia motivo para sustos” e: “Não é abrindo de par em par as portas de Portugal e das colónias ao capital, à propaganda e à polícia secreta da Alemanha que se pode pôr Portugal e as colónias a coberto da cobiça alemã”⁶.

Logo depois, um outro artigo alerta explicitamente contra “o perigo da perda das Colónias”⁷. Logicamente, uma vez que são vistas como parte da Nação: há que lutar contra a “entrega de territórios *nacionais* ao estrangeiro,

4) “Por ideal colonial, portanto, a juventude das fábricas só pode aceitar o que preconiza, e esse é o que faz parte do seu programa: total autodeterminação dos povos coloniais e a sua inteira libertação do jugo da metrópole” (Apelo do CC da Federação da Juventude Comunista Portuguesa, Novembro 1933; “Direito para os povos coloniais à determinação dos seus próprios destinos” (Programa da Liga contra a Guerra e Contra o fascismo, Agosto 1934).

5) *Avante*, 58, de Novembro de 1937.

6) *Avante*, 62, 2ª semana de Dezembro de 1937.

7) “A Alemanha, eis o inimigo!”, *Avante*, 65, 5ª semana de Dezembro de 1937.

8) "Salazar, o..", *Avante*, 78, *Abril de 1938*.

9) "Unir", *Avante*, 66, 2ª *semana de Janeiro de 1938*.

10) "O fascismo em Angola", *Avante*, 73, 1ª *semana de Março de 1938*. *Ver também os nº 52, 63 (Salazar, "esse homem sem coração, esse monstro traidor, esse falso cristão que tem entregado as colónias a Hitler..."), 72, 75, 76 (os alemães querem as "magníficas colónias" de Portugal), 79 (os alemães preparam-se para nos atacar em África, "arrancando-nos o poder político, que é a única coisa que nos resta de Angola"), etc.*

11) *Avante*, 59 e 60, 3ª e 4ª *semana de Novembro de 1937*.

12) *A caminho da guerra e da dominação estrangeira (A política de traição nacional do governo fascista de Salazar)*. Editorial *Avante!*, Partido Comunista Português, *Novembro de 1937*.

o que no nosso caso está duramente demonstrado com a entrega de *Angola* aos alemães".⁸ (sublinhados meus).

Em Janeiro de 1938, o *Avante* insurge-se porque o jornal *Unir*, publicado em Paris, escreveu que no país "ninguém protesta contra a ameaça que pesa sobre o nosso património colonial". Para condenar o uso da expressão "nosso património colonial"? De modo nenhum! O *Avante* sente-se magoado por não ser reconhecida a campanha que tem feito em defesa do dito "património!"⁹

Particularmente chocante o facto de em todos estes artigos não haver, nem de passagem, uma palavra sobre a sorte dos povos das colónias. É indiscutível que estas são vistas efectivamente como coutadas de Portugal. A única notícia vinda das colónias que detectámos neste período refere-se à situação dos *colonos* de Luanda, indignados pela falta de apoio da Metrópole e "por estar a ser atirado para as mãos de estranhos o nosso património colonial"¹⁰.

Mas não se pense que se trata apenas de artigos avulsos, em que o chauvinismo se tenha infiltrado inadvertidamente. Num extenso artigo saído em dois números do *Avante*, "Os comunistas e a Nação", condena-se a política de "rapina e escravização colonial" de alemães e italianos, mas nada se diz sobre o colonialismo "democrático" anglo-francês, e sobretudo do que pensam os comunistas portugueses acerca do colonialismo português¹¹. É como se tal não existisse.

E não só no *Avante*. Num folheto editado nesse ano de 1937 com o objectivo de chamar os democratas civis e militares à luta contra a intervenção em Espanha e pelo apoio ao campo das democracias¹², há um capítulo intitulado "Salazar entrega as colónias a Hitler" em que, após denunciar a penetração de capitais alemães em Angola, se lamenta que "as poucas empresas portuguesas que existem estirolam por falta de auxílios financeiros". E termina com a proclamação de que "a passagem das colónias, paulatinamente ou por meio de um golpe de força, para as mãos da Alemanha, é a consequência inevitável da política de traição nacional do governo salazarista". Quase nem é necessário acrescentar que também neste folheto não existe nenhuma referência à opressão dos povos das colónias e ao seu direito à emancipação.

TUDO PELA FRENTE POPULAR

Só um verdadeiro terramoto político-ideológico pode explicar esta passagem dos comunistas portugueses, sem complexos e até com orgulho, para a defesa do império colonial. Esse terramoto está perfeitamente localizado: foi a adopção da política das “Frentes Populares” no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935. Não tendo a Frente assumido em Portugal efectiva existência, como em Espanha e França, os efeitos dessa política não deixaram de ser devastadores na condução da luta antifascista e na própria integridade do Partido Comunista.

Não, obviamente, porque houvesse algo de negativo na ideia de unir numa frente popular todos os esforços de resistência ao avanço do nazi-fascismo. Mas porque, como julgamos já ter demonstrado largamente noutra lugar¹³, a frente foi concebida como uma oferta de aliança dos partidos comunistas à burguesia democrática, com as concessões inerentes. Aceite, em nome das necessidades tácticas prementes, a lógica de um contrato antifascista como cúpula do movimento popular, o resto veio por arrasto. Para tornar credível a sua oferta, os partidos comunistas tinham que abdicar de todas as reivindicações revolucionárias, esfumando-as num futuro indeterminado, e comprometer-se a acatar a ordem democrático-burguesa. Isto implicava naturalmente a adesão aos valores da Nação e, em países detentores de colónias, a defesa do “património ultramarino”.

Assim, o PCP, para conseguir motivar os agrupamentos da burguesia republicana para a ideia de uma “Frente Popular”, dispôs-se, entre outras concessões, a calar as denúncias do colonialismo e mesmo a fazer-se acreditar como defensor esforçado dos interesses coloniais nacionais.

Aliás, um exemplo da nova forma “flexível” como se devia abordar a questão colonial foi dado aos comunistas portugueses pelo órgão oficioso da Internacional Comunista¹⁴. Numa entrevista com o antigo chefe de governo da República José Domingues dos Santos, em 1935, este dizia, a certo passo: “o futuro político de Portugal está inteiramente ligado ao das suas colónias. Ora a Alemanha, desde há muito, cobiça as colónias portuguesas. (...) Se o ditador se põe ao lado dos países do ‘facto consumado’, como poderá amanhã



13) *Anti-Dimitrov, Francisco M. Rodrigues. Ed. autor, Lisboa, 1984.*

14) *Correspondance Internationale. 42, de 19 de Setembro de 1936.*

invocar os *direitos de Portugal?*”, etc. (Sublinhados meus). A publicação destas opiniões representava um aval claro por parte da Internacional e não se pode duvidar de que uma tal abertura, vinda de tão alto, terá vencido as resistências que ainda existissem no aparelho e na direcção do PCP; não foi por acaso que o *Avante* se lhe referiu mais de uma vez de forma elogiosa.

O Programa da Frente Popular Portuguesa (oficialmente constituída em 1936) pagava o seu tributo ao “progressismo” ao “condenar formalmente a política de imperialismo colonial”, mas só para acrescentar, imediatamente a seguir, numa incoerência grotesca: “É dentro desse espírito (!?) que será orientada a administração *das nossas províncias ultramarinas, parte integrante e inviolável da Nação Portuguesa*” (sublinhado meu). Como política dum futuro governo de “frente popular”, previa “o estabelecimento, nos territórios favoráveis à colonização branca, de casais de família, que serão entregues aos nossos emigrantes rurais”... “sem prejuízo dos interesses dos indígenas”, acrescentava jesuiticamente¹⁵. E o representante do PCP assinou este papel!

O *Avante*, como vimos, nada tinha a opor a estes patrióticos propósitos. Se fez algumas reservas ao projecto de programa¹⁶, não foi no tocante aos planos de fomento colonial. Pelo contrário, denunciando (e até exagerando) a penetração alemã em Angola julgavam os dirigentes do partido estar a fazer uma manobra hábil: ao mesmo tempo que sensibilizavam a burguesia para o perigo de se ver esbulhada dos seus negócios coloniais¹⁷ se não se apressasse a lutar contra Salazar, demonstravam-lhe o “brio patriótico” dos comunistas. Quem resistiria a tal envolvimento? Esqueceram apenas que, na ausência dum movimento popular realmente potente, prevaleceram na burguesia republicana os reflexos do anticomunismo primário e da cobardia perante o ditador. A Frente Popular Portuguesa, cuja formação foi trombeteada durante meses no *Avante*, abortou à nascença por falta de candidatos. o PCP sujou-se para nada.

15) *Ao País. (Programa da Frente Popular Portuguesa), Agosto 1936, in A Frente Popular Antifascista em Portugal, H. Afonso Manta, Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1976.*

16) *Avante, 17, de Março de 1936.*

17) *Negócios que não eram tão pequenos como isso. Algumas das mais influentes figuras da Oposição democrática, como Acácio Gouveia, Cunha Leal, Azevedo Gomes, Adão e Silva, tinham largos interesses nas colónias.*

Para repor uma pouco de verdade histórica neste escabroso tema do (anti)colonialismo do PCP nos anos 30 falta falar sobre as posições de Bento Gonçalves, à época secretário-geral do partido.

Como os actuais dirigentes do PCP nunca se esquecem de referir, Gonçalves destacou, no relatório lido no VII Congresso da Internacional Comunista, entre as tarefas a cumprir pelo partido: "...vencer as debilidades da nossa actividade relativa à luta pela defesa dos interesses dos povos coloniais oprimidos pelo imperialismo português, ajudá-los a travar a luta até à sua completa libertação"¹⁸. Aqui estaria a prova da atitude de princípio do PCP na matéria.

Deixando por agora de parte a questão de saber se esta tomada de posição surgiu do próprio partido ou foi introduzida no relatório pelos meios dirigentes da IC¹⁹, há que questionar o seu real significado prático. Como facilmente se compreende, numa reunião comunista mundial em que estavam presentes delegações de países colonizados a reafirmação enfática da linha leninista do direito à separação e à independência era obrigatória²⁰; mas essa fidelidade ritual aos princípios podia muito bem servir de álibi para toda a espécie de cedências em nome da "táctica". Assim Thorez, que também defendeu nesse congresso, *em princípio*, o direito à autodeterminação, reclamou com igual vigor que a Argélia devia permanecer unida à França "republicana e tricolor", a bem da luta contra o fascismo...

Tudo o que atrás referimos sobre a política real do PCP na época tira valor às elevadas intenções internacionalistas proclamadas no congresso da IC. Tanto assim é que, apenas seis meses mais tarde, já preso após o regresso a Portugal, Bento Gonçalves, ao contestar, numa das suas mais importantes declarações políticas, a acusação do Tribunal Militar, *omitiu por completo* a condenação do colonialismo português justamente no momento em que mais importava fazê-la. Evocou a questão colonial, mas apenas para tentar mobilizar a burguesia republicana contra o governo. Com a sua política pró-Eixo, denunciou, a ditadura de Salazar arrisca a soberania nacional e a sorte das colónias pois poderá dar lugar a que seja posta "dum momento para o



- 18) O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista. *Ed. Avante, Lisboa, 1985.*
- 19) *O relatório elaborado pelo Secretariado do PCP terá sido remodelado em Moscovo por ter sido considerado "deficiente" em vários aspectos. Informação prestada por Álvaro Cunhal no forte de Peniche, em 1959, a mim pessoalmente e a outros presos.*
- 20) *Entre as 21 condições para a adesão à Internacional Comunista, redigidas por Lenine, dizia a 8ª: "O apoio, não em palavras mas de facto a todos os movimentos de libertação das colónias, a exigência que delas sejam expulsos os imperialistas nacionais"...*

21) *“Contestação de Bento Gonçalves”, Militante 169, Fevereiro de 1971.*

22) *Referência às medidas de descentralização administrativa para os colonos decretadas pelo general Norton de Matos. Ministro das Colónias em 1915, Norton de Matos esteve sobretudo ligado a Angola, de que foi governador-geral e mais tarde alto-comissário.*

outro, na ordem do dia da política imperialista, a questão do reparto de Angola e Moçambique”²¹ o que significava, muito claramente: “Nós, comunistas, preocupamo-nos tanto como os republicanos com o perigo de o país vir a ser esbulhado das possessões coloniais”. E, para melhor explicitar o aceno unitário, foi ao ponto de retomar o argumento, tradicional na Oposição burguesa, de que “a Ditadura arrancou às colónias todos os embriões de autodeterminação que lhe haviam sido dados com a revolução de 1910” insulto gratuito aos povos coloniais, massacrados impiedosamente sob a República²².

Nem seria necessário insistir nestes aspectos negativos do percurso dum militante operário de grande valor que pagou com a vida a sua luta contra o fascismo de Salazar, se os dirigentes do PCP não teimassem em usá-lo como bandeira do pensamento comunista em Portugal. E aí não se podem tolerar equívocos: Bento Gonçalves, pese embora o respeito que merece como lutador antifascista, revela em todos os seus escritos uma inconfundível formação social-democrata. o seu marxismo visa combinar a luta económica da classe operária com a iniciativa política da burguesia “esclarecida” (uma linha depois seguida por Cunhal) e isso reflecte-se na sua insensibilidade para a questão colonial. O que aliás nada tem de estranho se tivermos em conta o atraso das relações capitalistas no nosso país, que pouco espaço deixava ao movimento operário entre o radicalismo anarquizante e o reformismo.

Seja como for, não é a Bento Gonçalves que se pode imputar responsabilidades pelo delírio colonial-patriótico do PCP em 1936-38. Nessa altura já ele se encontrava no Tarrafal. Coube aos dirigentes, que o substituíram, entre eles Cunhal, a maior responsabilidade pelo descalabro político do PCP em 1936-39, graças à aventura capituladora da “Frente Popular”.

CAMINHO SEM RETORNO

Surge sempre a pergunta: como pôde o PCP, temperado na resistência ao fascismo, implantado na classe operária, única força realmente actuante contra a ditadura, deixar-se contaminar a este ponto pelo nacionalismo?

A associação antifascismo/nacionalismo nada tem de estranho. O nacionalismo, “o sentimento mais vivo da pequena burguesia” (Lenine), circulava naturalmente nas fileiras da oposição à ditadura. A propriedade das colónias era para ela questão sagrada²³. Quando o PCP, no clima de pânico criado pela ameaça fascista mundial, abraçou a *tática de emergência* decidida pela Internacional, perdeu as defesas contra a penetração em cascata dos valores burgueses, entre os quais avultava o da legitimidade da posse do “Ultramar”.

Aliás, raciocinariam os líderes do partido, que mal tinha esquecer por algum tempo os direitos de emancipação dos povos coloniais, se eles só muito longinquamente poderiam vir a tornar-se uma força activa contra a ditadura? Fazendo essa concessão aos democratas, ganhava-se em eficácia antifascista o que se perdia no plano abstracto dos princípios. Mais: qualquer revolta dos “indígenas” seria altamente inconveniente, porque comprometeria a campanha pela Unidade Nacional contra Salazar e tenderia a deslocar a massa dos colonos e das forças democráticas para o lado do governo.

É assim que, em nome das necessidades tácticas, o PCP procede a uma inversão na política de alianças até então proclamada. Sacrifica a solidariedade com os povos das colónias na esperança de obter um grande movimento nacional anti-fascista; afinal tudo resultaria em bem para esses povos, que mais cedo seriam libertados do jugo fascista... Este foi um processo que conheceram praticamente todos os partidos comunistas e que acelerou a sua transformação em partidos *tipicamente social-democratas*, embora com uma filiação diferente e uma postura bem mais radical que a dos seus congéneres da primeira geração.

Não é pois de surpreender que, ao iniciarem-se as guerras coloniais, o PCP esteja, apesar da muito falada Declaração de 1957²⁴ sobre o direito à independência, imbuído de chauvinismo colonialista. É o que exprime com eloquência insuperável um comunicado hoje esquecido que merece ser recordado como fecho deste artigo: “*Trabalhadores, mostremos aos nossos patrões que só a independência de Angola serve*

23) *Ajuíze-se por esta inflamada mensagem “Aos Novos de Portugal”, publicada na imprensa em Maio de 1933 pelo general Norton de Matos: “... conservar intactos na posse da Nação os territórios de além-mar é o vosso principal dever”... “esses territórios constituem províncias tão portuguesas como as da metrópole, a nação é só uma” (Norton de Matos, Memórias e Trabalhos da Minha Vida, I, pp. 21-22). Na verdade, Salazar não precisou de puxar muito pela cabeça quando se tratou de justificar as guerras coloniais...*

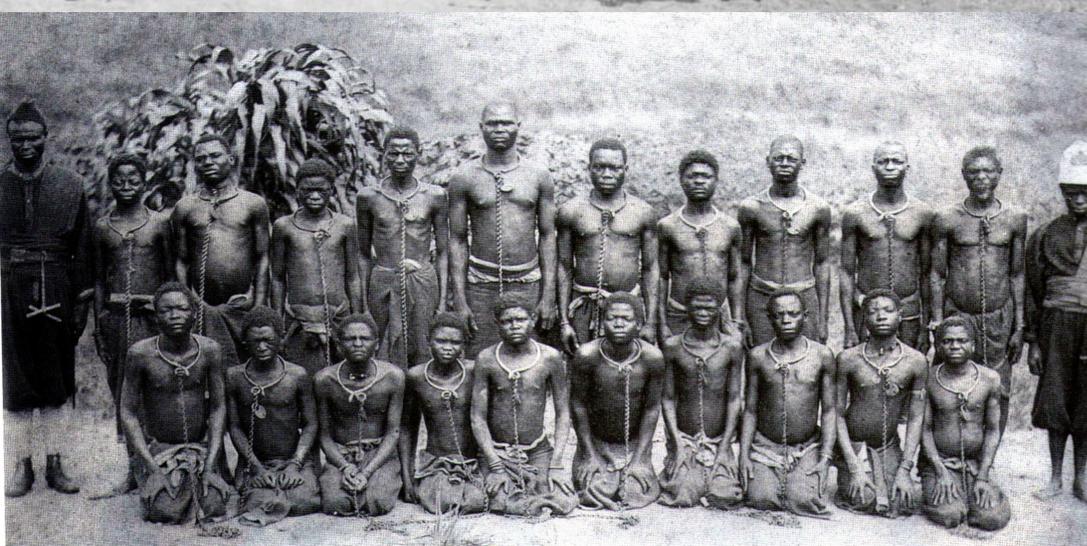
24) *Esperamos num próximo artigo poder discutir o significado da Declaração formal do PCP, em 1957, sobre o direito dos povos das colónias à independência.*

25) Manifesto da Direcção Regional da Beira Litoral do PCP, de Maio de 1961. Em carta ao CC, em meados de desse ano, defendi, sem qualquer êxito, a necessidade de uma crítica pública a este vergonhoso documento.

os seus interesses”, pois “só independente Angola se tornará de facto um mercado para os nossos artigos”.²⁵

Previsão genial, como se demonstra pela auspiciosa reanimação dos negócios com as “nossas Áfricas”, hoje diligentemente promovida pela firma PS-PSD, com a benévola bênção do PCP. Pois não é uma iniciativa a bem da economia nacional e da cooperação entre os povos?

Novembro/Dezembro de 1996



QUANDO CUNHAL EXCOMUNGOU OS CHINESES

Admirador do “socialismo” à chinesa e crítico severo da defecção dos russos, Cunhal já esqueceu o tempo em que era fervoroso seguidor de Moscovo na campanha antichinesa.

Talvez uma das mais curiosas inflexões no percurso recente do PCP seja a sua aproximação dos últimos anos ao PC da China. Com efeito, durante 30 anos, depois que rebentou o chamado conflito sino-soviético, o PCP seguiu fielmente o PC da URSS na campanha contra o maoísmo e a favor da “coexistência pacífica”. Coroada essa política por um retumbante desastre de dimensão mundial, Cunhal pensou em tudo menos em demitir-se do seu cargo. Alinhavou umas tantas censuras à capitulação de Gorbatchov, como se esta não fosse apenas o epílogo de uma longa história, e, à laia de “autocrítica na prática”, voltou-se para o regime chinês que antes excomungava. Procedimento que retrata bem a pretensa “coerência” do líder do PCP, agora unanimemente elogiada pelos políticos da burguesia. Nesta como noutras questões, Cunhal habituou-se há muito a baralhar as pistas para impedir uma avaliação crítica do passado.

UMA REUNIÃO ACIDENTADA

Na reunião do CC do partido que teve lugar em Moscovo, em Agosto de 1963, A. Cunhal apresentou um informe que comprometia o PCP num alinhamento público e incondicional com o PC da URSS e num ataque cerrado ao PC da China¹. Era o tempo da grande cruzada soviética pela “linha geral da coexistência pacífica” e pela “passagem pacífica ao socialismo”. Como as suas esperanças num período de *degelo* nas relações com o imperialismo estavam a ser defraudadas pela oposição dos dirigentes chineses, com as suas denúncias furibundas do revisionismo e apelos à revolução nos países subjugados, os maoístas tinham-se tornado o *inimigo a abater*. A “guerra fria” de desgaste dos americanos contra a União Soviética acabara por dar frutos numa “guerra fria” no interior do movimento comunista.



1) A Situação no Movimento Comunista Internacional. *Informe de Álvaro Cunhal na reunião do Comité Central do Partido Comunista Português, Agosto de 1963, Ed. Avante, 1963.*

- 2) *Correspondendo às fortes pressões da direcção soviética para obter declarações públicas de lealdade, Cunhal fizera já publicar, no Verão de 1960, e em nome da Com. Política do PCP, o artigo Três problemas de actualidade, com críticas transparentes ao PC da China, embora sem o nomear. Posteriormente, em Janeiro de 1963, fora adoptada pelo CC do PCP uma resolução pró-soviética, considerada contudo insuficientemente enérgica.*
- 3) *Informe citado, p. 14.*

Embora já esperada pelos presentes², esta abertura de hostilidades contra os chineses não deixava de representar uma ruptura brutal com as tradições do partido em matéria de relações internacionais. No PC Português, necessitado de solidariedade externa à sua luta contra o fascismo de Salazar, era de regra o respeito para com os “partidos irmãos”, e muito mais com os que estavam no poder no “campo socialista”. A única excepção fora a condenação, quinze anos antes, do regime jugoslavo, essa porém aceite sem dificuldade devido à escandalosa viragem do regime de Tito para o Ocidente. Ora, desta vez, tratava-se justamente de um movimento em sentido inverso: havia que reconhecer a “evolução positiva” dos dirigentes jugoslavos e condenar o “dogmatismo” e “aventureirismo” dos chineses.³

Eu era então membro do Comité Central e participei na reunião. Cunhal manifestara empenho em que eu viesse a Moscovo, para “esclarecer as minhas dúvidas”, de modo que saí clandestinamente de Portugal, encarregado pela Com. Executiva do CC de levar o relatório da actividade no interior. Naturalmente, aproveitei a oportunidade que me era dada para expor de viva voz no CC as ideias que vinha há meses desenvolvendo em sucessivas cartas. Opus-me em toda a linha ao informe de Cunhal, dei razão aos chineses e condenei o seguidismo que o PCP vinha exibindo face ao PCUS, quando o rumo da política soviética contrariava tudo o que o movimento comunista defendera até então.

Sem surpresa, vi os restantes membros do CC presentes (entre eles Vilarigues, Francisco Miguel, Joaquim Gomes, Pedro Soares, Georgete Ferreira) apoiarem, de forma mais ou menos papagueada, a opção expressa por Cunhal. Estavam bem ensinados a considerar justificado tudo o que viesse do centro do poder, dos “queridos camaradas soviéticos”; a minha preocupação com os princípios parecia-lhes futilidade imatura e intolerável pretensiosismo. A única voz algo reticente foi a de Veiga de Oliveira, presente embora não fosse membro do CC.

A reunião terminou com a aprovação de um comunicado que retomava todos os pontos do informe de Cunhal⁴, com um único voto contra, o meu. Pelo menos, desta vez não houve a costumada unanimidade... Quatro meses depois, já em Paris, eu abandonava o PCP. Era a única coisa a fazer.

- 4) *Comunicado do CC do PCP sobre a situação do Movimento Comunista Internacional. Avante, 1963.*

PRÓ-SOVIÉTICO FURIOSO

Não sendo agora altura de recapitular todos os tópicos da polémica, será elucidativo passar em revista o informe referido. Convertido às teses dos soviéticos desde que se instalara em Moscovo, Cunhal não queria meias tintas. Exigia que se reconhecesse no PCUS “a vanguarda do movimento comunista mundial” e que se aplicasse uma “disciplina comunista internacional” para acabar com as veleidades dos chineses. “O PC da China - acusava - está em desacordo com a linha geral do movimento comunista..., não a segue na sua acção prática e leva a cabo uma actividade cisionista”. E, perdendo o sentido do ridículo, exaltava o abstruso programa aprovado no ano anterior pelo XXII congresso do PCUS como “o Manifesto Comunista da nossa época”. Nem mais!

Como pudera um militante formado na escola do leninismo degradar-se a tal ponto? O “poderio soviético” era a grande certeza, o argumento inabalável a que se ancoravam as convicções de Cunhal. A sua perspectiva, como aliás da generalidade dos outros dirigentes “comunistas”, era muito simples: se todos os dias se multiplicavam as provas do crescimento prodigioso do poderio da URSS, a vitória mundial do socialismo estava garantida. “Dentro de um prazo de tempo relativamente curto — previa o informe —, a superioridade económica e técnica e a resultante superioridade militar do campo socialista será tal que o imperialismo, embora mantenha a sua natureza agressiva, será impossibilitado de levar por diante planos que concebe de desencadear uma guerra mundial”. Já não fazia sentido, e podia ser muito prejudicial, lutar como no passado pelo levantamento dos oprimidos. Seria enfurecer os imperialistas quando a partida estava ganha de antemão. O socialismo irradiava de Moscovo para o mundo inteiro.

E quanto a saber se a marcha triunfal da URSS para o comunismo era garantida apenas pela propriedade estatal dos meios de produção e não estava irremediavelmente comprometida por tudo o que se metia pelos olhos dentro (degeneração dos soviets, enriquecimento da *nomenklatura*, corrupção, despotismo burocrático, arbítrio, asfixia da vida intelectual, namoro ao imperialismo, desinteresse pela sorte





打倒美帝打倒苏修

dos povos oprimidos, boa camaradagem com o oportunismo internacional) – tudo isso só podia ser para Cunhal “falta de confiança nos camaradas soviéticos”, ou pior, exploração provocatória de pecadilhos ou pequenos erros.

CHINESICES

Seria interessante confrontar hoje Cunhal com a lista das *heresias* que há 35 anos censurava aos dirigentes chineses. “Afirmam ser a guerra inevitável enquanto existir o imperialismo”; “acusam a União Soviética duma política aventureirista ao colocar os foguetões em Cuba, e duma política capitulacionista ao dispor-se a retirá-los”; “manifestam descrença na força da URSS e do campo socialista”; “acusam o acordo americano-soviético de suspensão das experiências nucleares de tentar atar de pés e mãos todos os países pacíficos que estão sujeitos à ameaça nuclear”; “dizem que a Jugoslávia degenerou e se tornou um país capitalista”; “acusam o movimento comunista mundial de ter renunciado à revolução”, de “aceitar em quaisquer condições o que chamam de ‘receita’ do caminho pacífico” e de “estender a coexistência pacífica às relações entre classes opressoras e classes oprimidas, entre nações opressoras e nações oprimidas”, etc., etc.⁵

5) *Informe citado.*

A simples enumeração dos *desvios* atribuídos aos maoístas mostra até que ponto estes tinham razão e como Cunhal desempenhava, naquele Verão de 1963, um papel objectivamente *reaccionário*. Afinal, a direcção chinesa divisava, com alguns anos de avanço, o desastre para que caminhava o movimento “comunista” e o campo “socialista”. Não é o facto de se ter ela própria afundado posteriormente num percurso semelhante que retira justeza à luta que travou, praticamente sozinha, em 1960-63.

Isto merece ser recordado porque, nos últimos anos, com o argumento de que toda a gente no campo comunista se enganou e disse muitas asneiras, se tende a lançar ao lixo indiscriminadamente tudo o que foi feito. Ora, se é certo que todos se enganaram, houve porém os que, com as suas asneiras, empurraram o movimento para a derrocada em que viria a afundar-se e houve os que, dizendo asneiras, tiveram pelo menos a lucidez de se opor ao balofo triunfa-

lismo reinante, mostrando que ele desarmava a vontade de luta contra o imperialismo e preparava um grande desastre.

Álvaro Cunhal, é indiscutível, contou-se entre os primeiros. Combateu acerrimamente os alertas acertados do PC da China e fez coro com todas as iniciativas da direcção soviética. Com o seu informe de Agosto de 1963 contraíu perante o movimento operário português uma responsabilidade histórica de que nunca prestou contas.



COERÊNCIA

Mudando-se do comboio descarrilado da Rússia para o da China para evitar a confissão do fracasso, Álvaro Cunhal exhibe, sob a habitual retórica “leninista”, um primitivismo ideológico confrangedor e sobretudo um oportunismo a toda a prova.⁶

Mas, bem vistas as coisas, existe uma lógica interna nesta reviravolta. Desaparecida a “grande União Soviética” por um alçapão, Cunhal encontrou no actual PC da China um *irmão mais velho* semelhante ao que era o PCUS dos anos 60. Hoje já pode reconciliar-se com *este* PC da China, que nada tem de comum com o *outro*, que há 35 anos ainda não se aburguesara por completo porque ainda respirava o sopro da grande revolução anti-imperialista e antifeudal do povo chinês.

Assim, Cunhal manifesta afinal a sua coerência: ontem a reboque da URSS de Kruchov - Brejnev, hoje ao lado da China de Deng - Li Peng, ele tem estado sempre ao lado de regimes de capitalismo de Estado, que lhe dêem a ilusão de um “socialismo na ordem”, de um espaço intermédio entre ditadura da burguesia e ditadura do proletariado. É afinal a noção de “socialismo” a que consegue chegar este inveterado ideólogo da pequena burguesia *avançada*.

O pior é que já não tarda muito a desilusão final, para si ou para os seus seguidores, quando o último véu “socialista” for rasgado pelo partido no poder na China e os seus dirigentes renegarem de vez a denominação de comunistas e abraçarem sem peias as glórias da economia aberta de mercado.

6) *Outro aspecto anedótico: em 63, no informe citado, Cunhal atacava o “grupo cisionista de Amazonas no Brasil” e manifestava solidariedade com o “nosso camarada Prestes”. Actualmente, mantêm relações amistosas com o “cisionista” Amazonas e ignora o “verdadeiro” partido de Prestes, podre demais para ser apresentado em qualquer lado.*

Janeiro/Fevereiro de 1998

BATALHAS DE RETARDAMENTO

Mostrámos em artigos anteriores (P.O. n.º 56 e 57) que a vacilação da direcção do PCP face ao começo das guerras coloniais tinha raízes em velhas concessões ao nacionalismo da Oposição burguesa. Completamos o tema passando em revista os anos 40-50.

- 1) Resoluções do V Congresso do Partido Comunista Português. Edições Avante, Outubro 1957.
- 2) Uma intervenção de “Matos” na 4ª Reunião ampliada do CC, de fins de 1952, mencionava, no final de uma longa enumeração de reivindicações: “a independência e autonomia dos povos coloniais.” (Avante, 173, Dezembro de 1952). Porém, nas Resoluções dessa reunião a questão colonial surge num curto capítulo (entre a organização das forças armadas e a dos pescadores) sem qualquer referência ao direito à independência. É em 1954 que se verifica o primeiro passo significativo na matéria, com o projecto de programa do partido (aprovado na V Reunião ampliada do CC), no qual foi solenemente consignado o “direito dos povos coloniais à autodeterminação, inclusive à separação”. No ano seguinte, uma intervenção de “João” (António Dias Lourenço) na VI Reunião Ampliada do CC afirmava enfaticamente que a ajuda do povo português aos povos coloniais “deve ter por objectivo exclusivo a sua libertação do jugo colonial”.

Em 1957, o 5º Congresso do PCP desencadeou a ira de Salazar e causou embaraço na oposição burguesa ao proclamar “o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África, Ásia e Oceania, dominados por Portugal, à imediata e completa independência”¹. Aliás, essa declaração apenas deu maior projecção a um princípio que já desde 1952 vinha sendo formalmente enunciado em documentos centrais do partido². O problema que permanece em aberto para os comunistas portugueses é o da diferença entre essas declarações e a política corrente do PCP no capítulo colonial.

MOEDA DE TROCA

O período do final da guerra suscitou uma febril actividade oposicionista, dada a convicção geral de que a Inglaterra, Estados Unidos e França promoveriam a substituição de Salazar por um regime democrático. Desde logo, isto teve um reflexo negativo na posição do partido quanto ao direito de autodeterminação dos povos das colónias — o que só à primeira vista pode parecer paradoxal.

De facto, empenhada a direcção do PCP no esforço para ganhar todas as forças democráticas para uma frente unida antifascista, acentuou-se a tendência para cedências políticas e ideológicas em todos os terrenos considerados não prioritários. Para ser aceites no movimento unitário e no esperado governo democrático, os comunistas tinham que dar algo em troca. Um dos *preços* pagos foi a negação do direito dos povos coloniais à independência, porque esse era então assunto tabu para a oposição republicana.

Foi assim que em Julho de 1944 se pôde ler no *Avante*, num artigo altamente elogioso para o programa que o MUNAF (Movimento Nacional de Unidade Antifascista) acabara de aprovar: “O Programa estabelece que o Governo Provisório **defenderá a Unidade de Portugal com as colónias**”³. Cedência tanto mais significativa quanto, ainda um ano antes, o partido defendera, no espírito das proclamações dos Aliados, entre os “9 pontos-programa para a Unidade Nacional”: “Estabelecimento duma aliança livre com os povos coloniais”. Se bem que esta expressão da “aliança livre” já era razoavelmente ambígua, ela deve ter sido vetada pelos representantes das forças liberais no MUNAF, forçando o PCP a subscrever a “unidade com as colónias”. Se tal concessão causou reservas na direcção do partido, pelo menos não transpareceram a público.

Visivelmente, a direcção do PCP contemporizava com o chauvinismo colonialista, pensando poder recuperá-lo como componente da unidade nacional antifascista. Já no I Congresso ilegal, em 1943, Cunhal, reconhecendo aos povos coloniais “o direito a constituírem-se em estados independentes”, acrescentara uma reserva significativa: “Embora os povos das colónias portuguesas, pouco desenvolvidos sob todos os aspectos, não possam por si sós, nas circunstâncias presentes, assegurar a sua independência”...

Isto, em si, não era falso; grave era a consequência que daqui se tirava: em vez de ajudar esses povos a assumirem o mais depressa possível a sua luta autónoma, encontrava-se aqui uma justificação fiara anexar o movimento anticolonial nascente ao movimento democrático em Portugal, com a desculpa de que a concessão da independência resultaria em que as colónias portuguesas “tombariam sob o domínio de outro imperialismo”⁴.

“VEXAMES INDECOROSOS”

Estava em foco na altura a ocupação japonesa de Timor. Fazendo apelo ao sentimento imperial da população, escrevia o *Avante* a esse respeito: “Enquanto os patriotas [não os patriotas timorenses mas os portugueses!] continuam a dar o seu sangue em Timor, o governo traidor de Salazar, que entregou Timor ao Japão...”⁵ O povo timorense era como se não existisse.

3) *Avante*, 58, 2ª quinzena de Julho de 1944.

4) *Informe de “Duarte” ao I Congresso Ilegal do PCP*, 1943.

5) “A entrega de Timor aos japoneses. Castigo aos traidores!”, *Avante*, 62, 2ª quinzena de Setembro de 1944.

- 6) Ao Exército (*manifesto*).
Outubro de 1943, Partido Comunista Português.
- 7) “Ruína, miséria e exploração dos povos das colónias”, *Avante*, 152, Outubro 1950: “Os salazaristas seguem o caminho da ruma e da entrega das colónias aos monopolistas estrangeiros”; “As colónias portuguesas, praças de armas e fontes de matérias-primas dos imperialistas americanos”, *Avante*. 164, Janeiro de 1952: os técnicos ianques informam-se pormenorizadamente “sobre as riquezas existentes nas nossas colónias”; os americanos “apoderaram-se do melhor das riquezas das colónias portuguesas”; “Fora com os americanos das colónias!”, *Avante*, 188, Junho 1954; “O *Avante*, porta-voz dos povos oprimidos das colónias portuguesas”, *Avante*, 200, Junho de 1955: menciona o “apoio fraterno e a solidariedade do povo e dos democratas portugueses aos povos coloniais na sua luta contra a ditadura fascista e a escravidão do imperialismo” – não português, entenda-se, mas o americano, inglês, etc.
- 8) “Desemprego, fome e miséria nas colónias”, *Avante* 153, de Novembro de 1950. Sublinhado meu.

Num manifesto então editado incitando o Exército a agir contra a ditadura⁶, as referências à questão colonial limitavam-se ao protesto contra os “vexames indecorosos para a dignidade nacional” sofridos em Macau e Timor devido à ocupação japonesa e à queixa contra a má alimentação e equipamento das tropas expedicionárias. Da escravização sofrida pelos povos das colónias, nem uma palavra; mencioná-la neste contexto seria naturalmente *pouco tático*; interessava sim apelar ao brio patriótico dos militares, mesmo que, para isso, o partido se colocasse dentro da lógica do colonialismo.

A guerra mundial acabou sem que se concretizassem as esperanças na queda de Salazar. Os dirigentes do PCP poderiam ter tirado uma salutar lição sobre a inutilidade das concessões de princípio à oposição burguesa. Não o fizeram.

“UNI-VOS AOS BRANCOS”

Nos anos seguintes não faltam na imprensa do PCP referências à questão colonial. Sucedem-se as referências à importância dos povos coloniais na luta “contra o imperialismo e em defesa da Paz”, o que era uma aplicação da campanha então lançada pela União Soviética visando uma frente mundial contra o imperialismo americano. Mas a nota dominante é a denúncia da entrega das “riquezas nacionais” aos imperialistas, sendo as colónias vistas como simples reservas de matérias-primas.⁷

Eloquente, neste aspecto, um protesto publicado em 1950 contra a criação de colonatos em Angola e Moçambique: “O governo fascista de Salazar – escreve o *Avante* – resolveu deportar milhares de trabalhadores para as colónias, mão-de-obra barata para os imperialistas norte-americanos e ingleses a quem criminosamente entregou o melhor das nossas riquezas coloniais”. Prossegue denunciando a falta de instalações para receber os colonos, alguns dos quais “se sujeitam a viver em garagens ou nas dependências dos negros por não terem dinheiro para pagar as rendas de casa!”⁸

Quando se impunha mostrar no reforço da presença colonial o objectivo de utilizar os colonos na repressão a

possíveis levantamentos futuros dos povos africanos, apresentavam-se aqueles como vítimas de “deportação” e não exploradores e potenciais carrascos desses povos.

Os artigos que se referem propriamente à situação dos povos coloniais defendem em regra apenas o seu direito a melhores condições de vida.⁹ E mesmo aí transparece o cuidado em manter a resistência dos colonizados subordinada aos colonizadores “progressistas”. Assim, no *Avante*: “Uni-vos aos trabalhadores brancos, explorados e oprimidos como vós, que querem derrubar o governo de Salazar e criar um outro que possa trabalhar pela felicidade de todos os trabalhadores, sem distinção de raça ou de cor!”¹⁰ Sob esta perspectiva multirracial é a ideia da integração que transparece, não a da autodeterminação.

E isto não apenas em artigos avulsos. Como especificava em 1952 o comité central do partido, era missão dos povos coloniais lutar... “ao lado do povo português contra a ditadura de Salazar, pela Democracia, pela Paz, pelo Pão”¹¹. Ou, de forma ainda mais clara, no ano seguinte: “A Unidade Nacional consiste em dirigir as largas camadas da população do Continente e colónias para a acção pelas reivindicações particulares a cada sector da população e por objectivos comuns a todos os sectores da população.” E mais adiante: “É necessário compreender e fazer compreender a todos os democratas do Continente e colónias que as possibilidades legais de luta se conquistam apenas pela luta...”¹²

CUNHAL EM TRIBUNAL

Não se estranhará este chauvinismo, tão ingénuo que nem procurava esconder-se, se tivermos em conta o que sobre a questão escreveu Álvaro Cunhal na intervenção apresentada a tribunal, em 1950. Como se sabe, essa intervenção serviu durante bastantes anos como referência da política geral do partido.

Digamos desde já que a menção que aí se encontra à questão colonial é lateral e sobretudo *totalmente omissa* quanto ao direito de autodeterminação e independência. Desenvolvendo a tese que sempre lhe foi cara, de que são os comunistas os melhores defensores dos interesses da Nação, traídos pela burguesia (tese com fortes implicações nacio-

9) “Trabalho escravo nas colónias! Chamamos os povos coloniais à luta contra os negreiros salazaristas!”, *Avante*, 163, Dezembro de 1951: “Os povos das nossas colónias devem organizar-se e lutar... pela igualdade de direitos, pela defesa dos seus interesses”; “Os povos coloniais são poderosos aliados na nossa luta pela paz e pela independência”, *Avante*, 182, Novembro de 1953: uma breve alusão ao “direito dos povos a disporem de si mesmos” é corrigida com as “aspirações comuns do povo português e dos povos coloniais subjugados pelo salazarismo”.

10) “As massas trabalhadoras africanas lutam contra a escravatura e contra o fascismo”, *Avante*, 138, de Julho de 1949. *Sublinhado meu*.

11) Informe à reunião do Comité Central do PCP, 1952.

12) “O caminho para a conquista das liberdades democráticas e da paz”, informe de “Amílcar” à reunião do CC, de Março de 1953, pp. 15 e 24 do original copiógrafado. *Sublinhados meus*.

nalistas, que curiosamente, Staline retomaria nos mesmos termos dois anos mais tarde na sua alocução ao XIX Congresso do PCUS), Cunhal estende-a às colónias ao enunciar as empresas imperialistas aí instaladas, como se estas fossem um mero prolongamento do espaço nacional. De modo que, quando conclui que “Nós queremos que a economia portuguesa seja libertada do domínio dos imperialistas estrangeiros”, está implícita a noção dos recursos coloniais como parte da economia portuguesa.

Mais adiante, ao enumerar as condições para que uma República Democrática seja viável em Portugal, cita, precisamente em último lugar, “a defesa dos interesses da juventude..., das mulheres..., dos povos coloniais (hoje dizimados pelo chamado contrato, pelas doenças e pelo chamado trabalho compelido).”¹³ É óbvia a conclusão de que os povos coloniais eram enquadrados entre os sectores da população que deveriam beneficiar de reformas democráticas, mas não mais do que isso.

Se pusermos em confronto esta defesa de Cunhal em tribunal fascista e a que Bento Gonçalves fizera 14 anos antes (e aqui referida num artigo anterior¹⁴), a conclusão forçosa é de que nenhum progresso se dera nas posições do PCP neste período e que os interesses dos povos coloniais continuavam a ser vistos como *uma parte* dos interesses gerais do povo português. O que é tanto mais grave quanto, no intervalo, houvera a guerra mundial, o começo das independências coloniais e sobretudo o triunfo da grande revolução nacional na China. Porém, no ambiente de imobilismo criado pela ditadura, tudo isso parecia longínquo. Os dirigentes do PCP não viam mal em fazer público consumo de chauvinismo para agradar à burguesia republicana.

ALIANÇA - PARA QUÊ?

Fossem quais fossem os *deslizes*, diz-se por vezes, a perspectiva da aliança com os povos coloniais foi uma constante na política do partido. É um facto que, desde o fim da guerra mundial, esse conceito surge com frequência nas publicações do partido, o que distingue este radicalmente das outras forças oposicionistas. Pode citar-se, entre muitos outros, um alerta de 1944 sobre o “perigo que continua a

13) *Defesa de Álvaro Cunhal em tribunal.*

14) “Quando o Avante se batia pela nossa’ Angola”, *Política Operária*, 57, Nov./Dez. 1996.

subsistir com a separação do povo português, na luta contra o fascismo, dos seus melhores aliados (os povos das colónias portuguesas)” e sobre a necessidade de “cumprir um sagrado dever para com os nossos irmãos das colónias de Portugal”¹⁵.

E, de facto, núcleos de comunistas ou por estes animados conseguiram alguma implantação e faziam circular em Luanda e Lourenço Marques ideias emancipadoras junto de franjas de trabalhadores africanos, sendo alvo da repressão¹⁶. Do mesmo modo, os escassos estudantes africanos que chegavam a Lisboa nos anos 50 receberam do PCP uma politização que muito favoreceu a aglutinação dos primeiros agrupamentos nacionalistas.

Montou-se porém em torno desta questão da aliança uma mistificação ideológica que importa desfazer. Os povos coloniais eram declarados pelo PCP “aliados do povo português para a luta contra a ditadura fascista”, o que era muito diferente da perspectiva leninista de uma aliança revolucionária do proletariado com os povos coloniais com vista à *revolução socialista nas metrópoles e à libertação nacional das colónias*. Adaptando a consigna leninista ao que julgava serem as condições particulares do país, a direcção do PCP estava de facto a tentar mobilizar os povos coloniais para ajudarem à instauração da democracia burguesa em Portugal, o que não lhes dava quaisquer garantias de emancipação.

É assim que, quando, em 1954, um grupo de estudantes africanos em Lisboa, em que se destaca Mário Pinto de Andrade, inicia reuniões clandestinas para procurar a via da luta de libertação nacional dos seus povos, a primeira reacção da organização estudantil do PCP é censurar-lhes o “intelectualismo” e a “fuga aos riscos da luta anti-salazarista” — na realidade negar-lhes o direito a uma luta autónoma.

Esta desconfiança inicial foi vencida. Mas, oculto sob o slogan *principista* da “aliança”, o chauvinismo colonial “progressista” iria revelar-se incompatível com a etapa superior em que ia entrar a luta de libertação nacional dos povos africanos.

15) “Estabelecamos a organização do Partido nas colónias”, *Militante*, 33, Novembro de 1944.

16) “Perseguições, arbitrariedades e terror em Moçambique”, *Avante*, 131, 2ª quinzena de Janeiro de 1949.



- 17) *Galvão denunciava a brutalidade do trabalho "compelido", que ameaçava esgotar as reservas de mão-de-obra das colónias devido à fuga das populações para os territórios vizinhos. O PCP editou essa denúncia em folheto clandestino, "A verdade sobre os acontecimentos em S. Tomé em 1953", Edições Avante, 1954. A notícia do massacre foi dada no artigo "Revolta dos negros de S. Tomé contra a opressão fascista", Avante, 175, Fevereiro de 1953.*
- 18) *"Povos de Goa, Damão e Diu, avante na luta pela vossa libertação!", Avante, 170, Agosto de 1952. "Política provocadora e agressiva do governo no caso da Índia ameaça a vida pacífica do povo português!", Avante, 190, Agosto de 1954, exprime a via paternalista da emancipação: "Dar autonomia aos povos coloniais", "prestar-lhes auxílio fraterno, abrir-lhes o caminho para uma vida livre"; "Pela solução pacífica dos casos de Goa, Damão e Diu!", Avante, 191, Setembro de 1954.*
- 19) *"O caminho para uma ampla Frente Nacional Anti-Salazarista", informe da Comissão Política apresentado pelo camarada Amílcar à VI Reunião Ampliada do CC do PCP. Edições Avante, 1955.*

O PCP deu larga divulgação do massacre de centenas de trabalhadores são-tomenses e à denúncia dele feita pelo capitão Henrique Galvão, deputado à Assembleia Nacional fascista, numa intervenção causadora de escândalo.¹⁷

Veio pouco depois, o "caso de Goa" com a pressão crescente dos patriotas indianos em torno dos enclaves portugueses. A tónica das posições assumidas pelo partido foi uma vez mais ambígua, pondo muito mais em foco a necessidade de uma "solução pacífica do problema" do que a inadmissibilidade da caquética presença colonial num país que já conquistara a independência.¹⁸

Em 1955, o CC, na sua VI Reunião ampliada, defendeu o regresso das tropas, "a negociação em bases sérias com a União Indiana" e "uma solução pacífica", "conforme os desejos e interesses das populações". Condenando de passagem "um colonialismo que fez a sua época", o informe atacava sobretudo a política colonial de Salazar como "ponta de lança das forças da guerra". *Sobre o abandono imediato por Portugal daqueles e dos restantes territórios coloniais, sobre a liquidação do império colonial português, nem uma palavra.* Pelo contrário, pressupunha a sua continuidade na medida em que se ficava pelas habituais denúncias da política de "traição" do governo de Salazar ao entregar concessões aos monopólios estrangeiros, ao mesmo tempo que negava à burguesia não-monopolista "a montagem de novas fábricas no continente e nas colónias" (!).¹⁹

Era um recuo nítido em relação à atitude dos dirigentes do MND (Movimento Nacional Democrático), levados a tribunal no ano anterior por terem defendido publicamente o direito de autodeterminação do povo de Goa, Damão e Diu.

O cálculo subjacente a estes manobrismos era, como sempre, a busca das posições intermédias: isolar os fascistas e colonialistas ultras sem chocar os sentimentos da população e dos democratas. Só faltavam cinco anos para a eficácia destas *habilidades* ser posta à prova com o começo da guerra em Angola.

A DECLARAÇÃO DE 1957

Como dissemos no início, o 5º Congresso do partido aprovou uma declaração formal reconhecendo o direito à independência das colónias. Foi, no acanhado clima da política oposicionista tradicional, uma pedrada no charco, que viria a ter reflexos positivos no despertar do movimento contra a guerra. O PCP mostrava aperceber-se melhor que as outras forças da oposição dos “ventos da História”. Mas, é preciso dizê-lo, não corrigiu os seus desvios nacionalistas.

É que, para além do justo reconhecimento do direito à independência, o congresso colocava como tarefa “um esforço orgânico de todo o nosso partido para ajudar à formação no mais breve espaço de tempo, de partidos comunistas nas colónias, com vida própria”²⁰. Esta fora uma palavra de ordem justa *trinta anos antes*, mas não houvera forças ou convicção para a levar à prática; agora, quando já havia movimentos de libertação constituídos ou em fase avançada de formação, esta urgência tardia tinha todo o aspecto de uma corrida contra o tempo, não para entrar na luta armada de libertação — o PCP há muito perdera esse *comboio* — mas para pressionar os movimentos no sentido de uma aproximação à URSS e de uma futura salvaguarda dos interesses dos colonos.

Seguindo esta orientação, foram postas em marcha, em Luanda e Lourenço Marques, tentativas algo precipitadas para a formação desses partidos. Foram goradas no primeiro caso por uma série de prisões (o processo de 1959) e afundadas no segundo, devido à inacção dos poucos comunistas locais.

O início dos movimentos insurreccionais nas colónias apanhou assim a direcção do PCP dividida entre as instruções de Moscovo no sentido de captar a confiança dos dirigentes africanos e os receios pelo impacte negativo que a luta armada exerceria na unidade anti-salazarista e na população em geral.

REMAR CONTRA A CORRENTE

Mesmo correndo o risco de parecer de mau gosto, não resisto a citar-me. Escrevia eu, num artigo publicado no *Militante* em Maio de 1960: “Não esqueçamos que a luta



20) “Sobre o problema das colónias”, informe de Freitas ao V Congresso do PCP, 1957.





dos povos das colónias portuguesas pela independência nacional entrará na sua fase superior dentro de um período decerto curto e que o governo dos roceiros e monopolistas não hesitará em passar da repressão surda à guerra aberta, envolvendo o nosso país numa guerra colonial suja e condenada à derrota; será então a altura para se verificar à luz do dia a seriedade do trabalho do Partido junto das massas quanto a este problema vital.

E será bom compenetrarmo-nos de que esse trabalho não é fácil. Seria uma ingenuidade perigosa supormos que uma tradição colonial de cinco séculos poderia ser apagada dum momento para o outro sem deixar marcas profundas em amplas camadas da população”.

Concretizando, lembrava a existência “em certos sectores da população dum estado de espírito propenso a ser explorado pelo salazarismo, que apela à ‘defesa das províncias do Ultramar’”, pelo que seria um erro supor que “algumas camadas da população, incluindo mesmo certos sectores da classe operária não possam ser sensíveis, em determinadas circunstâncias à demagogia imperialista e não possam vir a facilitar pela sua expectativa e irresolução o desencadeamento de uma sangrenta e condenada guerra colonial”.²¹

O desenrolar dos acontecimentos nos anos imediatos, se confirmou a razão de ser destes avisos, mostrou também que a direcção do PCP era incapaz de corrigir a sua postura chauvinista — o chauvinismo colonialista era e é parte integrante da sua adesão à democracia burguesa em Portugal.

Maio/Junho de 1997



21) “Responsabilidades do Partido e da classe operária portuguesa no problema colonial”, Militante, 104, de Maio de 1960, sob o pseudónimo “Serpa”. A publicação deste artigo fez parte do processo da minha ruptura com o PCP.

LUTA DE CLASSES OU “UNIDADE DE TODOS OS PORTUGUESES HONRADOS”?

Há cerca de um ano, Álvaro Cunhal apresentava perante uma reunião do Comité Central do PCP o seu informe *Rumo à Vitória*, longo trabalho que, meses mais tarde, foi editado em volume e largamente distribuído.

Já não é a primeira vez que Cunhal expõe sistematicamente as suas concepções sobre a revolução portuguesa, mas o que faz o grande interesse deste informe é que, ao contrário dos anteriores, ele se destina a defender a linha do “levantamento nacional” contra as acusações de direitismo.

De facto, durante muitos anos, Álvaro Cunhal pôde fazer passar as suas ideias como um esforço sincero de aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais porque só defrontava uma oposição organizada à sua direita; foi assim que em 1946 ele expôs pela primeira vez sistematicamente a linha da Unidade, por oposição à “política de transição” então defendida pela corrente liquidadora de Júlio Fogaça, Pedro Soares, João Rodrigues e outros, e mais tarde, em 1961, formulou desenvolvidamente a linha do “levantamento nacional” para rebater a “solução pacífica” inventada pelos ultra-direitistas que então dominavam o Partido, novamente sob a direcção de Fogaça, e outros.

Ora, hoje, pela primeira vez, Cunhal luta publicamente e sem reservas, não contra a direita mas contra a esquerda e, proclamando o “dogmatismo” e o “esquerdismo” como o perigo principal no movimento revolucionário português, é forçado a revelar com mais clareza os seus pontos de vista reformistas e oportunistas.

As suas ilusões na Unidade com a burguesia liberal, o seu afastamento dos interesses profundos das massas trabalhadoras da cidade e do campo, a sua omissão do objectivo da conquista do poder político pelo proletariado, são os mesmos de há 20 anos; mas o que é novo é a clareza com que se manifesta a sua oposição à insurreição popular antifascista, à hegemonia do proletariado e à instauração dum poder popular democrático, à revolução em Portugal. O oportunismo de Cunhal perde a sua espontaneidade ini-

O artigo sob este título, de que aqui reproduzimos a parte inicial, foi publicado no número de Março de 1965 da revista Revolução Popular, órgão do Comité Marxista-Leninista Português. Artigo hoje praticamente desconhecidos, nele se faz o diagnóstico de como “sob a capa da crítica à grande burguesia, Álvaro Cunhal abandona a crítica ao capitalismo português” e “ajuda a burguesia a prolongar a sua ditadura sob novas formas” - o que de facto aconteceu e continua a acontecer na actualidade. Os que insistem em tentar “melhorar” a política do PCP deveriam reflectir sobre a longa história da impotência oportunista desse partido e procurar-lhe as raízes - que são de classe e por isso mesmo insusceptíveis de emenda.



cial e transforma-se rapidamente num fenómeno elaborado, consciente, amadurecido. É isso que faz a grande importância de *Rumo à Vitória* e marca a entrada do reformismo de no seu declínio.

Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que este processo de decomposição do oportunismo se acelere, pois é essa uma condição para o triunfo do movimento revolucionário em Portugal. Sabemos que esta atitude atrairá sobre nós as maldições de todos os que temem mais a “desunidade” do que o oportunismo, mas não nos impressiona essa reacção. Lenine estigmatizou já no seu tempo aqueles que “com frases melífluas acerca dos benefícios da “unidade” do proletariado (...) esquecem o facto histórico da **acumulação do oportunismo** no movimento operário” e mostrou que “se não se prepara muito a sério e em todos os aspectos a parte **revolucionária** do proletariado para expulsar das suas fileiras e derrotar o oportunismo, é absurdo pensar na ditadura do proletariado”. (*As eleições para a Assembleia Constituinte e a ditadura do proletariado*, 1919).

O presente artigo (surgido com grande atraso, dadas as nossas dificuldades) é o primeiro duma série dedicada a criticar as teses reformistas de Cunhal. Nele abordamos os aspectos principais da luta de classes actual, para, em artigos posteriores, podermos discutir os objectivos e etapas da revolução, a questão das alianças, a questão do poder e as formas de luta do movimento popular anti-fascista.

1. O PROLETARIADO TEM OU NÃO DIREITO A ELABORAR A SUA PRÓPRIA LINHA DE CLASSE?

A base tradicional do oportunismo no movimento revolucionário português tem sido a negação dos interesses próprios do proletariado e, sob o pretexto das tarefas imediatas e comuns, a fusão dos seus interesses com os da burguesia radical e o abandono dos seus objectivos estratégicos; com este procedimento, o oportunismo esvazia as reivindicações da classe operária do seu potencial revolucionário e transforma-as em inofensivas reivindicações “democráticas” e “nacionais” de “todo o povo”, pondo o proletariado ao serviço desta ou daquela fracção da burguesia.

Justamente o que faz de Álvaro Cunhal um dos mais brilhantes discípulos da escola oportunista portuguesa, que vem desde os socialistas do século XIX, é a perfeição a que ele soube elevar esta arte de confundir os interesses do proletariado com os da burguesia radical; tomando como pretexto a urgência das tarefas políticas imediatas e o interesse nacional no derrubamento da ditadura fascista, Álvaro Cunhal instaurou, no lugar da análise marxista da luta das classes e da definição dos interesses próprios do proletariado, a linha da Unidade Nacional, que lhe serviu de cobertura à gradual subordinação dos interesses do proletariado aos da burguesia.

Durante duas décadas, a linha do PCP passou a apoiar-se apenas no princípio da Unidade de todos os portugueses honrados contra Salazar, sob o argumento de que essa é a forma de apressar o derrubamento da ditadura fascista e a condição para futuros avanços do movimento popular. Foi possível assim mergulhar o Partido num praticismo acanhado e esterilizante, que está bem documentado nos informes e outros materiais da direcção do Partido e que permitiu o crescimento sem obstáculo de todas as tendências de direita e de “esquerda”.

Deste modo, os operários que, após uma árdua experiência da luta de classes sob a monarquia e a República, tinham chegado pelos anos 30 e 40 à criação do seu Partido Comunista como destacamento organizado de combate contra o capitalismo, viram-se defraudados da sua conquista; classificando sobranceiramente como “obreirismo” e “sectarismo” a resistência dos militantes que tentavam defender o carácter e os objectivos revolucionários de classe do Partido, Álvaro Cunhal e os seus colaboradores trataram de apagar na consciência das massas oprimidas o ódio à burguesia, o espírito de vigilância de classe perante todos os exploradores, as aspirações profundas à revolução proletária, ao socialismo e ao comunismo, contrapondo ao espírito de classe a sua sacrossanta Unidade Nacional, e fazendo do PCP um partido radical da classe operária.

Mas os anos foram passando; e a experiência prática começou a revelar que a linha da Unidade, em vez de apressar a queda da ditadura, como prometia, só servia para lhe prolongar a vida. Vindo a encontrar-se repetidamente sob a



daí deduzir a linha do partido. Ele faz o contrário: parte de uma linha política previamente estabelecida de forma empírica, a linha da Unidade Nacional (hoje disfarçada sob o nome de “revolução democrática e nacional”) e procura justificá-la com uma análise deformada da luta de classes.



É correcto sem dúvida concentrar o fogo da crítica sobre a grande burguesia monopolista e os latifundiários, que são a fracção principal da burguesia nacional e o inimigo principal do proletariado e do povo na presente etapa; é justo documentar com números, como se faz no informe, o papel das sociedades anónimas e dos grupos financeiros, a concentração latifundiária e a penetração imperialista na economia nacional. Mas, ao pretender que a situação actual existe “**apenas** porque uma dúzia de grupos monopolistas, algumas centenas de latifundiários e o imperialismo estrangeiro” exploram e oprimem o país (pág. 8, sublinhado nosso), ao passar por alto a força e os interesses das outras camadas da burguesia urbana e rural, ao esbater o papel do campesinato trabalhador e dos povos coloniais na luta de classes em curso, acaba por ocultar a natureza da sociedade capitalista em Portugal, a multiplicidade das contradições que o proletariado defronta, e obscurecer os interesses próprios do proletariado, que não são comuns a nenhuma outra classe.

Desta forma, apagando as diferenças e contradições existentes entre as diversas classes dominadas pelos monopólios, pelos latifundiários e pelo imperialismo estrangeiro, dissolve os interesses do proletariado no conjunto das forças antifascistas, não põe a claro que há **duas linhas opostas** na luta antifascista — a linha revolucionária do proletariado e a linha reformista da burguesia liberal — e apaga a necessidade de o proletariado tomar a direcção da luta e conquistar o poder político como única forma de esmagar definitivamente a grande burguesia e os latifundiários e expulsar o imperialismo.

No momento em que a burguesia portuguesa procura afanosamente uma via para a modernização das instituições, para o reforço da sua ditadura, Cunhal presta-lhe uma ajuda inestimável com a redução de todas as contradições de classe à contradição que opõe “um punhado de

monopolistas (apoiados no imperialismo estrangeiro) e de latifundiários à massa da população"; é uma forma subtil de, sob a capa de crítica à grande burguesia, abandonar a crítica ao capitalismo português e escamotear os interesses próprios do proletariado e as suas tarefas revolucionárias na actual situação.

A missão a que Cunhal se dedica ao longo deste informe é, em resumo, ocultar (como de resto sempre fez) que em Portugal existe uma contradição de classe principal e decisiva, a contradição entre o proletariado e a burguesia, e que a tarefa do Partido Comunista é agir revolucionariamente para resolver esta contradição, e substituir a ditadura burguesa pela ditadura proletária, o capitalismo pelo socialismo.

Todas as etapas que a revolução portuguesa tem a atravessar, a começar pela etapa actual, do derrubamento da ditadura de , só podem ser vitoriosamente ultrapassadas se forem enquadradas na perspectiva desta grande luta de classes entre proletariado e burguesia que forma a sociedade portuguesa actual. Ocultá-lo é ocultar ao proletariado os seus interesses, é desviá-lo das suas tarefas, é ajudar a burguesia a prolongar a sua ditadura sob novas formas. É isso que Cunhal faz. É isso que nos leva a afirmar que *Rumo à vitória* consagra Álvaro Cunhal como um dos mais destacados reformistas portugueses de todos os tempos, como um defensor dos interesses da burguesia no seio do proletariado.

Novembro/Dezembro de 1998

Ver, por exemplo, os informes de Álvaro Cunhal ao 2º Congresso Ilegal do Partido, em 1946, e às reuniões do CC de Outubro de 1946 e Junho de 1947, o informe de Amílcar à 6ª Reunião ampliada do Comité Central (1955), o Projecto de Programa do Partido (1954) e o Programa aprovado no 3º Congresso Ilegal (1957), o informe político de Fogaça ao mesmo congresso, a declaração do Comité Central A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política (1961), etc.. A ausência quase total de referências de classe nestes documentos, assim como na imprensa do Partido, fazem da linha do PCP um caso único no movimento comunista internacional durante os últimos vinte anos.

HISTÓRIAS DO FASCISMO E DO ANTIFASCISMO

São jovens a maioria dos que aqui estão e isso justifica que, a propósito do 25 de Abril, voltemos ao tema do fascismo e do antifascismo, tema que pode parecer esgotado mas acerca do qual se alimentam muitas ideias falseadas.

Primeira pergunta, que está a surgir com insistência crescente: era verdadeiramente fascista a ditadura portuguesa? Não será abusivo comparar o regime salazarista com os que governaram a Alemanha, a Itália, a Espanha?

A esse respeito, posso dar um testemunho pessoal. Durante os anos que andei pelas cadeias da PIDE, conheci centenas de presos políticos. Eram, na sua esmagadora maioria, operários, empregados, assalariados rurais, pescadores, resistentes anónimos. E das suas bocas ouvi centenas de histórias de repressão, abusos, prepotências, histórias dramáticas que formam um quadro bem mais real e profundo do salazarismo do que os tópicos hoje habitualmente citados, e que giram só em torno da censura, da falsificação das eleições ou das acções de propaganda do regime. Eram relatos directos sobre as relações entre exploradores e explorados: homens sovados a cavalo marinho no posto da GNR por andar a apanhar azeitona do chão, sessões sádicas de tortura na “sala dos reposteiros” do Aljube, patrões que chamavam a PIDE quando lhes eram apresentadas simples reivindicações, um ano de cadeia por ser apanhado com um *Avante* - o peso esmagador da autoridade, a presença sórdida do medo, a determinação implacável com que a burguesia privava o proletariado de quaisquer meios de defesa - e não é essa justamente a alma do fascismo?

Naturalmente, as diferenças entre o salazarismo e o nazismo, por exemplo, foram muito grandes; estranho seria que o não fossem. Só académicos fora do mundo real se lembram de traçar o modelo “puro” das instituições fascistas e depois vão conferir, caso a caso, se tal ou tal regime cabe ou não dentro desse modelo. O fascismo salazarista teve as suas próprias cores, as cores do regime burguês

Convidado a participar em dois debates por ocasião do 25 de Abril (o primeiro no Centro de Artes e Ofícios de Odivelas e o segundo no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), o director da Política Operária evocou aí aspectos da luta contra o fascismo. Apresentamos aqui, com ligeiras adaptações, o texto dessas intervenções.



em Portugal, cujos interesses servia; aplicou, nas condições nacionais, o silenciamento do proletariado, a unificação do poder burguês, a servidão dos povos coloniais.

Salazar captou exemplarmente as necessidades, as tradições e as taras desta burguesia, sempre receosa de se expor à luz do dia. O jesuitismo da “democracia orgânica” e dos “safanões dados a tempo”, a velha tradição inquisitorial da vigilância silenciosa, a delação rasteira, as redes de milhares de informadores pagos à tarefa, as listas confidenciaíssimas de opositores a expulsar dos empregos, as torturas que não deixam marcas visíveis, a beatice, o horror fanático à “indisciplina social” – não foram invenções de uma mente perversa mas o produto da nossa sociedade.

Sejamos justos: Salazar não foi *menos fascista* do que os outros; criou um fascismo autenticamente português e por isso durou tanto.

Por aqui pode ver-se o cinismo dos argumentos da direita quando alega que o regime não era totalitário, que as pessoas viviam em toda a normalidade, que os relatos sobre a repressão são exageros dos comunistas para se fazer passar por mártires, etc. O que não quer dizer, porém, que eu adira à imagem épica, muito repetida pelo Partido Comunista e pessoas a ele afectas, de uma “luta permanente e incansável do nosso povo para se libertar da longa noite fascista”.

Um facto é inegável: o português foi muito menos sanguinário do que os seus émulos nazis ou franquistas. O número de vítimas que provocou dentro do país (não falo agora das colónias, onde foi movida uma guerra feroz aos movimentos de libertação) não está contabilizado mas é da ordem de algumas centenas. Isto, na galeria das *proezas* do fascismo internacional, é um saldo modesto, sobretudo tendo em conta a sua duração. No campo de concentração do Tarrafal, que funcionou quase vinte anos, morreram 35 presos. À data do 25 de Abril não sei se havia 100 presos políticos nas diversas cadeias.

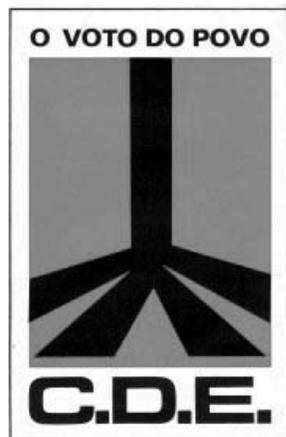
Ou seja: o português, não tendo certamente qualquer espécie de tolerância para com os opositores, como acabei de exemplificar, não precisou contudo de exercer uma repressão armada sangrenta, permanente, sobre a população. À

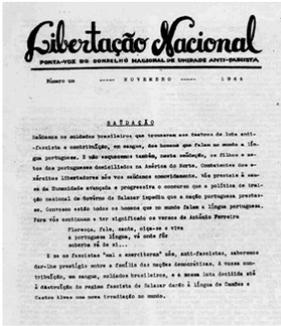
excepção de períodos localizados como o da candidatura do general Humberto Delgado, conseguiu neutralizar quase sempre os grandes movimentos de protesto através de uma repressão selectiva e da sua rede de vigilância. Na maior parte do tempo, bastou-lhe concentrar a repressão sobre uma franja reduzida de activistas da oposição.

Isto quer dizer que se viveu durante décadas uma certa *conformação do país face à ditadura*, ainda que esta afirmação possa desencadear hoje protestos irados. Na verdade, a esmagadora maioria das pessoas adaptara-se, interiorizara as regras que o regime estabelecia e procurava não se meter em problemas. Quando eu tinha a vossa idade, era um facto adquirido que não tinha discussão que “não se fala contra o governo”, “não se fala contra os patrões” e “a política não interessa a ninguém”. Fora disso, tudo bem, a vida decorria em toda a normalidade, as pessoas iam para o trabalho, falavam com os amigos no café, iam para a praia e ninguém as incomodava. Isto é, desde que se respeitem as regras, ninguém vê ditadura nenhuma; ela torna-se invisível. Só tomavam consciência de que a vida sob o fascismo era intolerável aqueles que descobriam que não podiam prescindir do seu direito de “falar contra o governo”, “falar contra os patrões”, “meter-se na política”. Esses descobriam logo o fascismo em toda a sua brutalidade.

Talvez um exemplo vos ajude a compreender melhor esta situação de *normalidade em ditadura*. Se eu disser que vivemos actualmente em Portugal sob uma ditadura da burguesia, isto pode parecer a muitas pessoas um “exagero ideológico”. Qual ditadura, se as pessoas são livres de falar, escrever, reunir, votar? Realmente temos essas liberdades todas, que não tínhamos no tempo do fascismo, mas isto é assim apenas porque a esmagadora maioria se conformou a respeitar os princípios da propriedade privada e do trabalho assalariado como tabus. Porém, se eu puser em causa essas leis sagradas do sistema burguês, a ditadura surge imediatamente e eu sofro as consequências de as ter violado.

Isto para vos dizer que, durante a maior parte do tempo do antigo regime, o povo estava educado pelo medo,





ensinado a cumprir as regras para poder fazer a sua vida. A resistência existiu sempre, claro; mas era muito localizada; em raras ocasiões transbordou para a massa do povo.

Isto pode parecer chocante para as pessoas com sentimentos antifascistas, porque parece que se está a apoucar a resistência ou o espírito antifascista do nosso povo. Mas é necessário olhá-lo de frente, porque é um facto e só pelo seu exame podemos chegar a avaliar o que era o movimento de resistência.

A resistência antifascista compunha-se de dois ramos diferentes. Um era o Partido Comunista, o outro era a Oposição democrática. Os chamados “democratas”, depois de durante os primeiros cinco-seis anos do regime, terem feito tentativas de levantamentos armados que foram esmagados com algumas centenas de mortos, pura e simplesmente *desistiram* do objectivo de o derrubar. A sua estratégia passou a ser: esperar que a Inglaterra, a França e a América pressionassem Salazar para ele finalmente fazer umas eleições limpas, decentes, e para dar oportunidade à Oposição de ir para o governo. Para além disso, tentar explorar dissidências no interior do regime e aproveitar os tais períodos “eleitorais” que o Salazar abria para fazer um pouco de propaganda, para dar sinal da sua existência junto do povo e do estrangeiro.

As “grandes figuras” da Oposição nunca estiveram nem por sombras à altura daquilo que se exigia para derrubar o fascismo que oprimia o país. E não o fizeram, não por falta de qualidades pessoais, mas porque o *alinhamento geral da sua classe*, da burguesia, era bastante ambíguo quanto à ditadura: se alguns sectores não gostavam do colete dos organismos corporativos e da censura, levavam-nos à conta de defeitos de um regime que, no essencial, lhes proporcionava uma mão-de-obra barata e obediente e, sobretudo, *nas relações de propriedade*, lhes garantia a tranquilidade face aos deserdados. Podiam olhar com simpatia certas reivindicações populares mas desde que não tomassem muita força. *Receavam muito mais a perspectiva de um amotinamento popular do que a própria ditadura.*

Quero com isto dizer que a Oposição democrática fez uma resistência muito débil, absolutamente inadequada para um país que vive sob o fascismo. Quando uma pessoa como o Dr. Mário Soares é hoje apregoado sem pudor como uma espécie de pai da Democracia em Portugal, estamos perante uma deturpação escandalosa da história. Se ele tivesse um pouco de carácter, seria o primeiro a dizer que isso nunca foi verdade. Ele foi um resistente, é certo, mas com um papel extremamente modesto; foi fazendo algumas intervenções mas sempre com grande prudência; nunca ocupou um papel de primeira linha. Diga-se já agora, de passagem, que não foi por escolha arbitrária que o erigiram em patriarca da democracia em Portugal, mas porque, em 1975, durante o chamado PREC, teve de facto um papel decisivo para o regime burguês, ao preparar, em conluio com os bombistas spinolistas, o 25 de Novembro. A energia e a audácia que lhe faltaram durante as décadas de fascismo, teve-as naquele ano, quando foi preciso virar-se contra o movimento popular. Essa é que é a origem da gratidão que a burguesia esclarecida manifesta hoje por ele.



E havia depois o Partido Comunista. Este era de facto a força da resistência real. Só o PCP tinha uma rede de militantes na clandestinidade e uma imprensa clandestina regular, uma actividade continuada. Noventa e tal por cento das acções que se desenvolviam, da propaganda que circulava, dos presos nas cadeias, tinham a ver com o PCP. Só nos últimos anos do regime esta proporção terá mudado um pouco com a emergência de novas correntes de oposição da extrema esquerda e de certos católicos.

É necessário frisar aqui este papel do PCP na resistência porque hoje há muita gente que se torce porque não sabe como encaixar o facto de os “totalitários estalinistas” terem sido praticamente os únicos que deram o coiro para acabar com o totalitarismo que oprimia o país ao passo que os eméritos amantes da democracia fizeram tão pouco. Mas é um facto, não há volta a dar-lhe, têm que ter paciência.

Porque não foi então essa resistência mais eficaz? Isso tem a ver com a trajectória do PCP. Nos anos 1934-37, o partido sofreu golpes terríveis da polícia política. Era um tempo em que o fascismo subia por toda a Europa e aqui

JUDICIÁRIA DO PORTO DESVENDA MISTÉRIO DAS GARRINHAS

o diário

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

ELEITORADO CAMINHA PARA A ESQUERDA

● DIREITA REACZIONÁRIA FOI DERROTADA
● REFORMA AGRÁRIA FOI DEFENDIDA
● FÓRUM UNIDO - CONFIRMA POSIÇÕES E AVANÇA EM TODO O PAÍS

Um levantamento realizado em 12 municípios do distrito de Braga, no norte de Portugal, revelou que o eleitorado caminha para a esquerda. Segundo o estudo, a maioria dos eleitores apoia a reforma agrária e a defesa da democracia.

Reacção
A reacção dos eleitores ao estudo foi muito positiva. Muitos afirmaram que o estudo reflecte a realidade do país e que a esquerda tem de continuar a lutar por uma sociedade mais justa.

GOVERNO DECIDE
13º MÊS PAGO A HORAS E NA ÍNTEGRA

Os trabalhadores do sector público vão receber um décimo terceiro mês de salário em 1976. O governo decidiu pagar o mês extra em duas prestações, uma em Maio e outra em Setembro.

DEBATE NA TV

Um debate sobre a situação do país foi transmitido pela televisão portuguesa. O debate foi moderado por um jornalista e contou com a participação de vários especialistas.





ao lado, a ferro e fogo, na vizinha Espanha; a Internacional Comunista, guiada pela política externa da União Soviética, adoptou uma postura defensiva, que não é aqui ocasião de discutir mas que se reflectiu em todos os partidos comunistas. A partir do princípio dos anos 40 o PCP reorganizado foi dominado pela noção de que a luta contra o regime de Salazar não devia ser feita sob uma perspectiva revolucionária mas de restauração da democracia burguesa, como meio de conseguir uma ampla aliança com os democratas e com toda a gente descontente com o regime. Era a “grande batalha pela Unidade de todos os portugueses honrados para alcançar a Democracia”. Para que a burguesia liberal estivesse segura de que tinha “tudo a ganhar e nada a perder” com a queda da ditadura, era preciso que as lutas dos trabalhadores não tivessem um cunho social, revolucionário. O ideólogo e condutor dessa viragem foi, todos o sabem, Álvaro Cunhal.

Ora, os efeitos foram contrários ao que se esperava, porque enfraqueceram a luta dos de baixo sem conseguir estimular os de cima. O fascismo, ditadura da *burguesia*, precisava de ser atacado pelos trabalhadores, pelos mais oprimidos, pelos que sofriam mais, e isso só seria possível se o seu partido lhes fizesse entrever *tudo o que teriam a ganhar* se, no impulso do derrube do fascismo, levassem as suas conquistas sociais o mais longe possível, pusessem em causa a legitimidade da lei burguesa e desencadeassem uma revolução popular. Só esse *ódio de classe* geraria forças suficientes para derrubar a ditadura. Renunciando a essa fonte de energia, passando mesmo a condená-la como “sectarismo” e encerrando a luta popular num âmbito estreitamente reivindicativo e democrático-burguês, o PCP castrou a resistência, apesar da entrega e do sacrifício dos seus militantes.

Como possivelmente sabem, foi isso que me levou a abandonar o PC em 1963, tanto mais que o começo das guerras coloniais dava uma gravidade muito maior a este reformismo, pois envolvia uma falta de solidariedade aos povos africanos oprimidos.

Aconteceu assim que os dois ramos em que se dividia a resistência antifascista em Portugal se *neutralizaram* um ao outro: a oposição democrática com medo do PC e o PC a fazer namoro à oposição democrática. E assim se passaram dezenas de anos de ditadura “branda”, num dos mais estranhos e lamentáveis recordes mundiais.

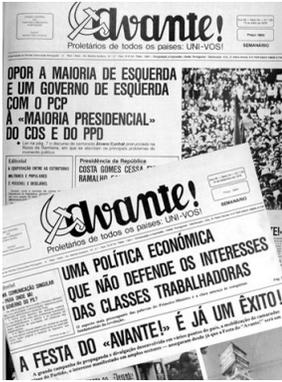
Há quem ainda hoje alegue que a política da Unidade foi bem sucedida, pois criou uma aversão tão unânime ao fascismo que este acabou por cair sem sequer ser preciso usar violência. Isto pode ser uma lenda embaladora para uma certa pequena burguesia lírica mas não tem consistência nenhuma. A oposição ao regime estava a alastrar, sem dúvida, pela consciência de que a guerra colonial não tinha saída, mas *faltava-lhe ainda um longo caminho a percorrer* até chegar ao levantamento antifascista. A “revolução dos cravos” foi precipitada por causas externas, não internas, e de modo nenhum pacíficas. *A ditadura caiu com tiros*, tiros disparados em África, que levaram o exército colonial à beira da desagregação e por isso puseram em marcha o movimento dos capitães. O fim da ditadura em Portugal não foi pois uma excepção exemplar, como por aí se apregoa: o fascismo caiu só quando chegou à beira da putrefacção e à custa, sobretudo, do sacrifício de milhares de lutadores coloniais —, e isto é tudo menos um motivo de orgulho para os antifascistas portugueses.

Justamente, a queda do fascismo através de um movimento militar, e não pela intervenção de uma força política ou de uma frente de partidos, desmente a lenda de que haveria uma Oposição altamente implantada e combativa dentro do país. Tirando o PCP, os outros partidos começaram a formar-se depois do 25 de Abril.

Mas isto acarretou consequências inesperadas. O país caiu temporariamente sob controlo de um movimento militar formado *ad hoc*, sem objectivos políticos definidos, englobando um leque enorme de tendências, desde o fascista reciclado Spínola até capitães que eram simpatizantes esquerdistas.

Como é óbvio, esse poder incerto assumido pelo MFA não tinha condições para restabelecer a ordem numa situação tão delicada, quando acabara de cair um regime





que durante meio século *identificara aos olhos de toda a gente fascismo e regime burguês*. Um abalo profundo sacudiu todas as camadas da sociedade. A classe burguesa e o sistema de poder burguês encontraram-se subitamente desautorizados. À força de quererem fugir durante decénios aos perigos de uma queda brusca da ditadura, acabaram por se encontrar na situação que mais temiam.

De um dia para o outro, os trabalhadores começaram a apelar de “fascistas” não só os pides e os antigos governantes mas também os polícias, os juizes, os patrões, os ricos. E, uma vez que o fascismo impedira a expressão da vontade popular, interpretaram a democracia como a plena liberdade para as suas iniciativas. As relações de autoridade inverteram-se “o povo é quem mais ordena”. A tal ponto que os novos políticos, se queriam fazer-se ouvir, tinham que se declarar adeptos do “poder popular” e inimigos do capitalismo. Foi o que a burguesia ainda hoje recorda com um frémito de medo como o “terror anarco-populista”.

Quando os trabalhadores, de repente, se descobriram sem a coacção de uma força armada atrás das costas, deu-se uma espécie de milagre. A burguesia costuma acenar com o papão do caos “se faltar o freio da lei e da ordem”. Mas não aconteceu nada disso. Ao encontrar-se de súbito *realmente livres*, as pessoas desenvolveram capacidades insuspeitadas de iniciativa, de organização, de abnegação pelo bem comum. Reuniam-se em assembleias e plenários, ocupavam terras, casas e empresas abandonadas pelos patrões, saneavam os reaccionários, exigiam direitos democráticos para todos (também para os soldados), queriam saber da política e da economia.

Certamente, não estava em marcha uma revolução socialista, como supuseram na altura alguns entusiastas. Se o afrouxamento do poder burguês permitiu aos trabalhadores internarem-se no vazio assim aberto, não havia contudo nada que se assemelhasse a um projecto de tomar o poder e expropriar a burguesia. Basta olharmos para os partidos que naquele momento falavam em nome do movimento popular (uma extrema esquerda pulverizada e confusa e um Partido Comunista ansioso por passar à normalidade democrática-parlamentar) para vermos como se estava longe da revolução socialista.

UM CASO DE INGRATIDÃO

A burguesia é incapaz de reconhecer a ajuda inestimável que recebeu de Álvaro Cunhal na hora de todos os perigos.

“Leão velho, até os burros lhe dão coices”, pensará melancolicamente Cunhal ao ver o pouco respeito com que o tratam. Depois de ver desaparecer na voragem os seus mentores “soviéticos” e os “partidos irmãos”, chegou agora a vez de ser biografado por um ideólogo da direita e, pior, enxovalhado pelos seus próprios discípulos. E pior ainda, não em guerra aberta mas em jogadas de corredor e em confidências venenosas sopradas para os jornais.

O mais duro é que ele sabe que esta democracia pluralista em nome de cujos princípios lhe exigem autocritica é em grande medida obra sua. Pode Mário Soares meter-se sem pudor diante dos holofotes como o “pai da democracia” — Cunhal sabe que o 25 de Abril foi concebido e preparado por si, nos longos anos da resistência antifascista. O golpe dos capitães e o que se seguiu foi a materialização do “levantamento nacional”, há muito delineado nos seus escritos e na sua acção política.

Houve sem dúvida muitas surpresas perturbantes, mas, nas grandes linhas, tudo seguiu o plano traçado — a democratização sem vinganças, a confraternização universal, a nacionalização dos monopólios, a reforma agrária, a descolonização. O novo regime seguiu esse caminho porque tomara forma lentamente no programa e na acção política do PCP e daí fora passando para as cabeças dos capitães progressistas do MFA.

Se a via foi essa e não outra, isso deveu-se à constância com que Cunhal a defendeu. Contra a parlapatices e a cobardia dos republicanos e socialistas que não estavam dispostos a arriscar a pele numa acção contra a ditadura e que recebavam cem vezes mais uma explosão da “população” do que a PIDE. E também, por vezes, contra os “irresponsáveis” que queriam guiar o PCP no caminho duma insurreição antifascista sob condução da classe operária, hipótese que a Cunhal aparecia como uma loucura de transviados.





Só que os frutos da “revolução” vitoriosa não foram os que ele esperava.

A SEMI-REVOLUÇÃO INTERMÉDIA

Quando há 40 anos se começou a desenhar a crise final da ditadura fascista e a pergunta “que revolução vamos ter pela frente?” começou a interessar as fileiras do PCP, Cunhal distinguiu-se pela convicção com que defendeu a sua resposta: Portugal caminhava para uma “revolução democrática e nacional”, a qual não seria nem burguesa nem proletária – por muito estranho que isso parecesse aos que se aferravam a fórmulas marxistas. A razão desta originalidade parecia-lhe evidente: a classe no poder não era toda a burguesia mas apenas uma parte dela, os monopólios e os latifundiários, aliados ao imperialismo; a outra parte da burguesia ou era neutra ou estava mesmo interessada em aliar-se ao proletariado na revolução – seria o caso da pequena burguesia e de sectores da média burguesia “patriótica”.

Daí a razão por que a classe operária deveria tomar a cabeça da revolução, assumindo um papel determinante na frente das forças antimonopolistas, mas moderando e restringindo as suas ambições, para não pôr em risco essa frente. A breve trecho, essa moderação seria recompensada com a passagem a uma nova etapa, à revolução socialista.

Esforzando-se por vencer o cepticismo de alguns militantes jovens do partido, Cunhal desenvolveu no folheto *Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, editado em 1970, o quadro prometedor que seria aberto por essa revolução intermédia. Vale a pena recordar:

“O proletariado e os seus aliados realizam a revolução democrática e nacional. Têm o poder nas mãos. Nacionalizam os sectores fundamentais da vida económica. Liquidam os latifúndios e a grande exploração agrícola capitalista. O proletariado encabeçando as mais amplas massas populares e dirimindo a seu favor os conflitos no seio da aliança, ganha posições decisivas no aparelho de Estado, nas novas forças armadas, nos novos serviços de segurança, etc. Está em condições de servir-se do novo aparelho do Estado (não, não haverá poder dos trabalhadores, nem revolu-

ção socialista com o ‘desaparecimento do Estado desde o início, como dizem os anarquizantes dos Cadernos) para esmagara burguesia e neutralizar as suas tentativas de contra-revolução”.

Este era o esquema. Os críticos apenas demonstravam a sua incapacidade para entender o carácter original desta revolução democrática e nacional que abriria passagem pacificamente à revolução socialista.

Durante dez anos, até ao Outono de 75, o PCP percorreu um esperançoso ascenso de influência política, a culminar nas jornadas delirantes do “poder popular”, que parecia seguir matematicamente os carris da “revolução popular e militar” prevista. Tudo correu às mil maravilhas enquanto o movimento percorreu a fase de desmontagem das estruturas arcaicas deixadas por meio século de ditadura fascista. Com que ardor defendiam nessa altura os Britos, os Vitais, as Zitas e os Judas a perspicaz e audaciosa elaboração teórica de Álvaro Cunhal! Mas tudo começou a correr ao contrário das previsões quando a burguesia (a classe burguesa agindo **em conjunto**, facto que a Cunhal deve parecer monstruoso) passou à etapa da reconstrução do seu regime. Aí, tudo se começou a desmoronar, com uma evidência cada vez mais difícil de ocultar.

Não que houvesse um regresso ao passado. As transformações realizaram-se de facto, tal como Cunhal previra e até excedendo as suas melhores expectativas. Só que não abriram nenhuma passagem pacífica para o socialismo mas uma transição pacífica para a modernização do capitalismo. O problema que preocupava toda a burguesia — o risco causado pelos elementos inflamáveis acumulados em meio século de ditadura — foi resolvido com a colaboração gratuita do chefe do PCP.

Abriu Cunhal os olhos perante a falência da sua “revolução”? De modo nenhum. Depois do golpe de 25 de Novembro, quando se perfilavam tendências para uma resistência operária encarnçada à remontagem da máquina de superexploração, Cunhal continuou a meter travões à resistência do proletariado em recuo, agora com o argumento de que era preciso não comprometer as “conquistas” e “não dar argumentos à reacção”; havia que “consentir sacrifícios para defender o sector não-capitalista da econo-





mia”; impunha-se o abandono ordeiro das terras da reforma agrária, com a certeza de que “basta um dia para as reocupar de novo”. E assim veio até à triste falência actual, em que já se gastaram todas as promessas, todas as esperanças, todos os álibis.

AS CLASSES DESOBEDIENTES

Mas isto quer dizer que afinal tinham razão os críticos que desde os anos 60 denunciavam a “revolução democrática e nacional” como uma fachada marxista imaginada por um político pequeno-burguês cuja missão histórica inconsciente era (e foi) a de *ajudar o regime burguês a passara fase crítica da queda do fascismo e da liquidação do império colonial*.

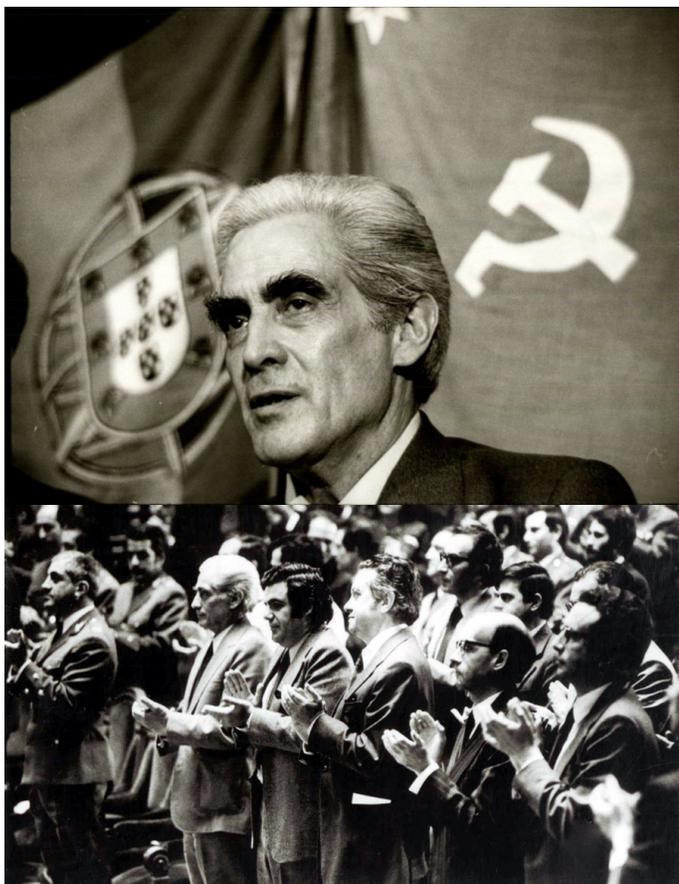
O “Estado democrático nas mãos de um governo revolucionário, dispondo dos meios de direcção da economia” não foi aquilo de que o PCP dispôs no Verão de 75? Porquê então passados três meses já não dispunha de nada e passados três anos andava a mendigar um pouco mais de moderação nos ataques? Evidentemente, porque as classes não se comportaram segundo o esquema imaginado por Cunhal. O proletariado foi incapaz de dirigir a revolução democrática e nacional porque ela lhe negava qualquer papel político dirigente; limitou-se a ser uma força de choque, poderosa pelo seu ímpeto mas impotente porque privada de um objectivo revolucionário próprio e proibida pelos seus chefes de ajustar contas com a burguesia. A pequena burguesia justificou o alerta que fora feito anos antes: comportou-se como um inimigo, secundário e instável sem dúvida, mas um inimigo da revolução que deveria ter sido neutralizado para não envolver o proletariado nas suas vacilações e estúpidas ilusões. Da média burguesia não saíram esses sectores com que Cunhal sonhava, dispostos a agir como aliados fiéis da passagem pacífica ao socialismo; o que saiu foi uma força cega de defesa do capital, da ordem burguesa, de submissão ao imperialismo.

Agora, que tudo isso foi posto à prova na vida, pode-se analisar com objectividade o papel histórico dessa “revolução”: ela foi o cenário pseudo-revolucionário imaginado por Cunhal para ocultar ao proletariado português as reais tarefas revolucionárias que a queda do fascismo lhe colo-

cava. Que não consistiam numa passagem imediata ao socialismo, mas que exigiam uma acção decidida do proletariado e restantes assalariados contra a resistência encarnizada da burguesia – do seu sector fascista, mas também do seu sector “democrático”. Só essa intervenção revolucionária independente teria colocado o proletariado em condições favoráveis para a luta pela expropriação da burguesia e pela revolução socialista.

Álvaro Cunhal consagrou-se definitivamente como um pseudomarxista, um gestor dos interesses burgueses junto do movimento operário. Agora, cumprida a sua missão ao longo de uma carreira de mais de meio século, tornou-se imprestável. Novos líderes despontam, à altura das novas tarefas da política burguesa para a classe operária.

Maio/Junho de 2001



DUAS CORRENTES NA RESISTÊNCIA AO FASCISMO

O ponto de partida da cisão de 1963, que deu origem, no ano seguinte, ao Comité Marxista-Leninista, foi o mal-estar - difuso, não organizado, devido à situação de clandestinidade, mas palpável - que existia no interior do PCP acerca da subordinação do movimento operário e popular à oposição republicana. Desde que comecei a militar no movimento da juventude, em fins dos anos 40, tomei contacto com o ressentimento de militantes mais velhos em relação à oposição republicana, muito pouco empenhada na luta contra a ditadura. Os comunistas, em clandestinidade rigorosa, corriam os riscos, iam parar à prisão, mas os rostos públicos da Oposição eram personalidades republicanas, vivendo na legalidade, geralmente bastante conservadoras, por vezes abertamente anticomunistas. Isto levava esses militantes a criticar o que consideravam ser a atitude demasiado conciliadora da direcção do PC perante a oposição burguesa.

O PCP adoptara de facto essa posição, na sequência dos gravíssimos golpes policiais que sofreu em 1934-35 e das orientações do VII congresso da Internacional Comunista (relatório de Dimitrov para a frente antifascista). Instalara-se um espírito de dependência política perante a burguesia democrática, a qual tomou a forma extrema com Júlio Fogaça, dirigente do partido que lançou em 1943 (do campo de concentração do Tarafal, onde se encontrava) a perspectiva de uma “saída doce” sem violência, desde que os comunistas moderassem a sua linguagem e soubessem atrair não só os republicanos como os fascistas desiludidos com Salazar. Derrotada essa proposta extremamente oportunista no IV Congresso, o partido adoptou a linha do “levantamento nacional”, formulada por Cunhal, que significava contar com as próprias forças e tomar a iniciativa das acções de massas, sem estar à espera dos democratas. Isto satisfiz inicialmente os militantes e inspirou um período de forte actividade popular no fim da guerra mundial. Mas deixou em aberto a questão principal: devia o partido orientar o proletariado, o campesinato e o semiproletariado

REVOLUÇÃO POPULAR

Órgão do Comité Marxista-Leninista Português

OUTUBRO 1964 - Nº 1

SUMARIO

- EDITORIAL
- OS COMUNISTAS PORTUGUESES PERANTE NOVAS TAREFAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS
- O ABANDONO DA ALIANÇA OPERARIACA
- POBRES
- O REFORÇAMENTO DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL
- COMO SURTIU - A PASSAGEM POLITICA DO SOCIALISMO

NO PROXIMO NUMERO (entre outros):
BUNO INCERTO (obituario em homenagem de Álvaro Cunhal ao CC do PCP, de Abril de 1964)

A QUESTÃO JUGOSLAVA (obituario por um dos)

OS DESENVOLVIMENTOS ANTI-SALAZARISTAS DE FRENTE DA REVOLUÇÃO

AACAO VIOLENTA E LUTA DE MASSAS

EDITORIAL

Com a volta das revoluções de 1963, nos últimos dias de Outubro de 1963, o povo português viveu um momento histórico. Porquê? Porque assistiu ao triunfo de uma revolução social e política que abriu um novo caminho para a libertação do povo português. Este foi o primeiro passo para a libertação do povo português. Este foi o primeiro passo para a libertação do povo português.

Para nós, a uma revolução que quebra e o resultado das condições objectivas e concretas da situação económica e social portuguesa.

No segundo ponto da nossa Declaração, analisada no VI Congresso, afirmamos: “O movimento revolucionário português não se limitou ao âmbito da luta por melhores condições de trabalho, mas atingiu o âmbito da luta por melhores condições de vida, de liberdade e de justiça social. Mas, se não conseguiu atingir o seu objectivo principal, a libertação do povo português, não conseguiu libertar o povo português da dependência política perante a burguesia democrática e a política do movimento burguês de massas do país.”

A revolução de 1963, portanto, não foi uma revolução de massas, mas sim uma revolução de massas.



ram, sobretudo em organizações juvenis do partido, vozes a dizer que a “rectificação” de Cunhal ficava a meio caminho e que era preciso ir mais longe na crítica ao oportunismo.

É neste ponto que intervém a cisão que conduzi em 1963 (eu era então membro do CC). Basicamente, fazia o balanço de 20 anos de oscilações à esquerda e à direita para dizer que a luta interna se vinha travando entre uma posição oportunista extrema (Fogaça) e uma posição oportunista “moderada” (Cunhal) e que havia que romper com ambas, porque nem uma nem a outra reconhecia que havia no campo antifascista **duas correntes**, que poderiam eventualmente colaborar, mas que eram estranhas uma à outra porque visavam soluções opostas (estabilização do capitalismo através de uma democracia burguesa ou desestabilização do capitalismo através de uma insurreição popular antifascista).

O partido devia portanto defender a luta pela hegemonia do proletariado no movimento antifascista, a independência política do proletariado, a busca de uma aliança com o campesinato, a crítica sem reservas ao campo republicano - enfim, a linha clássica do leninismo.

O destino desta proposta estava previsto: rechaçada unanimemente no CC, foi apoiada por um escassíssimo número de militantes, até porque a clandestinidade não permitiu que chegasse ao conhecimento da esmagadora maioria e porque, mal passados dois anos, o núcleo do Comité Marxista-Leninista foi preso.

Este foi, como disse no início, o ponto de partida para a cisão, a que se vieram somar a polémica sino-soviética e a dúbia resposta inicial do PCP ao começo das guerras coloniais (assunto que trato noutra artigo).

Na década seguinte, a questão internacional e a questão das guerras coloniais ganharam o primeiro lugar na demarcação entre os grupos marxistas-leninistas e o PCP, reduzindo muito a importância da questão inicial: “unidade nacional” amorfa, para chegar a um levantamento militar democratizante, ou hegemonia do proletariado como base para construir uma unidade combativa, visando a insurreição popular antifascista?

Este era, no entanto, de longe, o **problema central** para a definição de uma nova corrente comunista, como



se provou de forma gritante no 25 de Abril, na “unidade Povo-MFA” e nos 19 meses seguintes de crise revolucionária, de que não vou agora falar. Hoje ainda, a falta de uma resposta satisfatória para esta questão – deve o proletariado formular os seus objectivos políticos próprios ou tem que se conformar, dada a sua inferioridade, a servir de força de manobra de outras classes? – continua a ser, creio, a origem de não se conseguir formar uma nova corrente comunista.

Março de 2006



DUAS CORRENTES NO PCP

Este texto é um resumo do texto que consta de um conjunto de dez páginas manuscritas em papel quadriculado com furos, com indicação na primeira página de “falta o começo”, provavelmente escritas em Peniche nos finais dos anos 70 para fins de estudo e discussão.

Aventureirismo e oportunismo de direita, duas correntes antimarxistas, percorrem desde sempre a história do PCP. A luta de tendências no interior do proletariado organizado reflecte a fraca assimilação do marxismo-leninismo e a dificuldade em superar as ideias anarquistas.

De um lado, estavam as ideias anarquistas e anarquizantes, que vieram a ser durante anos ainda a ideologia efectiva da base operária do Partido, e do outro lado, as ideias radicais da pequena burguesia que, cobertas com uma fraseologia marxista, cristalizaram nos sectores intelectuais e em breve ascendiam à direcção do Partido.

Tendo compreendido os prejuízos do anarquismo e tendo lutado energeticamente contra eles, Bento Gonçalves, cujo lugar no movimento operário português como organizador do Partido e como abnegado combatente antifascista é incontestável, veio contudo a cair no campo oposto ao apoiar-se em elementos burgueses, que em breve deram um impulso ao oportunismo de direita dentro do Partido. Desde então, essa foi sempre a corrente dominante.

A união entre anarquistas e comunistas foi sobretudo um reagrupamento imposto pelas novas condições de ilegalidade. A corrente anarquista foi desarticulada pelo facto de o movimento operário ser atirado para a clandestinidade e ser privado da sua única base orgânica – os sindicatos. O anarquismo tenta desesperadamente entrincheirar-se nos sindicatos clandestinos. Quando estes são destruídos, a corrente desarticula-se por falta de base orgânica.

Os comunistas tinham compreendido que a base de toda a actividade é o Partido, que sem Partido não pode haver movimento operário coerente, e dedicaram-se à tarefa de o construir organizativamente, mas também à sua linha geral para a ditadura do proletariado, à sua linha internacional de solidariedade total à URSS.

O 6º Congresso da IC (Setembro de 1928), que propugnava o derrubamento do Estado capitalista e a conquista do poder, pode ter impulsionado a reconstrução.

Por iniciativa de Bento Gonçalves, reúne-se uma conferência (Abril 1929) que elege nova direcção. Desconhece-se

quem eram os 8 ou 10 delegados, que criticam inacção total do grupo que se intitula dirigente: não publicam imprensa, não promovem reuniões, não atendem à condução dos movimentos da classe operária. É nesta base apenas que se trata da reorganização, dando a direcção por inexistente. Pode-se ligar esta inacção dos dirigentes às velhas tendências ratistas de encostar o Partido aos partidos burgueses; se dissermos que a pseudo direcção de 1928-29 andava pelos cafés à procura de notícias do golpe, com certeza não nos afastamos da verdade.

Portanto, a Conferência foi uma iniciativa da base proletária do Partido contra dirigentes oportunistas, teve um sentido positivo ao dizer ao Partido e ao proletariado que têm que se lançar à luta antifascista e contar com as próprias forças. Mas ao mesmo tempo, não teve maturidade ideológica para debater este assunto numa perspectiva política de classe.

O secretariado era composto por Bento Gonçalves e José de Sousa, conhecido dirigente sindicalista. Em 1931 começa a publicar-se o *Avante* como órgão do Partido que substitui o *Proletário*, reservado à luta sindical. Ganhou certa popularidade entre a classe operária, talvez até sobretudo por ter começado a publicar-se regularmente, com noticiário das fábricas.

A actividade do Partido nesta fase de 1929 a 33 resultou numa rápida implantação no proletariado, formação de quadros, uma política de inculcar espírito revolucionário ao proletariado e não se enterrar nas Unidades com os liberais (lembrem-se as bandeiras vermelhas içadas nas chaminés das fábricas pelos 1º de Maio, os comícios nos bairros de lata, o espírito de classe que se respirava no Partido.)

REPRESSÃO E LUTA

Com a repressão fascista, a vanguarda proletária tende a ficar isolada das grandes massas, pouco dispostas à luta. Contudo, nos anos 1930-32, pelo menos, devido à crise económica, parece ter havido greves importantes e manifestações.

Apesar disso, os sindicatos mantinham-se (os controlados pela CIS - Comissão Inter-Sindical, dirigida por





José de Sousa); a CGT perdia forças pouco a pouco. O Partido começa a conduzir lutas de massas do proletariado, a ser reconhecido como seu dirigente na luta económica: greve do pessoal dos Transportes Marítimos (1930), greve na Marinha Grande dos vidreiros, que se tornam um baluarte; com manifestações contra o desemprego em Lisboa, Almada, Algarve; comícios-relâmpago do 1º de Maio, etc. As experiências de acção proletária neste período foram mais tarde analisadas no Tarrafal por Bento Gonçalves.

Em Julho de 1932, Salazar, que era ministro das Finanças, toma a chefia do governo. A ditadura toma novo impulso contra o movimento operário e popular: “plebiscito” forjado da nova Constituição fascista, promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, copiado da “Carta del Lavoro” italiana, e criação dos “Sindicatos Nacionais”, grêmios e corporações (Setembro de 1933).

O Estatuto do Trabalho Nacional estabeleceu que os sindicatos livres seriam encerrados e que os seus bens reverteriam para os sindicatos nacionais. Era um golpe fortíssimo da burguesia contra as liberdades conquistadas em meio século de luta pelo movimento operário. A camada mais activa do proletariado reage, mostrando-se disposta a resistir e a defender os seus sindicatos.

Perante a hesitação e os adiamentos da direcção do Partidos, é decidido um apelo à greve geral, que os sectores anarco-sindicalistas da CGT pretendem transformar em greve geral insurreccional. O movimento desencadeado em 18 de Janeiro de 1934 é rapidamente sufocado pela repressão. Há esboços de greve e atentados à bomba. Na Marinha Grande, operários armados apossam-se facilmente da vila, elegem um soviete e hasteiam a bandeira vermelha. Mas a vila é tomada de assalto por forças do exército. São feitas muitas prisões e deportações para Angra.

Do movimento do 18 de Janeiro tem que se retirar conclusões e lições políticas:

- 1) foi um importante movimento revolucionário proletário antifascista;
- 2) foi dominado por concepções anarquistas;
- 3) a posição tomada pela direcção do Partido foi de gravidade extrema e esteve na origem da queda à direita e na crise geral do Partido em 1936-39.

Em 1936 o Partido é praticamente desmantelado pela polícia e é só a partir de 1941 que os métodos de organização clandestina são adoptados, passa a existir de forma permanente um partido operário capaz de sobreviver na ilegalidade.

O PC veio trazer ao movimento operário uma actividade séria na condução da luta diária, começou a aplicar métodos de actividade clandestina, formou um núcleo de firmes militantes anti-fascistas.

Mas esta eficácia no plano orgânico foi acompanhada por um sério enfraquecimento político e ideológico. A necessidade de um destacamento sólido, disciplinado, centralizado, gerou a tendência para colocar em segundo lugar as questões de orientação e para afrouxar a vigilância de classe.

Ao mesmo tempo, o Partido, sendo a única organização antifascista actuante, tornava-se um centro de atracção para todos os que pretendiam lutar contra a ditadura. Uma massa especial de elementos radicais da pequena burguesia (estudantes, sobretudo) entram para o Partido e com eles transportam a sua ideologia própria.

OPORTUNISMO DE DIREITA

O desejo de salvaguardar a todo o custo o núcleo clandestino que assegurava a continuidade da luta veio a enraizar-se no estilo típico do movimento operário português, em que as questões de organização comandam e se sobrepõem às questões políticas e ideológicas.

Foi à sombra deste estilo errado que penetraram no Partido duas correntes antimarxistas: por um lado, as ideias anarquistas e anarquizantes, que vieram a ser durante anos ainda a ideologia efectiva da base operária do Partido, e por outro lado, as ideias radicais da pequena burguesia que, cobertas com uma fraseologia marxista, cristalizaram nos sectores intelectuais e em breve ascendiam à direcção do Partido.

A infiltração de ideias burguesas nos sectores intelectuais do Partido é normal e não constitui perigo, desde que se reeduem esses membros e sobretudo se feche a torneira quanto à sua subida à direcção do Partido. O mal





Bento Gonçalves

não foi haver um sector intelectual e estudantil no Partido; o mal foi a direcção não estar vigilante e lhe ter aberto as portas.

A direcção do Partido veio a decair para o oportunismo de direita que se infiltrara lentamente através de uma série de posições erradas:

- 1) o anarquismo agitava a bandeira vermelha e a revolução, favorecia o emprego indiscriminado da greve e do bombardeio, sem ser capaz de elaborar um plano de batalha sério; mas a direcção do Partido, ao reagir contra este “esquerdismo” e ao defender a necessidade de uma acção tenaz, diária, passou a banir a propaganda da revolução e da ditadura do proletariado; a insurreição e a conquista do poder passam a ser consideradas de tal modo longínquas que não se lhes vê ligação com as tarefas tácticas. Daí que a direcção do Partido não se preocupe em estudar e definir o caracter da revolução, elabore a linha táctica segundo a inspiração do momento e caia no praticismo acanhado que abriu a porta a toda a espécie de desvios.
- 2) O anarquismo conduzia o proletariado a uma política de desprezo e mesmo por vezes de hostilidade para com o semiproletariado e semiburguesia, levando o proletariado a bater-se isolado dos seus aliados potenciais, enquanto dava confiança a aventureiros burgueses; mas a direcção do Partido, ao combater este falso esquerdismo, caiu em muitos erros semelhantes, pois que, proclamando uma política de largo alcance antifascista, continuou na prática a desprezar a ligação com as grandes massas trabalhadoras do campo e voltou as suas atenções para os pequenos grupos da burguesia liberal; em breve, a sobrestimação da influência destes grupos, a ânsia de os atrair a uma frente única, começaram a provocar a perda de iniciativa política do proletariado, dominado por tendências seguidistas.
- 3) O anarquismo estimulava o emprego da violência, não com vistas ao agrupamento do exército proletário, mas ao serviço de explosões momentâneas e de curto alcance; mas a direcção do Partido, ao opor-se ao aventureirismo, veio a cair na posição de só considerar admissível a violência quando chegasse o momento da insurreição, após um larguíssimo período de acção pacífica.

Além disso, a indefinição duma linha para a aliança com os povos das colónias, linha que era essencial para educar o proletariado e ajudá-lo a romper com a mentalidade imperialista desarmou o Partido para resistir aos assaltos da ideologia burguesa, menos espectaculares que as ofensivas policiais, mas mais perigosos ainda.

O praticismo, o seguidismo, o pacifismo formam um pólo em torno do qual cristaliza uma tendência oportunista de direita. E, pelo seu lado, como reacção contra as tendências direitistas dos dirigentes, de que se apercebe confusamente a base operária do Partido, alimenta as tendências anarquizantes em que julga ver a perpetuação do espírito revolucionário de classe.

A ilegalização dos sindicatos e o fracasso das acções armadas, quando a Espanha se debate numa guerra civil, provocam uma aguda luta de tendências no movimento operário e no interior do Partido. Os elementos sindicalistas agrupados na CIS e dirigidos por José de Sousa, membro do Secretariado do Partido, lançam-se no movimento sindical clandestino.

No período de 1934-36, dezenas de sindicatos esquivam-se à ordem governamental de dissolução e conservam-se em actividade semilegal; mais de uma dezena de jornais sindicais continuam a sair clandestinamente. Esta corrente estava na continuação das tradições sindicalistas, atacava a linha da direcção do Partido, que era atacada por outro lado pelos partidários das tentativas insurreccionais contra o fascismo.

Numa primeira fase, Bento Gonçalves aceitou a linha de boicote aos sindicatos nacionais; no seu informe ao 7º Congresso, defendia os sindicatos clandestinos, o boicote aos sindicatos nacionais, não defendia a Frente Unida. Foi no próprio Congresso que o informe foi criticado por camaradas estrangeiros e redigido de novo, de acordo com a linha apresentada por Dimitrov.

Portanto, não é verdade que Bento Gonçalves defendia a linha da Frente Única e da entrada nos sindicatos nacionais. Pelo menos, não temos provas de que o fizesse enquanto esteve em actividade, entre 1934 e 35. Quando regressa do 7º Congresso é preso e não tem ocasião de defender a nova linha; defende-a depois em Angra, no julga-





*Catarina Eufêmia,
camponesa assassinada
pela GNR durante uma
greve.*

mento. E a classificação de “anarquizada” ao 18 de Janeiro é feita mais tarde, no Tarrafal. Fica portanto um ponto a esclarecer: que linha defendeu de facto Bento Gonçalves em 1934-35?

A maioria da direcção do partido lutava simultaneamente contra os sindicalistas e contra os anarquistas: criticava o movimento sindical clandestino. A ideia de manter sindicatos clandestinos era errada e irrealizável, levava a perder o contacto com as massas, diziam. Mas isso é só uma parte da questão: porque não boicotar os sindicatos nacionais, uma vez que as massas não estavam lá nem queriam estar? Porque não criar comissões sindicais ilegais ou semilegais, com os seus jornais? Nesta segunda batalha em defesa dos sindicatos (a 1ª foi o 18 de Janeiro) a direcção do partido tomou também a via errada.

O movimento operário é surpreendido pela reacção fascista da burguesia no momento em que a corrente anarquista estava em declínio e quando a corrente comunista ainda não ganhara raízes nem amadurecera ideologicamente. A resistência ao fascismo travava-se sob aguda luta de tendências no interior do proletariado. Sob a repressão cada vez mais apertada da polícia, a vanguarda do proletariado desgasta as energias em acções desencontradas, sem uma linha comum, oscilando do aventureirismo ao oportunismo de direita e quebrando os laços com as largas massas.

Da luta entre os grupos anarquista e comunista para ganharem a direcção do proletariado, passara-se à luta de tendências no interior do Partido, opondo o oportunismo de “esquerda” ao oportunismo de direita. O movimento radical da burguesia ameaçava controlar o movimento operário que, como defesa, se refugiara no “esquerdismo” anarquizante. O proletariado não era ainda guiado pela corrente marxista-leninista.

“POLÍTICA NOVA” DE BENTO GONÇALVES

Bento Gonçalves dirigiu o Partido de 1929 a 1936. Imprimiu-lhe pela primeira vez uma actividade coerente e criou uma tradição de trabalho organizado dentro do melhor estilo político proletário. Pode dizer-se que o Partido em Portugal começara a ter expressão como partido

operário de vanguarda em 1929. Mas Bento Gonçalves e o núcleo dirigente são também responsáveis por o Partido ter sido lançado em desvios oportunistas. Bento Gonçalves não esboçou um plano estratégico em que assentasse a acção proletária para a conquista do poder.

Nos seus escritos do Tarrafal encontra-se uma análise lúcida da actividade clandestina do Partido no impulsionamento da luta económica, mas nada há sobre a mobilização do proletariado para a luta política superior. Fazendo uma apreciação negativa do movimento insurreccional do 18 de Janeiro, Bento Gonçalves lançou as bases para o florescimento do pacifismo que veio a verificar-se mais tarde. Na sua defesa em tribunal, Bento apaga o caracter de classe do Partido e não faz qualquer referência ao objectivo final do proletariado – a ditadura sobre as classes exploradoras.

Nesse documento exprime-se pela primeira vez, ainda em esboço, a concepção de uma luta antifascista que “supera” a luta de classes, concepção que mais tarde viria a ser desenvolvida por Álvaro Cunhal.

O clamoroso desvio de direita contido na “política nova” proposta no Tarrafal por Bento Gonçalves cerca de 1940 (ele admite aí o caracter patriótico da burguesia nacional e defende o apoio tático do Partido à ditadura salazarista na hipótese de invasão alemã!) não é mais que o fruto das suas incompreensões anteriores, da tendência para reduzir os interesses do proletariado ao campo económico. Assim, ele veio a cair na defesa de uma acção política comum proletariado-burguesia; da noção utópica duma frente antifascista, conseguida pela concordância dos comunistas, anarquistas, socialistas, republicanos e católicos, ele passara para o sonho reaccionário duma frente nacional única.

As posições de Bento Gonçalves foram marcadas pelo facto de ele nunca ter superado a mentalidade sindicalista “economista” inicial. Tendo compreendido os prejuízos do anarquismo, Bento Gonçalves veio contudo a cair no campo oposto ao apoiar-se em elementos burgueses, que em breve deram um impulso ao oportunismo de direita. É incontestável o lugar de Bento Gonçalves no movimento operário português como organizador do Partido e como combatente antifascista abnegado, mas isso não significa





que se devam venerar os seus erros, como se faz há tantos anos.

Ao contrário do que sucede em Espanha, onde se trava uma batalha de classes, em Portugal o movimento operário está em estagnação quase total no princípio da guerra. A explicação é:

- 1) Crise ideológica no interior do Partido e do movimento operário; o insucesso das acções armadas de 1934 e 1936 origina a agonia do oportunismo de direita, voltado para a acção económica e para o seguidismo político, encoberto sob consignas democráticas sem conteúdo de classe definido. É essa corrente que ganha o controlo do Partido.
- 2) Crise de organização - O aparelho policial da ditadura torna-se mais eficaz. Assiste-se ao desmantelamento do Partido e do movimento operário. Em 1936, 150 dirigentes e activistas vão para o Tarrafal e há um corte na continuidade do movimento, prólogo de uma crise prolongada. Novas exigências se põem ao trabalho clandestino. Dá-se a perda de controlo da situação e a desarticulação do aparelho. No princípio da guerra mundial, a Internacional suspende os contactos com o PCP, dada a situação confusa na sua direcção.
- 3) Estabilização do nível de vida da classe operária a partir de 1934 - Durante cerca de 20 anos, as massas tinham suportado a especulação, a carestia e a fome na 1ª Guerra, depois a inflação, a desvalorização verificada da moeda, a vaga de desemprego de 1930/33, resultante da crise mundial do capitalismo. À extrema agitação e combatividade deste período começa a suceder a acalmia gradual e uma tendência de expectativa das massas. Verifica-se um certo isolamento dos sectores mais avançados, a sua neutralização e uma prolongada crise de reagrupamento interno.

A inércia e a desmobilização alastram com a vitória do franquismo. O Partido evolui para uma posição democrática pequeno-burguesa. A direcção do Partido cai em 1939-40 nas mãos de elementos suspeitos - é a culminância do período da crise ideológica.

O período de 1936-40 é aquele em que o movimento de massas atinge o ponto mais baixo, devido à derrota das

acções armadas, à dispersão da vanguarda, pelas prisões, pela deportação e pelo exílio, e também a uma estabilização do nível de vida das massas.

Em 1939 a direcção era composta por elementos que não tinham a confiança do proletariado, muitos deles intelectuais sem experiência nem capacidade política; deram-se casos graves de infiltração de provocadores e aventureiros no aparelho. O aparelho dirigente não oriente a luta prática, envolve-se em questões e intrigas pessoais. O nível político da imprensa baixa. O Partido tende a transformar-se num agrupamento radical pequeno-burguês.

A direcção volta periodicamente à invencível atracção dos oportunistas pequeno-burgueses infiltrados no movimento operário; um acordo com a burguesia liberal para que esta tome a cabeça da luta contra o fascismo por meio de eleições, por golpes militares, seja como for.

É esta tendência para sujeitar o proletariado à burguesia liberal que é a chave que esclarece toda a luta de tendências no Partido ao longo de 50 anos: Rates, os dirigentes dos anos seguintes, as direcções de 36-40; Cunhal em 60-63 até à liquidação total do Partido.



